

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

EMANUEL LUCAS DE BARROS

**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ALAGOAS
NO ANO DE 2017**

MACEIÓ
2018

EMANUEL LUCAS DE BARROS

**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ALAGOAS
NO ANO DE 2017**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Economia Aplicada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Rita Milani

MACEIÓ

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

B277a Barros, Emanuel Lucas de.

Análise socioeconômica nos empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis de Alagoas no ano de 2017 / Emanuel Lucas de Barros. – 2018.

108 f. : il.

Orientadora: Ana Maria Rita Milani.

Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 95-101.

Apêndices: f. 102-108.

1. Economia. 2. Catadores de lixo. 3. Cooperativas e associações de catadores. 4. Economia social. 5. Materiais recicláveis. I. Título.

CDU: 334.012.2(813.5)

EMANUEL LUCAS DE BARROS



“Análise Socioeconômica nos Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores de Materiais Recicláveis de Alagoas no ano de 2017”

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 04 de outubro de 2018.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Maria Rita Milani (FEAC-UFAL)

(Orientadora)

Prof. Dr. Francisco José Peixoto Rosário (FEAC-UFAL)

(Examinador Interno)

Profa. Dra. Marlene Grade (UFSC)
(Examinadora Externa – com participação via web conferência)

AGRADECIMENTOS

A minha formação acadêmica, profissional e como ser social não seria possível sem as pessoas que passaram e estão ao meu redor. Então, neste espaço dedico minha gratidão:

À minha mãe, Helena Almeida de Barros, que me inspira diariamente por sua perseverança em enfrentar o mundo com sua fé e trabalho. Ao meu pai, José Saturnino de Barros, por seu ensinamento através de gestos e atitudes. Aos meus irmãos, Carlos José de Barros e Leila de Barros, pelas palavras de conforto e estímulo na continuidade dos estudos. E a todos os familiares, primos, primas, tios e tias pela contribuição a minha formação como sujeito. Sem eles, não seria possível minha existência.

À minha querida esposa por me acompanhar nos bons e maus momentos da vida. Seu companheirismo e força é transformado em combustível para nossas vidas.

À minha orientadora, Ana Milani, pelo incentivo em ingressar no programa de pós-graduação e pela paciência e oportunidade em me receber como seu orientando.

Aos meus amigos e colegas de classe que trilharam o caminho do mestrado comigo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter financiado, por meio da bolsa, os cinco meses finais do mestrado.

Aos professores e técnicos que constroem o Programa de Pós-graduação em Economia.

Às cooperativas, associações e os sujeitos que a compõem pela receptividade, acolhimento e participação na pesquisa.

Ao Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, em nome de Ana Lúcia e Edu Normande, pelo convite ao trabalho com os catadores em Alagoas.

Aos companheiros de luta do Partido Comunista Revolucionário (PCR) pela formação crítica e combativa, e na luta diária por uma sociedade mais justa e igualitária. Manoel Lisboa vive em nossas ações.

RESUMO

A economia solidária pode ser definida como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles. Uma característica desse novo processo de produção é a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática. Essa prática pode ser encontrada nas organizações coletivas de catadores de materiais recicláveis. Este estudo resulta de uma pesquisa empírica que mapeia e analisa os empreendimentos econômicos solidários (EES) de catadores de materiais recicláveis do estado de Alagoas, hoje inseridos diretamente na cadeia produtiva da reciclagem, atividade considerada meio para a preservação ambiental. O objetivo desse trabalho foi de descrever, compreender, analisar e caracterizar a situação socioeconômica dos catadores de matérias reciclados organizados em empreendimentos da economia solidária em Alagoas. A investigação envolveu procedimentos metodológicos concernentes à pesquisa bibliográfica, identificação e conceituação das categorias, à pesquisa empírica, sendo que nela foram utilizadas as técnicas da observação participante para a análise do cotidiano, e da aplicação de questionários estruturados para a construção do diagnóstico socioeconômico dos catadores, utilizando-se da análise exploratória dos dados pelo método descritivo. A amostra utilizada foi de 120 catadores e de oito EES formalizados construídos por catadores, sendo três localizados em Maceió-AL e os cinco demais em cidades do interior do estado. O desenvolvimento da investigação possibilitou registrar a atuação formal de 19 EES de catadores, e compreender que a realidade dos catadores de materiais recicláveis não foi alterada, continuam com renda abaixo do salário mínimo e baixo nível de escolaridade, sendo o elo mais fraco da cadeia produtiva da reciclagem.

Palavras-chave: Catadores de Materiais Recicláveis; Cooperativas e Associações de catadores; Economia Solidária; Ecologismo dos Pobres.

ABSTRACT

Solidarity economy can be defined as a mode of production characterized by equal rights, the means of production are owned collectively by those who work with them. One characteristic of this new production process is self-management, that is, the enterprises of solidarity economy are managed by the workers themselves collectively in a fully democratic way. This practice can be found in collective collectors of recyclable materials. This study is the result of an empirical research that maps and analyzes the solidary economic enterprises (EES) of recyclable waste pickers in the state of Alagoas, nowadays inserted directly into the recycling chain, an activity considered as a means for environmental preservation. The objective of this work was to describe, understand, analyze and characterize the socioeconomic situation of the collectors of recycled materials organized in enterprises of the solidarity economy in Alagoas. The research involved methodological procedures concerning bibliographic research, identification and conceptualization of categories, and empirical research. Participant observation techniques were used to analyze daily life and the application of structured questionnaires for the construction of the socioeconomic diagnosis of the collectors, using the exploratory analysis of the data by the descriptive method. The sample used was 120 scavengers and eight EES formalized by scavengers, three of them located in Maceió-AL and the other five in cities in the interior of the state. The development of the research made it possible to record the formal performance of 19 EES of waste pickers, and to understand that the reality of recyclable waste pickers has not changed, continue with income below the minimum wage and low level of schooling, being the weakest link in the production chain recycling.

Keywords: Collectors of Recyclable Materials; Cooperatives and Associations of Collectors of Recyclable Materials; Solidarity economy; Ecologism of the Poor.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das vertentes ambientalistas.....	28
Quadro 2- Classificação dos Resíduos Sólidos Quanto a Origem (continua)	62
Quadro 3- Classificação dos Resíduos Sólidos Quanto a Origem (conclusão).....	63
Quadro 4 - Classificação dos Resíduos Sólidos Quanto a Periculosidade	63
Quadro 5- Reciclagem no Brasil (1.000 Toneladas)	64
Quadro 6 - Síntese da situação social das catadoras e dos catadores de materiais reciclável e reutilizável no Brasil.....	69
Quadro 7- Síntese da situação social das catadoras e dos catadores de materiais reciclável e reutilizável em Alagoas	71
Quadro 8- Indicadores sobre locais de atuação e moradia dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no estado de Alagoas.....	72
Quadro 9- Cooperativas e associações de catadores de Alagoas.....	76
Quadro 10- Necessidades apontadas no VI encontro estadual dos catadores	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição Nacional dos EES e Sócios por Região	51
Tabela 2 - EES por Distribuição Geográfica, Unidades da Federação, Segundo Área de Atuação Ano(s): 2009 a 2013.....	52
Tabela 3 - Participação de Mulheres e Homens nos EES.	53
Tabela 4 – Motivo de Criação do EES em 2007	56
Tabela 5– Motivo de Criação do EES em 2013	56
Tabela 6 - Razões que motivaram a criação dos EES (respostas múltiplas).....	57
Tabela 7 – Resumo da Situação Econômica do EES.	78
Tabela 8– Pontuação do Diagnóstico dos EES's.....	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os três níveis da Economia Ecológica.....	21
Figura 2 - Produção e Repartição de Bens e Serviços.....	32
Figura 3 - Atores importantes para um sistema de redes solidária.....	34
Figura 4 - Cadeira produtiva da reciclagem	58
Figura 5 - Linha do tempo marco legal e políticas públicas dos catadores de materiais recicláveis	60
Figura 6 – Presença de Associações e Cooperativas em Alagoas por Regiões de Consórcios	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exemplificação da Curva Ambiental de Kuznets (CAK)	25
Gráfico 2 - EES no Brasil, Nordeste e Alagoas em 2007 e 2013	50
Gráfico 3- EES por tipo de organização no Brasil.	53
Gráfico 4 - EES por tipo de organização no Nordeste	54
Gráfico 5 - EES por tipo de organização no Alagoas.....	54
Gráfico 6 - Forma de Organização Conforme Área de Atuação dos EES no Brasil Ano(s): 2009 a 2013.	55
Gráfico 7 - Atividade Econômica Principal dos EES Ano(s): 2009 a 2013.....	55
Gráfico 8- Proporção de Catadores Pesquisados por Cidade	79
Gráfico 9– Proporção de gênero	80
Gráfico 10– Nível de Escolaridade dos Catadores	80
Gráfico 11– Outras Atividades Profissionais Complementares.	81
Gráfico 12– Tempo de Atuação com Catação de Materiais Recicláveis	81
Gráfico 13 – Faixas de Renda dos Catadores	82
Gráfico 14– Quantidade de Membros na Família	83
Gráfico 15 – Cadastrados no CADUNICO	83
Gráfico 16 - Beneficiário do Bolsa Família.....	84
Gráfico 17– Beneficiário de outro programa de transferência de Renda	84
Gráfico 18 - Radar de Indicadores Empreendimento A	86
Gráfico 19 - Radar de Indicadores Empreendimento B	87
Gráfico 20 - Radar de Indicadores Empreendimento C	87
Gráfico 21 - Radar de Indicadores Empreendimento D	88
Gráfico 22 - Radar de Indicadores Empreendimento E.....	89
Gráfico 23 - Radar de Indicadores Empreendimento F.....	89
Gráfico 24 - Radar de Indicadores Empreendimento G	90
Gráfico 25- Radar de Indicadores Empreendimento H	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACAMARE	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis
AHPPL	Apropriação Humana da Produção Primária Líquida de Biomassa
ANCAT	Associação Nacional dos Catadores
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
AREQUE	Associação dos Recicladores de Quebrangulo
ASCADEL	Associação dos Catadores de Delmiro
ASCAMAN	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Mangabeiras
ASCAMARE	Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis São José
ASCAMIC	Associação de Catadores de Mata Grande, Inhapi e Canapi
ASCAMRPI	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Palmeira dos Índios
ASCARA	Associação dos Catadores de Arapiraca
ASCARPI	Associação de Catadores e Recicladores do Município de Piranhas
ASCMARPOM	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Povoado Mangabeiras
CADUNICO	Cadastro Único Para Programas Sociais Do Governo Federal
CAK	Curvas Ambientais de Kuznets
CBO	Código Brasileiro de Ocupação
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem

CNBB	Conferência Nacional dos Bispos no Brasil
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COBEL	Companhia de Beneficiamento do Lixo de Maceió
COOPECMARCA	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Alegre
COOPERCRA	Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Craíbas
COOPERNORTE	Cooperativa Alagoana dos Catadores de Materiais Recicláveis do Litoral Norte
COOPLUM	Cooperativa de Recicladores de Lixo Urbano de Maceió
COOPMAR	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis Marechal Deodoro
COOPREL	Cooperativa dos Recicladores de Alagoas
COOPVILA	Cooperativa dos Catadores da Vila Emater
CTR	Centrais de Tratamento de Resíduos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EPF	Entidades de Apoio e Fomento
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FED	Federal Reserve
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMA	Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUCN	União Mundial para a Conservação da Natureza
IUCN	União Mundial para a Conservação da Natureza
LDNSB	Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico
LLCA	Lei de Licitações e Contratos Administrativos
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MPA	Movimento dos Pescadores Artesanais
MPI	Movimento dos Povos Indígenas
MSR	Materiais Secos Reciclados
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização de Países Exportadores de Petróleo
PAC	Projetos Alternativos Comunitários
PET	Poliétileno tereftalato
PIB	Produto Interno Bruto
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PPES	Políticas Públicas de Economia Solidária
PT	Partido dos Trabalhadores
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
SECOM	Secretaria de Estado de Comunicação

SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SENAES	Secretaria Nacional da Economia Solidária
SETE	Secretaria do Estado do Trabalho e Emprego de Alagoas
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
URSS	União das Repúblicas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
WWF	Worldwide Fund of Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A ECOLOGIA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	19
2.1 A economia ecológica.....	19
2.2 A economia solidária	30
2.2.1 O empreendedorismo popular de Gaiger	37
2.2.2 Redes de colaboração solidária de Euclides Mance (2002)	38
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO RESSURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	39
3.1 A Economia Solidária no Brasil	46
3.2 O campo de estudo das cooperativas de catadores dentro da economia solidária.....	57
4 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS CATADORES DE ALAGOAS	61
4.2 Os catadores de materiais recicláveis no Brasil.....	67
4.3 Os Catadores De Recicláveis Em Alagoas	70
4.4 Situação das Cooperativas de Catadores em Alagoas.....	73
4.5 Análise socioeconômica dos catadores.....	77
4.6 Situação socioeconômica encontrada entre os catadores.....	79
4.8 Diagnóstico dos Empreendimentos Econômicos Solidários	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES	102

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem suas raízes no conjunto de observações que surgiu a partir da experiência do autor com o trabalho com organizações coletivas de catadores desenvolvido no estado de Alagoas desde 2014.

Atuou como educador social na Cooperativa dos Catadores da Vila Emater no projeto “Reciclar e Educar”, em parceria com o Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB) nos anos de 2014 e 2015, cujo objetivo era o fortalecimento da autogestão e sustentabilidade financeira do empreendimento. Já neste momento, surgiam questionamentos sobre a situação social dos catadores de materiais recicláveis e o papel da economia solidária para a formação das organizações coletivas. O resultado deste trabalho culminou no Trabalho de Conclusão de Curso¹ do autor em 2015. Este trabalho de pesquisa sistematizou os dados do monitoramento da produção da Cooperativa dos Catadores da Vila Emater (COOPVILA). Além disso, a pesquisa revelou a necessidade da contratação das organizações de catadores pelo Poder Público Municipal para a prestação de serviços ambientais de coleta seletiva.

No ano de 2016, foi convidado para compor o núcleo do observatório do trabalho na Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego (SETE), na qual coordenou por alguns meses o projeto “Alagoas Catamais”. Esse projeto faz parte do programa Pró-Catador da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que tem como objetivo o fortalecimento das organizações coletivas de catadores de materiais recicláveis no Estado de Alagoas, através de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em rede.

Na passagem temporária pelo projeto “Alagoas Catamais”, que se encontrava embargado na justiça por não execução da empresa contratada, percebeu-se que apesar do projeto já estar em andamento por praticamente um ano, antes de ser paralisado, não existia um diagnóstico da situação dos EES, tão pouco dos catadores de materiais recicláveis que neles atuam. O papel desenvolvido da SETE foi de reestruturação do projeto a partir das novas necessidades enfrentada pelos catadores. Para tanto, foram levantados os estudos disponíveis e os relatórios apresentados pela entidade que havia iniciado a execução do projeto. A situação encontrada foi a de indisponibilidade de dados que apontassem a realidade

¹ O trabalho de conclusão de curso (TCC) do autor possui como título “Estudo no Empreendimento Econômico Solidário COOPVILA da Vila Emater de Maceió: uma análise do monitoramento do Projeto “Reciclar e Educar” no período de 2013 a 2015”, o qual foi apresentado e aprovado no Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas, no ano de 2015.

socioeconômica do público alvo do projeto e de suas organizações. Durante as reuniões com o conselho gestor do projeto foi-se ampliando a necessidade desse diagnóstico.

A experiência na passagem pela gestão do estado permitiu perceber a carência existente de informações que contribuam para a proposição de políticas públicas. Apesar disso, existe uma quantidade significativa de ações e projetos, públicos e privados, que atendem a categoria estudada.

Com o ingresso do autor no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) pode-se avaliar a situação em um sentido crítico, afastando-se um pouco do “pragmatismo social” com propostas de efeitos paliativos, ou seja, incapazes de alterar as condições dos grupos sociais assistidos pelas instituições que trabalhou.

Os movimentos sociais têm cumprido papel decisivo na mudança de paradigmas da sociedade. Atualmente, a reciclagem é parte fundamental do chamado desenvolvimento sustentável. E, como será visto mais adiante, os catadores são o principal elo da cadeia produtiva da reciclagem, porém seu trabalho ainda é pouco reconhecido pela sociedade. Os estudos de Sobral (2007), Moura, Serrano & Guarnieri (2016), Silva (2014) mostram que os catadores possuem pouca ou nenhuma escolaridade, que vivem em condições sub-humanas sem direito à saúde, educação, segurança, saneamento. Além disso, os autores classificam os catadores como importantes agentes ambientais. Existe uma forte relação existente entre a atuação dos movimentos populares com as causas ambientais, identificadas por Alier (2007) como ecologismo dos pobres.

Apesar disso, a atuação dos empreendimentos populares tem sua origem nas questões sociais. O desemprego estrutural encontrado nas nações subdesenvolvidas quase sempre é o responsável pela criação dessas organizações, que enxergam a ação coletiva um meio de resistência ao problema. A formação de EES ocorre principalmente entre os catadores de materiais recicláveis que trabalharam em lixões, ou seja, de alguma forma trabalhavam com a presença de outros catadores ao seu lado.

Desse modo, o presente estudo se insere no campo de estudos sobre economia solidária e ambientalismo como objeto de estudo os empreendimentos econômicos solidários (EES) de catadores de materiais recicláveis do estado de Alagoas. Na pesquisa foi tomado como referência o mapeamento dos empreendimentos existentes disponibilizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas (SEMARH/AL) e de informações a partir da experiência empírica do autor. Esses EES apresentam uma alternativa de sobrevivência aos catadores de materiais recicláveis, que retiram desse trabalho o sustento

de suas famílias, e, além disso, desenvolvem novas tecnologias sociais que contribuem para o desenvolvimento sustentável.

A utilização da autogestão como forma de superação das desigualdades ocasionadas no sistema de mercado tem ganhado especial destaque no momento histórico em que o capitalismo vem sofrendo sua maior crise econômica desde 2008, no qual o Brasil vem apresentando diminuição na taxa de crescimento do PIB e aumento do desemprego. Os catadores de materiais reciclados fazem parte da classe menos abastada do capitalismo, pois seu sustento é retirado do lixo produzido pelo consumo das famílias e são excluídos neste sistema. Porém, encontraram na união e solidariedade uma alternativa para se inserir na economia. Considerando que estes passam a empreender em cooperativas e/ou associações em busca de melhores condições de vida e trabalho, conseguindo melhores negociações na comercialização. Dessa forma, configura-se um campo complexo e contraditório, a investigação proposta, que tem este quadro como motivação e justificativa. Propõe-se, com isso, responder a seguinte problemática central na pesquisa: qual a situação econômica e social dos catadores de materiais reciclados que atuam em EES de Alagoas?

O estudo se constitui numa investigação baseada na pesquisa qualitativa, tendo como referencial teórico-analítico a perspectiva interpretativa e metodológica materialista-histórica dialético que busca identificar as contradições internas do objeto e elucidar processo e mediações que relacionem a autogestão praticada pelas cooperativas de catadores com o movimento estrutural da sociedade. Os procedimentos metodológicos incluem revisão de literatura, identificação e conceituação das categorias, aplicação de questionários, análise dos dados a partir da estatística descritiva, elaboração de textos parciais e finais da pesquisa e socialização dos resultados da investigação. Devido às limitações financeira e estrutural, limitou-se a pesquisa com 120 catadores, participantes de 8 EES. Desses empreendimentos, três deles estão localizados na capital de Alagoas, Maceió, e os cinco demais nas cidades do interior do estado, Arapiraca, Campo Alegre, Coruripe, Delmiro Gouveia e Marechal Deodoro. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) pesquisados foram:

1. Cooperativa de Recicladores de Lixo Urbano de Maceió (COOPLUM) – Maceió-AL;
2. Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Marechal Deodoro (COOPMAR) – Marechal Deodoro-AL;
3. Cooperativa dos Recicladores de Alagoas (COOPREL) – Maceió-AL;
4. Cooperativa dos Catadores da Vila Emater (COOPVILA) – Maceió-AL;

5. Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Alegre (COOPECMARCA) – Campo Alegre-AL;
6. Associação dos Catadores de Delmiro (ASCADEL) – Delmiro Gouveia-AL;
7. Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de São José (ASCAMARE) – Coruripe-AL;
8. Associação dos Catadores de Arapiraca (ASCARA) – Arapiraca-AL.

Esse conjunto teórico-metodológico almeja permitir a obtenção do objetivo geral de descrever, compreender, analisar e caracterizar a situação socioeconômica dos catadores de matérias reciclados organizados em empreendimentos da economia solidária em Alagoas. Tem-se ainda como objetivos específicos:

- Conceituar, a partir de referenciais teóricos, as seguintes categorias: ecologismo e economia solidária;
- Mapear e analisar as cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Alagoas;
- Registrar e analisar acerca das cooperativas e associações de catadores de Alagoas.

A presente dissertação é composta por 4 capítulos, além desta introdução. O capítulo 2 trata das diferentes visões acerca da ecologia e economia solidária e como elas se relacionam. O terceiro capítulo apresenta uma contextualização do surgimento da economia solidária e uma revisão teórica das pesquisas com empreendimentos populares de catadores. O quarto capítulo aborda a situação socioeconômica dos catadores em Alagoas, bem como apresenta um diagnóstico de seus empreendimentos. Por fim, no capítulo 5 serão destacados os principais pontos discutidos neste estudo à guisa de conclusão.

2 A ECOLOGIA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

É cada vez mais evidente a contribuição ambiental e social das cooperativas e associações formadas por catadores que atuam com coleta, triagem, beneficiamento e comercialização do material reciclável. Esse tipo de empreendimento é frequentemente delineado dentro dos princípios da economia solidária. E apresentam um papel fundamental na prática ecológica no Brasil, pois as organizações de catadores são o principal elo da cadeia produtiva da reciclagem.

Percebe-se que analisar acerca da temática dos catadores de materiais recicláveis no Brasil e, especificamente, em Alagoas, abrange dois grandes temas: ecologia e economia solidária. No viés ecológico, os catadores contribuem para o recolhimento e segregação de diversos tipos de recicláveis pós-consumo. Desse modo, o que poderia ter se tornado lixo descartado e disposto no meio ambiente gerando transtornos ambientais e aumento de gastos públicos, torna-se insumo de produção para a indústria da embalagem. Essa relação de cuidado com o meio ambiente existente nos catadores ocorre na medida em que buscam sua sobrevivência através do trabalho de catação do lixo reciclável.

A relação dos catadores com a economia solidária ocorre na medida em que a prática do trabalho coletivo passa a se realizar. Em geral, são trabalhadores que atuam individualizados, ou com suas famílias, nas ruas das cidades ou nos lixões a céu aberto e, a partir de trabalhos desenvolvidos por movimentos sociais, passaram a atuar organizados em cooperativas e associações autogeridas, na qual tomam decisões e se apropriam dos meios de produção de forma coletiva.

O objetivo deste capítulo é analisar os temas da ecologia e da economia solidária, relacionando quais das abordagens teóricas desses temas estão relacionados na prática das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Para tanto, a discussão proposta neste espaço inicia apresentando algumas abordagens da economia ecológica e, após essa síntese, é discutido acerca de diferentes visões da economia solidária no Brasil.

2.1 A economia ecológica

O debate acerca do crescimento econômico aborda diferentes campos de pesquisa, uma delas diz respeito aos problemas ambientais causados pela forma explorativa do uso dos recursos naturais para a produção de mercadorias. Em contestação a essa lógica, tomou força

movimentos em defesa do meio ambiente e críticos à atual maneira de produção e distribuição, somando-se a outros movimentos de contestação, como exemplo, a luta das mulheres feministas, dos direitos humanos, do combate ao racismo, dos indígenas.

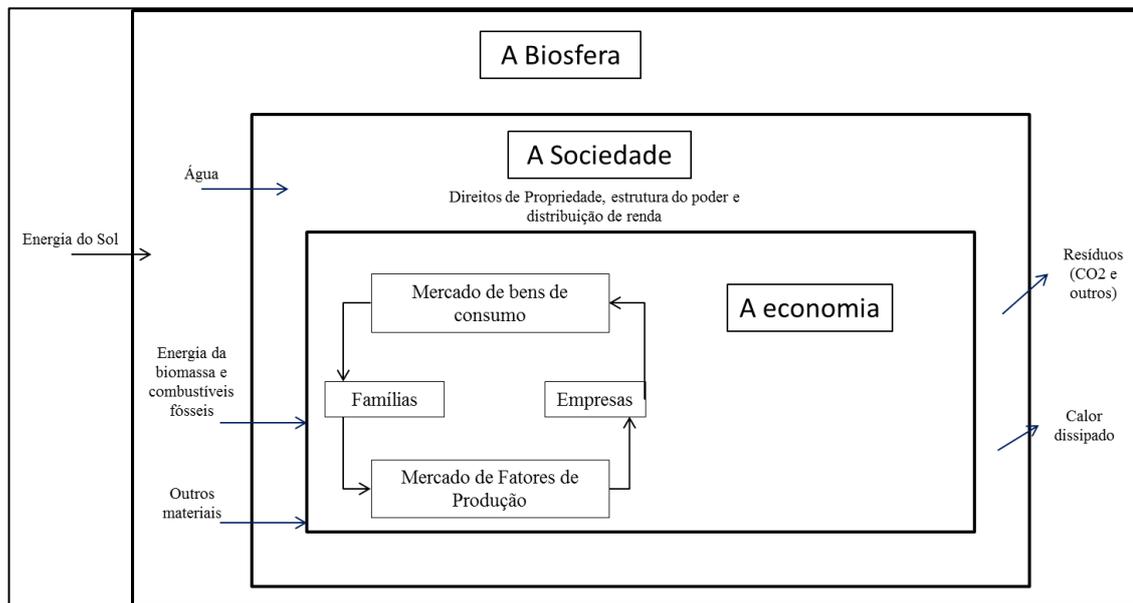
Esse fenômeno de surgimento e expansão de movimentos sociais de lutas pelos direitos das minorias e em defesa ao meio ambiente ganha notoriedade a partir dos anos de 1970, período em que coincide com a expansão das políticas neoliberais pelo mundo. Essas políticas contribuíram para mudanças nas relações de produção, comercial e trabalho, de modo que será mais bem apresentado no capítulo seguinte.

Com o surgimento da produção em massa, intensificou-se a exploração e uso do solo, mas apenas na última metade do século XX que a finitude dos recursos naturais passou a ser uma preocupação das nações. Os choques do petróleo foi um fato determinante para que ocorressem investimentos na busca por energias renováveis, mesmo assim a indústria de combustíveis fósseis continua dominante.

A realidade que se vê nas nações periféricas é o fenômeno da dualidade dentro das nações subdesenvolvidas, na visão de Furtado (1968), na qual se encontra centros industriais tecnológicos, convivendo harmonicamente com a produção atrasada de baixa intensidade de capital, vivenciada pela maior parcela da população. Na visão do autor, o desenvolvimento econômico deve ser entendido como um processo mais amplo e complexo, de dimensão histórica autônoma no qual aspectos culturais estão envolvidos, como por exemplo, no padrão de consumo imitativo e conspícuo, especialmente da elite, das nações periféricas.

Autores como Alier & Schülpmann (1993), O'Connor (2003), Alier (2007) e Lowy (2010) apresentam a economia, a partir do viés ecológico, como um subsistema de um ecossistema físico, global e finito. De modo que deveria ser incorporado ao pensamento econômico as contribuições da segunda lei da termodinâmica, a entropia, para o entendimento do funcionamento da dinâmica econômica, levando em consideração que o sistema econômico incorporado no sistema social e na biosfera, como apresentado na figura 1 a seguir os três níveis da economia ecológica.

Figura 1 - Os três níveis da Economia Ecológica



Fonte: ALIER, 2007, p. 48.

Percebe-se que para o funcionamento da dinâmica econômica é necessário uma integração com o sistema social, que estabelece os direitos de propriedade, a estrutura de poder e a forma como se dará a distribuição da renda, que por sua vez também é um subsistema da biosfera que depende da energia do sol para existir, porém é de onde a humanidade extrai os recursos naturais e energéticos necessários para a sua reprodução. A economia ecológica busca compreender a relação entre esses três níveis sistêmicos que estão inter-relacionados. Mas, até este ponto a economia como uma “ciência da escassez” consegue incorporar no seu objeto de estudo algumas dessas questões.

A problemática apresentada pelos economistas ecológicos ocorre quando se percebe o funcionamento da economia não mais através da mecânica² de Newton, na qual toda ação gera uma reação igual e contrária (conhecida como a 3ª lei de Newton, lei da ação e reação), mas a partir da segunda lei da termodinâmica, que diz que o trabalho pode ser convertido em calor (medido por energia térmica), mas a energia térmica não pode ser completamente convertida em trabalho, essa energia irreversível dentro de um sistema que é medido pela entropia. Desse modo, observando a figura acima “Os três níveis da Economia Ecológica”

² A **mecânica Newtoniana** é uma das três formulações da mecânica clássica que visam o estudo de fenômenos baseados na dinâmica de um sistema conservativo ou não. É caracterizada pela presença de diversas leis de forças e, é a partir delas que toda mecânica Newtoniana consegue determinar o comportamento de corpos quando sujeitos, ou não, por forças externas. As três leis de Newton difundidas no ensino da física clássica, são: 1- Princípio da inércia, 2- Princípio da dinâmica e 3- Lei da ação e reação.

parte da energia empregada na produção e no consumo, se dissipa em forma de calor, não podendo mais ser retirada da natureza para ser incorporado ao processo de produção³.

A produção em massa, conseguida com o advento da industrialização, melhora as condições de vida e acesso a bens de consumo, porém extrai cada vez mais recursos da natureza. O pensamento ambientalista cresceu como contestação ao atual modo como a sociedade se relaciona com a natureza, principalmente nos aspectos econômicos de produção, distribuição e consumo. Existem diferentes visões acerca do entendimento do desenvolvimento sustentável. Alier (2007) define três correntes principais desta abordagem: o culto ao silvestre, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres. Além dessas, será apresentado uma quarta corrente, o ecosocialismo a partir da visão de Lowy (2010).

As preocupações com a preservação com o meio ambiente não é um fenômeno novo. A história da Arca de Noé pode ser interpretada como uma maneira de preservação das espécies, as religiões indígenas cultuam a natureza, dando valor sagrado a ela. São Francisco de Assis foi uma liderança da religião cristã conhecido por se importar com os pobres e alguns animais (BOFF, 1998). A corrente do culto ao silvestre tem uma postura de reverência transcendental e divinização da natureza, com recorrentes apelos a religiões orientais, ou ao panteísmo. Há claramente um embate conflituoso entre o sagrado e a definição dos valores incomensuráveis da natureza com o poder econômico e a sociedade de mercado.

Cronologicamente, o culto ao silvestre é a primeira corrente do ambientalismo, como movimento reivindicatório autoconsciente e organizado, surge na durante os anos de transição do século XIX para o século XX por preservacionistas como John Muir e o *Sierra Club* dos EUA há mais de cem anos. Tem como característica a postura de não contestação do crescimento econômico e os impactos ambientais dele decorrente e, ainda, a defesa da natureza intocada, o respeito aos bosques primários e aos cursos d'água.

Não ataca o crescimento econômico, porém coloca em discussão uma “ação de retaguarda”, buscando proteger da influência de mercado o que resta da natureza, a fim de frear a perda da biodiversidade. Em meados do século XX, Leopold (1970) agrega a essa visão preservacionista a ciência da ecologia, atribuindo as florestas uma função econômica e discutindo ações para preservação da natureza original protegidas da influência do mercado.

Como forma de medir a pressão humana sobre o meio ambiente, utiliza-se do índice de “Apropriação Humana da Produção Primária Líquida de Biomassa” (AHPPL) (ALIER,

³ Para estudos aprofundados da entropia incorporado no pensamento econômico recomenda-se ver o estudo de Nicholas Georgescu-Roegen *The Entropy and the Economic Process* (Entropia e Processo Econômico), publicado em 1971.

2007). Esse índice tem apontado para uma proporção cada vez menor de biomassa disponível para espécies que não sejam humanas.

A principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais, também conhecidas como parques nacionais ou naturais, livres da interferência humana. Algumas conquistas atribuídas a esse grupo foram a lei das espécies em perigo nos EUA e a Convenção da Biodiversidade no Rio de Janeiro de 1992. A mudança na matriz energética ocorrida no século XX, na qual a biomassa é substituída por combustíveis fósseis, certamente contribuiu para a expansão de áreas florestais na Europa (DALY, 1999). Porém, esse continente é pobre em biodiversidade devido a forma como utilizaram os recursos naturais. Mesmo assim, é crescente a preocupação com a desapareção da vida silvestre, de modo que é importante saber se existe uma expansão contínua da AHPPL em países que apresentam uma imensa biodiversidade, como é o caso do Brasil.

Com isso, percebe-se que a corrente ambiental do culto ao silvestre apresenta certo distanciamento das questões sociais, de modo que não se apresenta crítica ao atual modo de produção e como as relações sociais e ambientais ocorrem, resumindo-se a perspectiva de criação de bolhas de preservação ambiental sem a intervenção humana. Deste modo, essa corrente não permite analisar para além da biofilia a relação que os catadores de materiais recicláveis têm com o sistema econômico e com a biosfera.

A segunda corrente do pensamento ecologista representa a concepção hegemônica na sociedade globalizada atual. O evangelho da ecoeficiência preocupa-se com a economia na sua totalidade, está pautada no crescimento econômico conjugado ao desenvolvimento sustentável, na modernização ecológica e na eficiência da utilização dos recursos naturais. Preocupa-se com os impactos da produção industrial, crescimento urbano e agricultura moderna no meio ambiente e a saúde.

O objeto de atenção dessa segunda corrente não é o culto a natureza como algo sagrado, preocupando-se menos com a perda dos atrativos ou valores intrínsecos da natureza e mais com os impactos da produção de bens e com o manejo sustentável dos recursos naturais. Seus pilares estão assentados em princípios econômicos e tecnológicos e gestão científica dos recursos naturais, tendo grande número de economistas e engenheiros fazendo parte deste movimento.

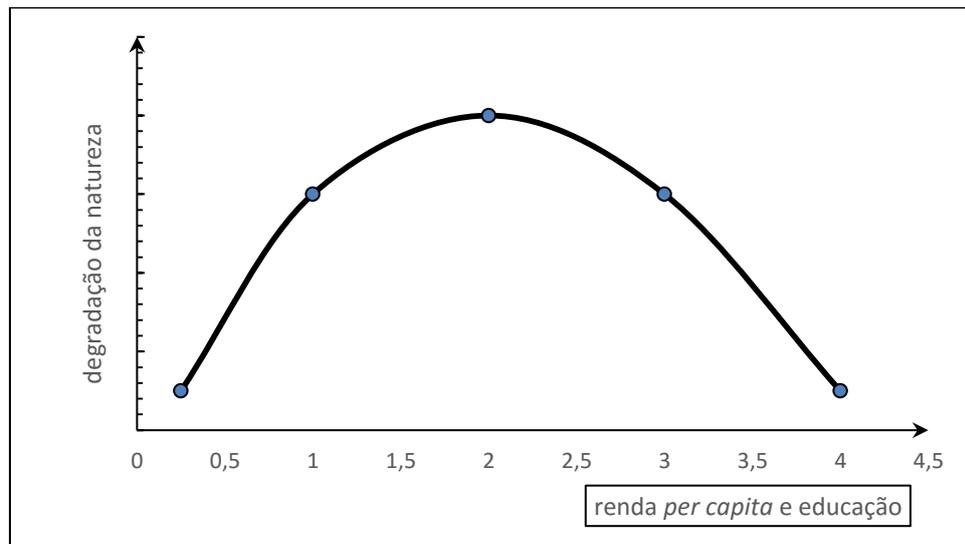
Os ambientalistas adeptos da teoria do crescimento econômico alegam que com o desenvolvimento de novas tecnologias a princípio serão gerados alguns problemas ambientais e que no momento posterior novas técnicas irão surgir melhorando a eficiência da produção e corrigindo os danos causados anteriormente. Percebe-se, deste modo, que existe uma tentativa

de desvinculação entre crescimento econômico e degradação ambiental, introduzindo o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, economizar matéria e energia por uma revolução da eficiência. O tema da sustentabilidade econômica, também, pelas atividades realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) através da elaboração do Relatório Brundtland de 1987 – Nosso Futuro Comum – produzido pela ONU que popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável (LENZI, 2006).

Essa teoria tem dominado os debates ambientais, sociais e políticos, utilizando o conceito das Curvas Ambientais de Kuznets (CAK), pela qual o aumento de investimento gera, em primeiro lugar, o aumento da contaminação, mas em momentos seguintes levará a sua redução, ou seja, a busca de soluções de ganhos econômicos e ganhos ecológicos. Assim, afirmam que as mudanças tecnológicas tornarão compatível a produção de bens com a sustentabilidade ecológica, preservando parte da natureza que se mantém fora da economia. Entende-se, portanto, que as duas primeiras escolas ambientalistas se cruzam e entrelaçam em diversos momentos (ALIER, 2007).

A CAK é uma adaptação da teoria de Kuznets que trata acerca da relação crescimento e desigualdade. O autor observou a evolução da desigualdade ao longo do século XIX e concluiu que, impulsionada pela transferência de trabalho da agricultura para a indústria, a desigualdade aumentou e atingiu seu pico no mundo rico no romper do século XX. Originalmente, a teoria diz que a desigualdade de renda aumenta na fase inicial da industrialização e diminui quando o país alcança determinado estágio de crescimento econômico, ou seja, a desigualdade é uma tendência natural dos anos iniciais do desenvolvimento, mas que quando atingido certo patamar de renda *per capita* se inicia um processo de diminuição dessas desigualdades por pressões do próprio mercado (KUZNETS, 1995).

A possível existência da CAK reside em acreditar que a poluição e impactos ambientais crescem durante os estágios iniciais do desenvolvimento, mas a partir da obtenção de certo nível de renda e educação da população, os danos ao meio ambiente estabilizam e entram em declínio, intensificando-se a racionalidade ambiental. Desse modo, apresenta uma solução “invertida”, ou seja, ao invés de propor uma preocupação com o ritmo do crescimento econômico em relação ao uso e exploração dos recursos naturais, a proposição é exatamente contrária, de que este uso é justificável devido a necessidade de se aumentar a renda e educação da população, para que a partir daí se possa ter preocupações com o meio ambiente, como pode ser observado no gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Exemplificação da Curva Ambiental de Kuznets (CAK)

Fonte: Elaboração própria.

Não somente a teoria acerca do desenvolvimento econômico de Kuznets se mostrou errada, não se comprovando o que propunha a teoria, mas também sua variação ambiental na qual determina que quanto mais rico uma nação, menor seria seus impactos ambientais. Como exemplo, o Nepal não está entre os países com maiores PIB, ou com maiores rendas *per capita*, mas é menos agressivo ambientalmente.

Além disso, não há comprovações da veracidade dessa metodologia, apesar de se ajustar aos discursos nacionalistas quanto a necessidade de crescimento econômico. O que se nota é que a diminuição de danos à saúde e meio ambiente não se dá somente pelo crescimento econômico, mas tem ocorrido graças ao ativismo social e de políticas públicas, como podemos encontrar nos exemplos de preservação das espécies, criação de parques ecológicos, acordos internacionais de redução de emissão de gás carbônico.

Em relação à questão dos catadores de materiais recicláveis, a contribuição da teoria da ecoeficiência reside no pagamento pelos “serviços ambientais”. Porém, os catadores teriam que disputar pela melhor eficiência no trabalho da reciclagem com as demais empresas do ramo. Não apresenta crítica a questão social enfrentada pelos catadores, que compõe o elo mais explorado da cadeia produtiva da reciclagem. E, do ponto de vista da CAK, as populações mais pobres teriam menos consciência ambiental, gerando maiores impactos a natureza, o que na prática não se apresenta. Apesar do baixo nível de renda e escolaridade, os catadores contribuem para a limpeza do planeta e, a seu modo, aproveitam ao máximo de cada recursos disponível. Desse modo, as duas primeiras correntes ambientalistas, apensar de

importantes contribuições ao tema, não parecem contribuir na totalidade das questões que envolvem os catadores.

Uma terceira corrente ecologista tem desafiado essas duas primeiras, conhecida como ecologismo dos pobres, ecologismo popular, movimento de justiça ambiental ou, ainda, teologia da libertação (PEET E WATS, 1996). Tem origem nos movimentos de base, e surge no mesmo período que o movimento feminista, nos anos de 1960-70. Assinala que o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente, chamando a atenção para o “deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos” (ALIER, 2007). De modo que os países desenvolvidos, para manter seus padrões de consumo, dependem cada vez mais das matérias-primas exportadas pelos países periféricos, gerando impactos que não são solucionados pelas políticas econômicas ou por inovações tecnológicas.

O ecologismo dos pobres aponta que os impactos ambientais decorrentes do capitalismo não se distribuem igualmente entre as populações, uma vez que os complexos industriais poluidores, os centros de deposição de lixo tóxico e outros perigos ambientais aglomeram-se nas áreas de residência de populações pobres e minorias raciais. Visto deste modo, o conflito ambiental também está presente dentro da luta de classes, pois os trabalhadores além de terem que vender sua mão de obra para se reproduzir na sociedade de mercado, fica com a maior carga dos riscos ambientais causados pela produção.

Grupos sociais têm protestado e resistido ao avanço da espoliação dos recursos naturais dos países periféricos, apelando para causas como o direito dos indígenas, camponeses e quilombolas (no caso brasileiro). O interesse desta terceira corrente não é o culto ao sagrado, mas um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência. A preocupação inicial não está ligada à causa ambiental, da preservação das espécies ou das gerações futuras, mas, sim, a uma preocupação com os humanos pobres de hoje, demandando por justiça social contemporânea entre os humanos. Desse modo, o ecologismo popular tem enfrentado diretamente as duas correntes de justiça ambiental apresentadas anteriormente, dando uma dinâmica diferente a essa questão.

São inúmeros os exemplos de movimentos que lutam por inclusão social e estão fortemente vinculados à agenda ambiental. Somente na América Latina encontram-se diversos desses movimentos de notoriedade mundial, como o movimento dos seringueiros, de reforma urbana, dos catadores de materiais recicláveis e dos trabalhadores rurais sem terra.

No processo de globalização do mundo, a geopolítica mundial continua centrada no poderio econômico dos países de capitalismo avançado. Porém, esses países centrais são altamente dependentes dos recursos naturais provenientes dos países centrais. Não haveria

possibilidades da manutenção dos padrões de consumo dos americanos sem o petróleo extraído no Oriente Médio. O desenvolvimento da indústria pneumática não teria sido o mesmo sem as seringueiras do Amazonas. Percebendo a sociedade como um metabolismo social, percebe-se que não há países sociais sem países periféricos (FREITAS et. al, 2012; FOSTER E CLARK, 2010).

Apesar disso, o ecologismo popular não é um movimento exclusivo dos países periféricos. Os movimentos urbanos norte americano, de lutas contra o racismo e movimentos de mulheres e outros grupos excluídos pelo sistema econômico e social dominante, tem afinidades com essa corrente da justiça ambiental. O quadro 1 a seguir, resume as informações sobre as vertentes ambientalistas discutidas até o momento.

Quadro 1 - Síntese das vertentes ambientalistas

Características	Preservacionismo	Sustentabilismo	Socioambientalismo
Década de expressão inicial no Brasil	Década de 1970 - Fundamentalismo ambientalista e isolamento	Década de 1980	Década de 1980 - Ambientalismo camponês na Amazônia, África e Índia
Fortalecimento e consolidação	Década de 1980 – Realismo e ação política	Consolidação na ECO-92 – Protocolo de Kyoto	Difusão e ascensão no Brasil, nos anos 1990. Fortalecimento na década atual
Linha de atuação	Defesa da natureza intocada	Defesa da exploração racional dos recursos	Defesa da mudança de paradigma na relação homem-natureza, nas políticas ambientais e na distribuição de recursos
Visão econômica	Ação de retaguarda contra o avanço da economia industrial	Ação de integração: natureza e economia	Reconhecimento e apoio à sustentabilidade no manejo tradicional
Aspectos mítico-religiosos	Aspectos sagrados da natureza (panteísmo, relatos bíblicos, tradição romana franciscana)	Crença na tecnologia e regulamentação ambiental da economia	Contribuição das culturas, mitos e religiões tradicionais – busca da justiça ambiental
Instrumentos de ação	Utilização da coerção estatal e da legislação ambiental para frear atividades predatórias	Estímulo ao desenvolvimento tecnológico para a sustentabilidade	Estímulo à democracia e autonomia das populações tradicionais para decidir o destino de seus territórios e seus recursos naturais
Disciplinas fundamentais	Ecologia (Profunda) e Biologia da Conservação	Modernização Ecológica, Ecoeficiência e Economia Ambiental	Etno-Conservação, Ecologia Política e Justiça Ambiental
Profissionais envolvidos	Filósofos ambientalistas e biólogos	Engenheiros e economistas	Antropólogos, geógrafos, sociólogos e especialista em direitos civis
Exemplos de instituições influentes	Worldwide Fund of Nature (WWF), União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN), Nature Conservancy	Instituto Wuppertal (Europa) Ginfford Pinchot (EUA), Banco Mundial, ONU, OECD, Worldwide Fund of Nature (WWF)	Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pescadores Artesanais (MPA), Movimento dos Povos Indígenas (MPI), União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN), Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)

Fonte: Menezes e Siena, 2010, p. 486.

Nessa mesma linha de pensamento, mas com uma crítica mais contundente ao modo de produção vigente e reconhecendo a contribuição da ecologia para a tomada de consciência dos perigos de atual modelo de consumo, o ecossocialismo se apresenta como uma “corrente de pensamento e ação ecológicos que toma como suas as aquisições fundamentais do marxismo” (LOWY, 2010, p. 37). Para tanto, considera que a ecologia deve levar em conta a relação entre a produção em massa e a lógica do lucro.

A base de sustentação dessa corrente está em dois argumentos: 1- a forma de produção e consumo dos países avançados está fundada sobre uma lógica de acumulação ilimitada, que se estendida aos outros países do planeta irá gerar uma crise ecológica sem precedentes, na qual alguns recursos naturais seriam rapidamente esgotados; 2- a sobrevivência da espécie humana está ameaçada pelas consequências da mudança climática, intensificada pela expansão do progresso do capitalismo fundado na economia de mercado (LOWY, 2010; O’CONNOR, 2003; FOSTER E CLARK, 2010).

A defesa dessa corrente é que não bastam as reformas parciais, mas uma mudança radical na qual a política econômica seja fundada em “critérios não-monetários e extraeconômicos”, no sentido de que ocorra uma “reorientação tecnológica, visando a substituição das fontes atuais de energia por outras não poluentes e renováveis” (LOWY, 2010,). Para tanto, o controle dos meios de produção, decisões sobre investimento e transformação tecnológica devem tornar-se um bem comum da sociedade, e não está sob o controle dos bancos e empresas capitalistas.

A partir desse ponto, o ecossocialismo coincide com o movimento de ecologismo dos pobres, pois incorpora o conceito de luta entre diversas organizações populares que são vistas nos Fóruns Sociais (regionais e mundiais), bem como nas grandes manifestações de protestos formado por diversos grupos – sindicatos operários, movimentos camponeses, ONGs, organizações indígenas, movimentos de mulheres, associações ecológicas, movimentos de lutas por moradia, intelectuais e jovens ativistas. Juntos formam o chamado movimento “altermundialista” que compõe o fenômeno de resistência “antissistêmica” do início do século XXI (LOWY, 2010).

Em contraponto ao Fórum Econômico de Davos, o Fórum Social Mundial surgiu em 2001 como um espaço de articulação para os movimentos e organizações sociais criarem resistência e alternativas ao modelo de globalização neoliberal. O primeiro foi realizado em Porto Alegre, capital do estado de Rio Grande do Sul, pelas experiências sociais, políticas e de governos que estavam na contramão das políticas neoliberais. Neste primeiro encontro, foi elaborado um documento denominado “Carta de Princípios” contendo a definição e diretrizes

de funcionamento do fórum. Desde então, o fórum é realizado anualmente, tendo sido realizado em Mumbai (Índia), Bamako (Mali), Karachi (Paquistão), Caracas (Venezuela) e Nairobi (Quênia), atualmente sendo realizado de forma descentralizada por todo o mundo e no Brasil. Os espaços promovidos por esse fórum têm permitido a articulação em rede de diversos movimentos e organizações que lutam pelas causas sociais, ambientais e econômicas.

Os espaços de rede de articulação tiveram a importância de conectar instâncias políticas locais com fortes críticas direcionadas, como por exemplo: (1) ao consumo excessivo e ambientalmente insustentável; (2) as guerras imperialistas com fins econômicos; (3) à destruição dos ecossistemas e da biodiversidade; (4) a defesa da democracia participativa; (5) às práticas autoritárias de governos; (6) à violação dos direitos humanos e sociais; (7) às desigualdades econômica e sociais e (8) ao sistema financeiro internacional desregulado e especulativo.

Essas organizações populares que passam a pressionar o sistema capitalista resgatam a utopia de um “outro mundo possível”, alicerçado em valores como liberdade, democracia participativa e defesa do meio ambiente, permitindo um ambiente diversificado no qual se compõe tanto ONGs moderadas até movimentos combativos de base militante, com uma predominância de uma sensibilidade anticapitalista. E o espaço de encontro desses grupos tem sido o Fórum Social Mundial (LOWY, 2010; SINGER, 2002).

Nesse sentido, encontramos diversos pontos de ligação da corrente da ecologia popular e do ecossocialismo, ambos nascem da luta e resistência dos povos do terceiro mundo na resistência ao modo de produção capitalista, na qual pela divisão internacional do trabalho, destina aos países subdesenvolvidos o papel de serem exportadores de *commodities*.

São nesses espaços de redes de articulação que movimentos ecológicos se encontram com a economia solidária. Percebe-se daí pontos de união, pois estão pautados na contestação social e construção de práticas alternativas ao modo de produção vigente, a princípio como forma de geração de trabalho e renda, viabilização econômica da agricultura familiar ou apenas forma de subsistência de uma minoria abastada pelo capitalismo. Apresentam uma série de temas que remetem sobre as possibilidades de construção de formas de vidas sustentáveis. Como forma de buscar esses elementos em comum, faz-se necessária uma revisão da economia solidária, apresentada a seguir.

2.2 A economia solidária

O sistema de produção capitalista não foi o primeiro modo de produção, tão pouco será o último. Os estudos antropológicos, históricos e econômicos de como as diferentes sociedades organizaram a produção, distribuição e consumo mostram que o surgimento do capitalismo se deu a partir do século XVIII, quando as condições sociais e materiais estavam postas de modo que era impossível impedir o surgimento do novo, pois o velho sistema econômico não possibilitava mais a reprodução daquela sociedade.

Os inventos destinados à produção deram o impulso necessário para a formação das primeiras manufaturas que utilizavam máquinas para a produção, além do trabalho humano. Máquinas a vapor, lançadeira para o tear, ferramentas que ajudavam a acelerar a produção, entre tantos inventos que condicionaram um grande aumento da produtividade, ocorrendo uma verdadeira revolução nesse momento histórico. Por isso, Hobsbawn (1986) assinala que o processo de transição do sistema feudal para o capitalismo é produto da própria evolução do feudalismo.

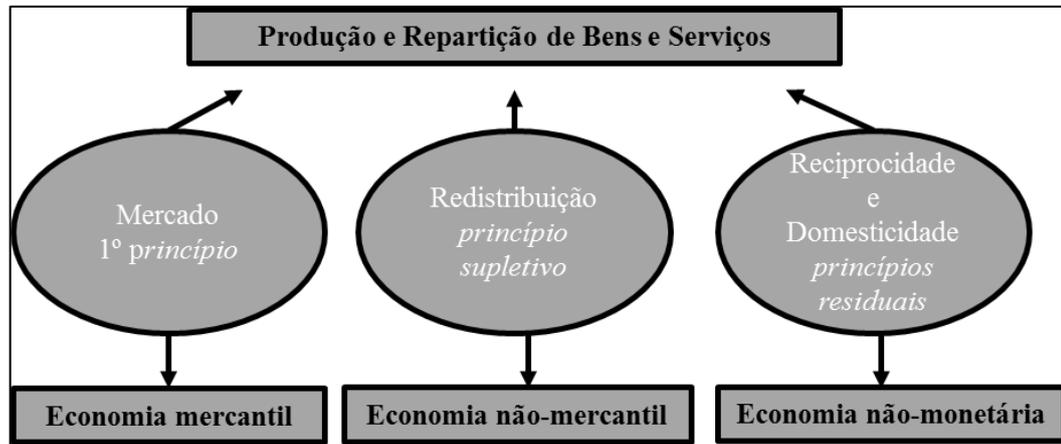
O autor Polanyi (2000) buscou aprofundar os estudos de outros sistemas de produção através da economia antropológica, e percebeu que antes do capitalismo se tornar um sistema hegemônico, outras sociedades experimentaram sistemas de mercado na qual o princípio norteador de como se dariam as relações econômicas e sociais não era a competitividade. As tribos indígenas na América pré-colonial, os aborígenes da Oceania, algumas comunidades africanas são exemplos do chamado comunismo primitivo, na qual os meios de produção, especialmente as terras, eram coletivizados.

Os princípios de integração econômica das sociedades identificadas por Polanyi (2000) para organização da produção e repartição de bens e serviços foram: 1) domesticidade, 2) reciprocidade, 3) redistribuição e 4) mercado. O primeiro foi denominado assim, pois é caracterizado pela produção para o consumo próprio, e a base de suporte é a autarquia. O segundo prevê a simetria entre os participantes, e o estabelecimento da troca é tida como uma dádiva. O terceiro princípio funcionou a partir da direção por uma autoridade central, podendo ser ou não o Estado. E o último princípio apresentado pelo autor é o mercado, na qual a oferta e procura são ajustadas através do preço e a forma de equivalência é a moeda, ocorrendo as trocas dentro do sistema de mercado.

Como forma de sintetizar essas informações, e demonstrando como se deu a evolução do padrão de mercado, Laville (1992) desenvolveu a figura 2 a seguir, na qual apresenta a economia em três formas de sistemas de produção: mercantil (mercado), não-mercantil (redistribuição) e não-monetária (reciprocidade e domesticidade). Essas três formas

de economia surgiram logo após a I Guerra Mundial, com o fim dos “cem anos de paz” que durou no século XIX.

Figura 2 - Produção e Repartição de Bens e Serviços



Fonte: Laville (1992, p. 135)

Para o surgimento de alternativas para a superação do capital, perpassa pela compreensão do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, e que existem tipos de sociedades que não têm seus princípios definidos pelo mercado, na qual os indivíduos buscam a todo o momento a maximização do lucro independentemente de como afetará a vida de outras pessoas. É nesse movimento que trabalhadores adotam novas práticas de relação com a produção, construindo dentro do capitalismo as bases de uma sociedade superior, como é o caso da prática da economia solidária.

A economia solidária como objeto de pesquisa acadêmica é um fenômeno recente que passou a ser difundido no Brasil a partir das experiências das organizações de produção coletivas de trabalhadores que se expandiram ao longo dos anos 1970. Porém, essa temática é debatida em diferentes localidades do mundo que buscam conceituar essa prática.

No Brasil, um dos mais renomados autores neste campo é Paul Israel Singer. Além de professor de economia da Universidade de São Paulo (USP), foi militante político atuando no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos de 1980, ajudou a constituir a incubadora tecnológica de cooperativas populares da USP, em 1998, e implementou, em 2003, a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da qual foi secretário titular e pode implementar diversas políticas públicas.

De acordo com Singer (2002), a economia solidária tem sua origem no período do cooperativismo revolucionário, surgido a partir da idealização de Robert Owen, Michael Fourier e Saint-Simon, ou socialistas utópicos como foram chamados por Marx & Engels. Após aprender lições com as experiências do passado e percebendo a forma de comportamento atual de empreendimentos coletivos autogeridos, o autor define a economia solidária como um modo de produção, distribuição, e convivência alternativa ao capitalismo, na qual os ganhos econômicos não são maiores que os ganhos sociais, e tem como princípio a posse e o uso dos meios de produção e distribuição, de modo que não haja distinção entre proprietários e trabalhadores. Assim, ela se expressa como uma forma de luta contra os efeitos do capitalismo, opondo-se à ditadura do capital e à racionalidade expressa no individualismo, na maximização do lucro e na racionalidade instrumental. As formas de organizações mais comuns encontradas, expressas pelo autor, seriam as unidades produtivas autogestionárias, cooperativas de compra e venda, agricultura familiar, redes de comércio justo, incubadoras de empresas, clubes de troca e microcrédito.

Apesar de a economia solidária representar múltiplas e variadas experiências, está fundamentada em um conjunto de ideias que se opõem ao modelo econômico tradicional. Singer (2002) sistematiza-as em duas esferas que se apresentam apresentado da seguinte maneira:

Na esfera Macro

- 1- Cooperação ao invés de competição;
- 2- Igualdade entre os que se associam: todos os sócios têm a mesma parcela de capital, portanto, o mesmo direito do voto em todas as decisões;
- 3- Necessidade do Estado para poder igualar, periodicamente, as oportunidades das cooperativas, utilizando-se de ferramentas como impostos, subsídios e crédito;
- 4- Extinção das classes sociais: todos são trabalhadores e possuidores de capital em cada cooperativa ou sociedade econômica.

Na esfera Micro

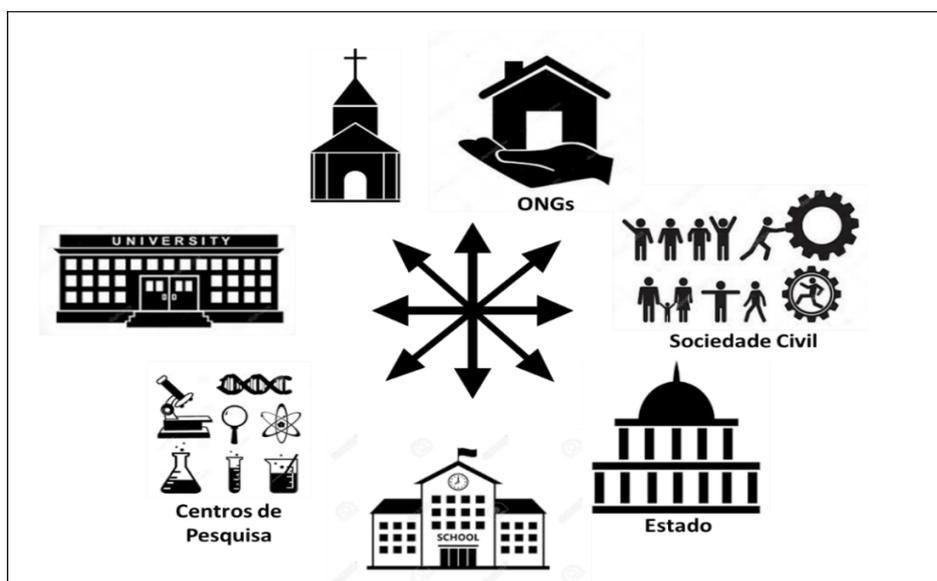
- 1- Na empresa solidária os sócios não recebem salário, mas *retirada*, que varia conforme receita obtida, sendo decidido coletivamente, em assembleias, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas de acordo com função/cargo exercida;
- 2- Nas cooperativas, as sobras têm sua destinação decidida pela assembleia de sócios. Uma parte é destinada a um fundo educacional, outra é posta em fundos de

investimentos, e o restante é distribuído aos sócios por algum critério aprovado pela maioria;

- 3- O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária para geração de trabalho e renda a quem precisa, e difundir um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas;
- 4- A administração é feita democraticamente, através da autogestão.

Como forma de sustentabilidade da economia solidária, o autor sugere uma busca do desenvolvimento sistêmico em que as cooperativas sejam consumidoras e fornecedoras uma da outra, em cadeia sem atravessadores. Para tanto, as redes solidárias necessitam de todos os atores: estado, sociedade civil, igrejas, ONGs, escolas, universidades, incubadoras, centros de pesquisa, criando-se um ambiente sinérgico e sustentável, como demonstrado na figura 03 abaixo.

Figura 3 - Atores importantes para um sistema de redes solidárias



Fonte: Singer (2002), elaboração própria.

Da mesma forma que as pessoas não nascem com predisposição à heterogestão e a cultura da competitividade, a solidariedade e autogestão também não são processos naturais, precisando ser ensinada e cultivada ao longo da vida, a partir do desenvolvimento das práticas do dia a dia: a brincadeira das crianças, conteúdo escolar, religião, família, amigos, enfim, o meio e a cultura é que irão determinar os valores e princípios que um indivíduo seguirá por

sua vida. Desse modo, um ambiente sinérgico no qual diferentes atores sociais atuem na introdução, difusão e de práticas solidárias dentro do processo econômico é determinante para mudanças no sistema social e econômico, como expresso na figura 03 anterior.

Contudo, Singer avalia que apesar de a economia solidária ter se apresentado como uma alternativa às crises de desemprego ao longo dos anos 1980 e 1990, no processo de recuperação de empresas em falência por trabalhadores, ela somente:

[...] se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autossustento, *usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona*. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científicos-tecnológicos solidários (SINGER, 2002 p. 120 e 121).

Outra forma de pensar a solidariedade no processo econômico é através da visão marxista, como a expressada por Marlene Grade (2007) como um espaço de transição para uma sociedade de fase superior ao capitalismo, e não como um modo de produção como proposto por Singer (2002). A autora observa a economia capitalista em um processo histórico, na qual apresenta que o atual modo de produção não consegue proporcionar as condições sociais para a reprodução dos seres humanos. Com a transformação do trabalho em mercadoria e a concentração de capital na mão de poucas pessoas, a grande maioria da população se transforma em miserável mercadoria.

O sistema capitalista é contraditório. Com a transformação do trabalho em mercadoria na sociedade burguesa, as pessoas que produzem e apenas detêm o trabalho como meio de produção, não possuindo terra ou capital, em algum momento poderão não mais conseguir reproduzir-se como força produtiva ao capital. Devido a isso surgem dentro do próprio sistema capitalista formas alternativas de organização econômica, criadas a partir desses conflitos.

Deste modo, duas alternativas surgem como solução: 1- A primeira seria a volta aos modos de produção anteriores, como exemplo primitivo, escravista, asiático ou feudal. Porém, é impossível que isso ocorra devido à atual forma de produção e consumo em que as pessoas se adequaram, à produção em massa e à esperança em poder consumir os produtos à disposição e, ainda, porque “todos os meios de produção materiais da vida já se constituem em propriedade privada dos capitalistas” (GRADE, 2007, p. 3). 2- A segunda alternativa reside no avanço para modos de produção superiores, com organizações coletivas. Porém,

para a viabilização da segunda alternativa não é suficiente apenas a contradição do capital em promover a desvalorização do trabalho. De modo que exista a necessidade de que “a força produtiva do trabalho social tenha alcançado um grau de desenvolvimento tal que não mais pode ser operado individualmente ou localmente” (GRADE, 2007, p.3), e que a vida de um dependa da *práxis* do outro. Para tanto, os trabalhadores devem se rebelar contra o estado capitalista por não acessarem aos bens materiais ao qual produzem, ficando a riqueza material nas mãos dos detentores do capital.

Dessa forma, as bases de uma sociedade superior são construídas nas entranhas do capitalismo a partir da tomada de consciência da classe trabalhadora:

O novo só pode nascer a partir do velho, porém em suas entranhas. O novo só pode emergir a partir do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, sem esse nexos, a escassez e a miséria impediriam a sua constituição. A construção da sociedade comunista-socialista não é dada pela miséria produzida pelo modo de produção capitalista. Assim é que buscamos apreender na Economia Solidária os elementos que se constituem em processo de desalienação humana, da emancipação humana, ainda que contraditoriamente, visto que se faz ainda sob o velho mundo burguês (GRADE, 2007 p.5).

Para que a economia solidária, expressa nos movimentos cooperativistas, seja esse espaço que possibilite a emancipação dos homens produtores, deverá apontar para a eficiência das condições de produção e aumento da produtividade, de modo a permitir que seus trabalhadores reduzam o tempo de trabalho para que possam se reproduzir como ser social (GRADE, 2007, p. 23).

De maneira ainda mais crítica, Menezes (2007, p. 3) questiona o papel “salvacionista” que os intelectuais da economia solidária formulam políticas públicas tendo o “viés da conciliação e da adaptação ao sistema da ordem burguesa, no lugar de ações e formulações combativas, que caracterizariam as posições políticas desse grupo de intelectuais”. De forma que essas formulações estão em sintonia com as recomendações de organismos multilaterais que seguem orientação dos países imperialistas, contribuindo para a perpetuação do capital financeiro nacional e internacional. Dessa forma, a economia solidária não seria dissociada do conceito de terceiro setor, ou terceira via, na qual o conceito da sociedade civil é sinônimo dos “novos movimentos sociais”. A autora é ainda mais contundente quando avalia que o papel que a economia solidária apresenta na classe trabalhadora, através da atuação junto ao movimento sindical, é de caráter desmobilizador da categoria.

Questionamos teórica e politicamente as formulações, propostas e práticas desenvolvidas pelo professor Paul Singer (socialista confesso) que desenterra as

premissas do socialismo utópico para estruturar o seu projeto de “economia solidária. No qual se propõe, de início, ser uma alternativa ao capitalismo e, na verdade, exerce o papel de ser um instrumento altamente eficaz na consolidação do projeto burguês sob a égide de uma “contra reforma”. Economicamente regressiva, politicamente conciliadora e teoricamente equivocada, a “economia solidária” estabelecida nos moldes de Paul Singer já se incorporou, no caso brasileiro e em outros países da América Latina, às políticas governamentais subordinadas aos interesses do capital parasitário-financeiro na atual etapa do capitalismo. Porém nossa crítica recai, sobretudo, no papel que a “economia solidária” desempenha junto à classe trabalhadora em função do reforço que ela representa enquanto uma política social que auxilia a desmobilização do movimento operário e como fonte que abaliza a precarização do trabalho. (MENEZES, 2007, p. 4)

2.2.1 O empreendedorismo popular de Gaiger

Para Gaiger (2007), o processo de produção capitalista se apoia na produção de mercadorias com o objetivo de comercialização, separação dos trabalhadores dos meios de produção, transformação do trabalho em mercadoria pelo empregado assalariado e acumulação contínua de capital pelo detentor dos meios de produção. Em meio às crises do sistema capitalistas, que gera fome, desemprego e carestia, a classe trabalhadora fica desamparada e sem os meios de subsistência necessários para sua reprodução. Esse fato leva a surgir dentro do capitalismo outras formas de produção que podem coexistir com o sistema dominante, como é o caso da economia solidária.

O empreendedorismo popular seria uma alternativa a essa situação posta aos que produzem. Juntos em organizações produtivas coletivas podem se apoiar na autogestão, democracia interna, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social como forma de estimular o aprimoramento do processo produtivo, com a diminuição da jornada de trabalho com aumento da produtividade. Sendo esse o maior desafio das empresas solidárias, unir o aumento da eficiência com a solidariedade. Gaiger (2007) apresenta uma nova racionalidade econômica presente nesse tipo de empreendimento que apresentam dois objetivos: 1- Se viabilizarem economicamente e 2- Serem espaços pedagógicos de emancipação do homem. Essa racionalidade típica dos empreendimentos da economia solidária se diferencia das demais práticas, pois:

Ela se diferencia das práticas habituais dos trabalhadores individuais, cujos esforços para manterem-se à tona mal os defende da informalidade e da insegurança, mantendo-os na dependência de outros agentes econômicos; diferencia-se também da economia popular tradicional, cujos vínculos de reciprocidade nem sempre refletem princípios igualitários e democráticos e tampouco a retiram de uma posição subalterna e precária na estrutura econômica. Naturalmente, essa nova racionalidade igualmente se opõe à índole e às práticas da empresa capitalista, que não são inclusivas e apenas valorizam o trabalho instrumentalmente, na justa medida requerida pelas estratégias de acumulação. (GAIGER, 2007, p. 5)

2.2.2 Redes de colaboração solidária de Euclides Mance (2002)

Pautados nos princípios de cooperação e solidariedade, um sistema em forma de redes interligadas e interdependentes podem viabilizar uma nova racionalidade econômica, com critérios de participação nessa rede: a) Proibição da exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; b) Preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas; c) Utilização de parte do excedente da produção para a expansão da rede e d) Autodeterminação, autogestão dos meios de produção, cooperação e colaboração. A formação dessas redes teria como objetivo promover o bem viver da coletividade, a diminuição da jornada de trabalho e a priorização do homem, não do capital (MANCE, 2002).

As ideias do estabelecimento dessas redes solidárias advêm de práticas de atores sociais contemporâneos, como exemplo, podem ser citados além das práticas de autogestão de fábricas controladas por trabalhadores, a agroecologia, os bancos comunitários, as moedas sociais, grupos feministas, difusão do *software* livre, comércio justo e solidário, grupos ambientalistas, movimentos de contestação ao poderio do capital financeiro (*Occupy Wall Street*), entre outras práticas da economia solidária. Mance (2002) vê o crescimento mundial dessas redes em um processo globalizado, que tem os fóruns mundiais sociais como espaços de debates e articulação das ideias.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO RESSURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária surge a partir das experiências práticas dos trabalhadores que lutavam contra o aumento da exploração do trabalho e precariedade das condições de vida advindas do sistema capitalista, expressando-se na resistência a esse sistema sob a forma do cooperativismo e trabalho associado. Apesar de o termo surgir no Brasil, trata-se de um movimento que ocorre no mundo inteiro e propõe uma forma de organização da produção, do consumo e da distribuição de riqueza com foco na valorização do ser humano.

Com o avanço das crises capitalistas na segunda metade do século XX, faz ressurgir no movimento de trabalhadores e organizações eclesiais experiências que se opunham às proposições neoliberais que passavam a tomar forma de políticas econômicas nos governos dos principais países do mundo. A partir dos anos de 1970, o mundo passou por mudanças estruturais, de ordem econômica e social, de modo que fragilizou a relação capitalista de trabalho, gerando uma expansão da informalidade e precarização da relação de trabalho.

O contexto do avanço do desemprego na formação de um exército de desempregados forçou alguns trabalhadores a abdicarem de direitos sociais na tentativa de garantir a sobrevivência. Esse também foi um dos principais fatores que permitiu o surgimento de formas alternativas da organização do trabalho, como exemplo a economia solidária, que tem em seus princípios a posse coletiva dos meios de produção e distribuição, gestão democrática, repartição do excedente anual e a não remuneração do capital (cota-parte). Para entender melhor esse contexto, será apresentado um panorama dos principais acontecimentos no mundo que influenciaram para este acontecimento.

A implementação das políticas neoliberais é um desses acontecimentos que provocou a manifestação de movimentos contrários a essa prática. O pensamento neoliberal surge como forma de adaptar as ideias da economia liberal ao capitalismo moderno. De acordo com o dicionário de economia de Sandroni (1994, p. 240), para a escola neoliberal, a economia é “regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e cuja mola mestra é o mecanismo de preços”, a diferença entre os liberais ocorre devido à aceitação dos neoliberais da interferência do Estado para que possa garantir a livre concorrência do mercado.

Apesar de o termo ter surgindo ainda em 1930, a aplicabilidade prática como política econômica só se deu a partir dos anos de 1970, sendo a ditadura de Pinochet no Chile a primeira experiência em nível de nação. A implementação deste foi permitida pelo

agravamento da crise do estado de bem-estar social nos países centrais, as crises no mercado de trabalho e alta de inflação nos países periféricos. Embora seja o pensamento hegemônico até os dias atuais, autores como Liepzing (1989), Anderson (1995), Chesnais (2002) apresentam visões críticas aos pressupostos neoliberais, bem como as formulações políticas elaborada em suas bases.

Os pensadores neoliberais, liderados por Hayek, organizavam-se um organismo internacional de “inimigos críticos do *New Deal*”, com objetivos claros de combater o pensamento keynesiano e o “solidarismo” sindical, propondo um liberalismo romântico em que o Estado não deveria intervir nos mecanismos de mercado, e ainda, argumentavam que a desigualdade era um valor positivo e necessário à sociedade ocidental. Apesar de esse discurso ter surgido ainda em 1944, foi somente em 1973, com a crise do modelo pós-guerra que as ideias neoliberais ganharam espaço (ANDERSON, 1995). Para entender um pouco de como se conformou este processo, faz-se necessário levantar fatores históricos e econômicos que levaram ao avanço neoliberal.

A eclosão da primeira grande guerra marcou o fim de um longo período de paz, no qual foi permitido pela constituição de quatro instituições: o sistema de equilíbrio de poder, o padrão internacional do ouro, o mercado autorregulável e o estado liberal. A quebra do padrão-ouro que simbolizava uma organização única para o comércio e transações financeiras internacionais favoreceu para o surgimento dos grandes conflitos mundiais do século XX datados em 1914 e 1939 (POLANYI, 2000).

Por intermédio das grandes guerras ocorreu a crise econômica de 1929, uma crise de superprodução em que as pessoas não conseguiam comprar e as empresas não conseguiam vender seus produtos devido à escassez da demanda. Logo após o crescimento da economia norte-americana dado pelas exportações de produtos industriais para a Europa, que ainda se recuperavam da I Guerra Mundial, os países europeus se voltaram para a industrialização de suas nações, de modo que havia mais produtos disponíveis do que pessoas com renda suficiente para consumir a produção (Lipietz, 1989).

Do ponto de vista da organização da produção, o que ocorreu em 1929 foi uma crise da acumulação intensiva, em que houve o esgotamento do modo de regulação concorrencial, onde os preços eram ajustados no mercado *a posteriori*. Com o advento de novas formas de organização do trabalho, o taylorismo e depois o fordismo, geraria ganhos de produtividades que não representaria o aumento proporcional da demanda final, elevação da extração da mais valia relativa, fato que contribuiu para a geração da crise de superprodução (LIEPITZ, 1989).

A crise de 1929 foi a maior e mais duradoura depressão econômica do século XX, gerou altas taxas de desemprego e quedas drásticas no produto interno bruto dos países, especialmente com a diminuição da produção industrial. A data marca o período em que ocorreu uma baixa vertiginosa no preço das ações na Bolsa de Nova York, levando empresas e bancos à falência. Como forma de conter a crise, o presidente dos EUA Franklin Roosevelt adotou uma série de medidas conhecidas como o *New Deal*.

As políticas de intervenção do Estado na economia de mercado adotadas pelo então presidente americano abrangia a agricultura, a indústria e a área social, e seu objetivo era recuperar e reformar a economia americana. Para tanto, apresentou uma série de medidas: a) O controle sobre os preços e a produção, na tentativa de conter a superprodução; b) A destruição de estoques agrícolas, a fim de parar a queda de preços e; c) O investimento em obras públicas e a diminuição da jornada de trabalho, a fim de gerar novos postos de trabalho e melhorar a infraestrutura do estado (LIMONCIC, 2003).

Além disso, as medidas anunciadas por Roosevelt visavam a formação de uma estrutura social, através da criação da previdência social, com a determinação de salário mínimo e apoio a desempregados e aposentados, e o incentivo à criação de sindicatos, como forma de equacionar o poder de negociação dos trabalhadores e manutenção dos direitos conquistados. Porém, a retomada do crescimento da economia mundial somente ocorreria após a II Guerra Mundial.

Essa crise do capital só foi revertida no período pós-guerra, quando os EUA ofertaram ao mundo, através do plano Marshall, o fordismo e o modelo de consumo de massa, de modo que “um novo modo de regulação, monopolista, incorporou, *a priori*, um crescimento do consumo popular proporcional aos ganhos de produtividade na determinação dos salários e lucros nominais” (LIPIETZ, 1989, p. 306).

Com o fim da segunda grande guerra, diversos países da Europa estavam com suas economias enfraquecidas, e em sua maioria, encontravam-se devastados pelos efeitos da guerra. Além disso, após a derrota do nazismo, o mundo encontrava-se polarizado em duas grandes potências mundiais, de um lado a União das Repúblicas Soviéticas (URSS) que avançava na consolidação do socialismo no leste europeu, e do outro os Estados Unidos da América (EUA) que apontava como a principal nação entre os países de capitalismo avançado (BASTOS & BRITTO, 2010).

Como forma de conter o avanço da popularização da forma de governo soviético, que saíam vitoriosos da guerra contra o nazismo, os EUA lançaram o programa conhecido como plano Marshall, que tinha como objetivo a reconstrução econômica dos países europeus no

pós-guerra, no início com a compra de alimentos e produtos agrícolas e posteriormente ampliando para financiamento da industrialização deles. Os principais países favorecidos com o plano foram Inglaterra, França e Itália. Para o gerenciamento dos recursos financeiros foram criados órgãos como a Administração para Cooperação Econômica e a Organização Europeia de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essas e outras instituições criadas a partir do plano contribuíram para o fortalecimento da internacionalização dos capitais na segunda metade do século XX (LIPIETZ, 1989).

Os países de capitalismo avançado apostavam na recuperação econômica e melhoria dos níveis de consumo da população, através da reconstrução de edificações e indústrias desses países, criação de estrutura estatal para a oferta de serviços sociais como saúde, educação e emprego. Devido ao destacamento gerado pela política de forte intervenção estatal, os países da Europa Ocidental mostraram altas taxas de crescimento, de modo que o plano serviu para montar as bases do chamado “Estado de Bem-Estar Social”.

O *Welfare State* teve sua origem nas ideias de John Maynard Keynes, surgindo como resposta para o que se vivia na Europa, para tanto há dois objetivos que se destacam, a garantia do funcionamento do mercado como regulador da economia e a necessidade do Estado como provedor de políticas sociais, pois havia a concepção de que todas as pessoas eram cidadãs e detentores de direitos.

Com concepções opostas às ideias liberais, Keynes desenvolveu sua teoria geral argumentando que os ciclos da economia não são autorregulados e que as flutuações econômicas estavam relacionadas com as oscilações no patamar da demanda efetiva. Desse modo, o Estado deveria atuar com políticas anticíclicas no sentido de manter o pleno emprego.

Além disso, caberia ao Estado atuar com políticas sociais como previdência social, garantia do acesso de todos aos cidadãos a saúde, educação em todos os níveis, estabelecimento de um salário mínimo, direito à livre associação, seguro-desemprego. Estes tipos de políticas sociais ofertadas pelo Estado buscavam atingir também o desempenho da economia através do aumento da produtividade e, apesar de ter iniciado no período entre guerras, foi entre os anos de 1947-1973 que o capitalismo vivenciou seus anos dourados.

Desse modo, percebe-se que o plano Marshall não foi apenas um modelo de ajuda financeira aos países para suas reconstruções, mas estava atrelado à proposta de um novo modelo de acumulação de capital. Esse modelo visava aumentar a escala de produção, a reorganização capitalista do trabalho, no sentido de gerar um aumento da produtividade e de um maior coeficiente de capital. Esse modelo vivenciou um longo período de continuado

aumento do Produto Interno Bruto (PIB) até o final dos anos de 1960, mesmo não indicando uma melhoria no nível de vida, mesmo na média.

A crise do modo de regulação fordista inicia a partir dos anos de 1970, verificado pela queda dos ganhos de produtividade. Lipietz (1989) sugere que essa crise pode ter origem no “estrangulamento dos lucros (*profit squeeze*)” gerado pelo rápido aumento do poder de compra, ou na alta da composição orgânica do capital, ou seja, de que para compensar os ganhos da produtividade deveria elevar o valor do capital. Mas, o fato é que a crise que se apresentou não era de superprodução, mas uma crise de rentabilidade, assumindo uma forma de estagnação e, coexistindo com um aumento geral dos preços, a inflação.

Ocorreram dois fatos marcantes que contribuíram para o agravamento da crise ocorrida nos anos 1970, e que continuou durante os anos de 1980. O primeiro foi a desregulamentação do sistema monetário internacional, fim do padrão ouro-dólar. Em 1971, o dólar foi desvalorizado e perdeu sua paridade com o ouro pondo um fim ao acordo de Bretton Woods de 1944, tornando o dólar uma moeda fiduciária, ou seja, sem lastro em nenhum metal e sem valor intrínseco, baseado na confiança de quem emitiu o título. Um dos principais fatores que levaram aos EUA a romper com o acordo foi a necessidade de financiamentos militares devido à guerra fria, especialmente a batalha direta ocorrida no Vietnã. Outro fator também relevante foi o interesse demonstrado pelos Bancos Centrais europeus em resgatar, em outro, os seus estoques de dólar (HARVEY, 2011).

Nesse sentido, os EUA, como principal potência mundial do ocidente, impôs a abolição da conversão do dólar em ouro e estabelece um sistema de câmbio flutuante, e não mais fixo, ou seja, o valor das moedas estrangeiras iria variar de acordo com a oferta e a demanda no mercado, sem a intervenção do Estado, o que não quer dizer que não ocorra influencias dos Bancos Centrais ou de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa decisão americana foi ratificada em 1973 em reunião do FMI, no qual os demais países passaram a adotar também taxas de câmbio flutuante (HARVEY, 2011).

O segundo fator que marcou esse período foram os choques petrolíferos. Em 1973, os países membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentaram em quatro vezes o preço do petróleo em três meses. E, em 1979, ocorre uma nova crise do petróleo, gerada por uma diminuição da oferta com aumento do preço. Isso contribuiu para o aumento do déficit comercial aos países importadores, agravamento da inflação e estagnação da economia dos países europeus, gerando um alto nível de desemprego nesses países.

Um dos fatos que levaram a crise do petróleo no mundo foi a escassez do produto, que alertou para uma crise dos recursos naturais não renováveis. É a partir desta crise, que os países se atentam para a total dependência desse produto para o funcionamento da economia global, e passam a pensar em alternativas de geração de energia renovável, mas sem abrir mão da continuidade da utilização do petróleo como principal fonte de geração de energia, especialmente nos automóveis (LIPIETZ, 2002). Ao perceberem a escassez do produto e na tentativa de gerar excedentes econômicos, os países membros da OPEP aumentam o valor dos *royalties* da extração do petróleo e criam impostos para exportação do produto.

Do ponto de vista do sistema financeiro internacional, para toda transação comercial entre países era utilizado o dólar como moeda, dessa forma o aumento do preço do petróleo combinado com a política monetária adotada nos EUA (desvalorização da moeda), gerou um excedente de dólar no mercado europeu, conhecido como petrodólares. Esse excedente, enviado da OPEP a Europa, gerou uma enorme liquidez e necessidade de recuperação desse ativo. A partir de inovações financeiras, que permitiu uma maior fluidez internacional desses recursos, foi gerado empréstimos aos países do terceiro mundo a juros baixos, porém com taxas flutuantes (DATHEIN, 2003).

Porém, mesmo com todas essas mudanças, a economia norte-americana ainda era hegemônica, e no final dos anos 1970 *Federal Reserve* (FED) adotou uma política restritiva, na qual gerou aumentos na taxa de juros e da cotação do dólar. Como reação a essa política, na tentativa de não desvalorizar suas moedas, outros países de capitalismo avançado também aumentaram suas taxas de juros. Esse fato fez crescer enormemente a dívida externa dos países periféricos (DATHEIN, 2003).

Como dito anteriormente, o decreto realizado pelo presidente dos EUA Richard Nixon em 1971 que determinava o fim da paridade dólar e ouro influenciou fortemente o excesso de liquidez internacional, gerando créditos concedidos principalmente por bancos privados internacionais, sendo os países da América Latina os principais tomadores desses empréstimos. A crise que desestabiliza a balança comercial dos países periféricos e a tentativa de financiamento dos déficits acumulados dessas transações influíram no crescente endividamento externo, que ficaram quase impossíveis de serem sanados devido à elevação das taxas de juros internacionais em 1979 (FATTORELLI, 2013a).

Os países da América Latina em sua maioria passavam por ditaduras civis-militares que contraíram dívidas de forma escusa. O sentido de contrair dívida pública é para implementações de obras públicas que venha a melhorar a situação da vida das pessoas, porém não havia o controle social dessas dívidas contraídas pelos Governos não

democráticos, a exemplo da estrada transamazônica no Brasil, que gerou prejuízo aos cofres públicos por ser uma via sem asfalto, portanto intransitável em época de chuvas e, ainda, gerou forte impacto ambiental pelo desmatamento ocasionado em áreas próximas à rodovia.

Impulsionados pela facilidade da obtenção do fácil crédito no mercado internacional, esses débitos foram contraídos pelos países periféricos com taxas de juros flutuantes e, com a elevação unilateral dessas taxas provocou a crise da dívida externa nesses países a partir de 1982, na qual os países latino-americanos precisaram renegociar suas dívidas, surgindo espaço para as intervenções do FMI que levaram ao aprofundamento da desregulamentação financeira, tendo o Consenso de Washington como a agenda oficial do FMI (FATTORELLI, 2013a).

O Brasil foi um dos países participantes da reunião que resultou na aprovação do Consenso de Washington e, como consequência, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994), o então ministro do interino Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Bresser-Pereira, elaborou o principal documento intitulado “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (1995) que orienta as mudanças necessárias para o país se adequar ao projeto neoliberal. Na concepção do Estado, esse documento avalia que o capitalismo vivenciou a partir dos anos 1970 uma crise do Estado na qual “paralelamente ao descontrole fiscal” (BRASIL, 2015), vários países obtiveram elevados índices de inflação, aumento do desemprego e redução na taxa de crescimento econômico.

De modo que, a forma de organização da administração pública precisaria ser reconstruída em bases “modernas e racionais”. Avalia, ainda, que “o Estado se desviou das suas funções básicas para ampliar sua participação no setor produtivo” (BRASIL, 2015) devido ao modelo de desenvolvimento econômico adotado por governos anteriores, o que acarretaria no agravamento da crise fiscal e da inflação. No entanto, percebe-se que as propostas de reformas do Estado têm como pano de fundo as proposições elaboradas no Consenso de Washington.

O papel principal do consenso era orientar os países para uma nova ordem mundial que se seguia, de maneira a buscar soluções para a crise fiscal dos países, especialmente os emergentes, da qual dependiam de renegociações e novos empréstimos das instituições financeiras internacionais. Para conseguir isso, deveriam seguir sua “cartilha” que tinham como pontos principais: a) Abertura econômica, b) Redução drástica do tamanho do Estado, c) Privatizações, desregulamentação e flexibilização do câmbio, d) Reestruturação do sistema previdenciário, e) Investimento em infraestrutura básica, f) Fiscalização dos gastos públicos e, g) Políticas sociais focalizadas. (PINTO; GONÇALVES, 2015, p. 9)

Percebe-se que a implantação dessa medida é orientada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1994, p. 11) quando este diz:

Neste sentido, são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas.

A mudança da concepção do papel desempenhado pelo Estado é mostrada como o caminho a ser seguido por todos os países, na qual sai de cena o Estado planejador, executor e produtor, devendo este agir como intermediador de conflitos, “transferindo ao setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado”, e serviços como educação, saúde, cultura e pesquisa científica deveriam ser subsidiados pelo Estado, mas a execução dos serviços prestados pelo setor público não-estatal.

Esta mudança proposta pela reforma neoliberal apresenta uma falsa disputa entre Estado e mercado, apresentando o primeiro como ineficiente, atrasado e burocrático, enquanto que o segundo é definido como eficiente, avançado e dinâmico. Além disso, descreve os países ocidentais do atlântico norte como exemplos de sucesso da economia de mercado, e os países latino-americanos como exemplos da “orientalização”, que as relações são caracterizadas como passionais e paternalistas (SOUZA, 2015).

3.1 A Economia Solidária no Brasil

Neste contexto de crises econômicas e ambientais que aparecem novas formas de produção baseados na solidariedade e respeito ao meio ambiente. Uma dessas foi a economia solidária, idealizada por operários como alternativa a exploração do trabalho durante a revolução industrial, período conhecido como cooperativismo revolucionário, foi reinventada dentro de diferentes contextos sociais, sempre negando a separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção. (SINGER, 2015)

O ressurgimento da economia solidária no mundo ocorre no contexto das mudanças na estrutura geopolítica, são exemplos dessa mudança: o fim da guerra fria, com a consolidação a hegemonia norte-americana, as reformas neoliberais, o aumento do preço do petróleo e escassez do produto no mundo (crises de 1973 e 1979), e a desregulamentação

financeira. Essas mudanças ocasionaram novas formas de articulação do capitalismo mundial, a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho foram modificadas através do aumento do desemprego, criando um exército de reserva e tirando o poder de mobilização dos sindicatos, da precarização nas condições de relação de trabalho, com a diminuição do emprego industrial e redução do trabalho assalariado com registro. Esses fatos fizeram crescer a participação do setor informal na economia (GAIGER, 2014; SINGER, 2002; CRUZ, 2006).

Apesar de o termo economia solidária ter surgido no Brasil somente nos anos 1990, essa sempre foi uma prática exercida no mundo inteiro tendo sua origem no cooperativismo, porém com o *Welfare State* vivido na Europa muitas organizações deste tipo passaram a se organizar como empresas capitalistas que visavam o bem-estar de seus funcionários. Ela ressurge como resposta à crise do emprego da segunda metade do século XX. No contexto Europeu, frente à derrota da socialdemocracia que não impede os retrocessos impostos à classe trabalhadora, que lutava pela obtenção e avanço de direitos da classe assalariada através dos sindicatos. Porém, com a crise e o desemprego em massa, ocasionado principalmente pela transferência do capital financeiro para regiões que não possuem legislação de proteção ao trabalhador, aumentando a exploração do capital sobre o trabalhador, os sindicatos enfraqueciam seu poder de mobilização.

Essa crise do modelo de bem-estar social atinge não somente a Europa, mas também transferem sérias consequências às economias da América Latina durante a década de 1980. No Brasil, esse período ficou conhecido como “década perdida”, na qual saiu da política econômica do país a pauta do desenvolvimento, entrando a discussão acerca do combate a inflação e crise da dívida externa. Além disso, algumas indústrias de grande porte passaram pelo processo de falência e concordata, demitindo e fechando vagas de emprego e que se postergou pela década seguinte (SINGER, 2002).

É nesse contexto que os movimentos sociais observam na solidariedade uma alternativa para superação dessas dificuldades. Em contextos diferentes, organizações coletivas como sindicatos, o movimento de trabalhadores sem-terra e pastorais das igrejas retomam e reinventam as práticas do cooperativismo. O processo de falência das indústrias faz com que os trabalhadores, através dos sindicatos, busquem alternativas de manutenção de seus postos de trabalho. Eis que surge um movimento, através da Associação dos Químicos de São Paulo em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que se especializa em na transformação de empresas capitalistas em solidárias. Baseados na legislação que permite o arrendamento ou aquisição da massa falida ou patrimônios dos empregadores por parte dos trabalhadores passam a investir na

recuperação dessas fábricas, como exemplo a fábrica de sapatos Makerly (SP), Cobertores Parahyba, Facit e Hidro-Phoenix. O crescimento do número de empresas autogeridas, a necessidade da formação educativa da autogestão e o compartilhamento das experiências são alguns dos fatores que contribuíram para o surgimento da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), que passa a cumprir o papel de assessoria das empresas solidárias (SINGER, 2015).

No campo ocorre um processo similar, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) utiliza de práticas de autogestão junto aos camponeses, organizando a agricultura em núcleos familiares na qual a prática de prestação de contas e trabalho conjunto é presente. Apesar de a prática do trabalho agrícola não ser necessariamente um realizado coletivamente, a luta pela conquista do direito a terra, bem como a comercialização da produção se torna predominantemente solidário.

Outra instituição importante para o ressurgimento da economia solidária no Brasil é a igreja, que através da Cáritas Diocesana passa a atuar junto às comunidades carentes. Essa entidade foi fundada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) com um caráter assistencialista de doação de alimentos aos pobres. Com o encerramento do programa que contava com apoio internacional dos EUA, ocorre um redirecionamento das atividades da entidade, que passa a ter um papel formativo em educação popular através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e dos organismos e pastoral social. Assim, nos anos de 1990 projetam os Projetos Alternativos Comunitários (PAC), atuando com a criação de emprego e renda nas comunidades através do trabalho associado como forma de superação da pobreza extrema (SINGER, 2015).

Desse modo, percebe-se que a economia solidária foi incentivada por entidades sindicais, movimentos sociais ligados à luta de trabalhadores rurais sem-terra, organismos de caridades da igreja e organizações não governamentais, que contribuíram para a difusão e implantação de modelos de empresas autogeridas no Brasil durante este período.

Em janeiro de 2001, durante o I Fórum Social Mundial (FSM), foi realizada uma oficina com o tema: “Economia Popular Solidária e Autogestão” com participação de 1.500 pessoas, resultando o Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro em Economia Solidária composto de redes e organizações de diversas práticas associativas do segmento popular solidário. Esse GT seria o responsável por mobilizar e sensibilizar empreendimentos, assessorias e gestores que tivessem interesse no tema e prática da solidariedade na economia. Porém, somente em 2003, quando o Partido dos Trabalhadores assume a presidência da república, é que a economia solidária se torna alvo de política pública a nível nacional, consolidada com a criação da

SENAES e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), órgão ligado ao MTE. A partir de então, ocorre um fortalecimento institucional do segmento, com a participação dos diversos segmentos que compõem a economia solidária. A economia solidária ainda é carente de estatísticas, pois as pesquisas oficiais de abrangência nacional ainda não dão conta desse fenômeno, não sendo caracterizado, como exemplo, nas estatísticas censitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, a SENAES em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) realizaram dois mapeamentos nacionais (2005-2007 e 2009-2013) e uma pesquisa amostral, em 2013, a fim de contribuir com informações abrangentes e sistematizadas da economia solidária, permitindo a criação do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) (GAIGER, 2014).

Com a criação da SENAES, em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que indicou o professor Paul Israel Singer para presidir a pasta, começa uma discussão da necessidade de levantamento e sistematização de informações sobre a economia solidária no Brasil. Em 2004 iniciou esse mapeamento, resultando na criação do SIES que é um banco de dados dos empreendimentos e entidades de apoio, assessoria e fomento.

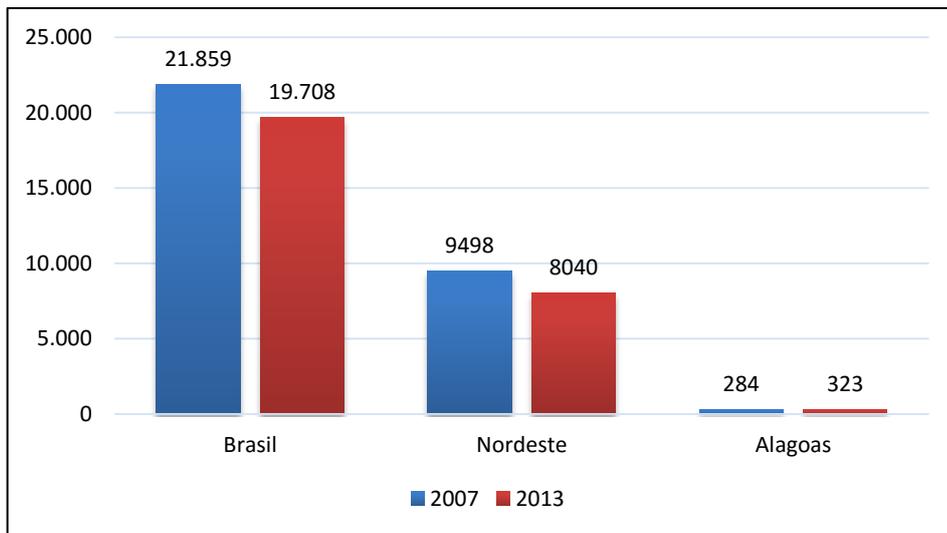
A criação do SIES tinha como objetivos identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil, fortalecer as organizações para o trabalho em rede, promover o trabalho justo e consumo ético, subsidiar a formulação de políticas públicas, facilitar a realização de estudos e pesquisas e dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público. Com as informações geradas a partir do levantamento dessa realidade, esse sistema de informações torna-se um importante instrumento para o planejamento de políticas públicas, dimensionando uma realidade não antes captada pelas pesquisas oficiais no Brasil.

O mapeamento tem em seu escopo reunir e sistematizar progressivamente informações sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EPF) e as Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES). Entendendo esse levantamento como um processo contínuo, o primeiro levantamento dessas informações ocorreu durante os anos de 2005-2007, e o segundo mapeamento que serviu como busca de novos empreendimentos, durante os anos de 2010 e 2013.

Devido a mudanças metodológicas e lapso de tempo entre os mapeamentos realizados em 2007 e 2013, Gaiger (2013) assinala a impossibilidade de comparações entre os dados estatísticos levantados nessas pesquisas, mesmo assim, ainda é possível fazer algumas comparações entre as pesquisas. A primeira questão a ser levantada é que os mapeamentos não conseguiram abranger todo o território brasileiro, podendo uma parte significativa de

empreendimentos não ter sido contemplada em ambos os levantamentos, de modo que no primeiro levantamento apenas 53% dos municípios entraram na pesquisa e no segundo 43%. Essa redução da abrangência da pesquisa foi percebida também na diminuição do número de EES, exceto para Alagoas que houve um acréscimo de 14% na quantidade de empreendimentos. O gráfico 2 abaixo ilustra essas quantidades e proporção para o Brasil, Nordeste e Alagoas.

Gráfico 2 - EES no Brasil, Nordeste e Alagoas em 2007 e 2013



Fonte: Banco de dados SENAES/MTE, 2007; Banco de dados SIES. Elaboração própria.

O mapeamento divulgado em 2013 levantou um total de 60% de novos empreendimentos e 40% foram revisitados, porém não há base de informações suficientes para dizer se houve uma diminuição na quantidade existente de EES ou se o restante deles não foi visitado na pesquisa. Mas como não existem outras estatísticas disponíveis sobre o tema, podemos dizer que houve uma redução de 10% no número total de empreendimentos no Brasil, e mesmo o Nordeste continuando como a região com maior número de EES, também houve uma redução de 15% na comparação com a pesquisa anterior.

Analisando especificamente o último mapeamento realizado, percebe-se que a distribuição desses empreendimentos nas regiões do Brasil não ocorre de forma homogênea, de modo que a região Nordeste concentra 41% dos EES, enquanto que a região com menor quantidade de empreendimentos mapeados é a Centro-Oeste (10%), os dados podem ser observados na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Distribuição Nacional dos EES e Sócios por Região

Região do País	EES	Sócios
Norte	16%	20%
Nordeste	41%	37%
Centro-Oeste	10%	8%
Sudeste	16%	8%
Sul	17%	27%

Fonte: Gaiger (2014), com dados SIES. SENAES, 2013.
Elaboração própria.

Como demonstrado na tabela 1, no que se refere à distribuição geográfica dos empreendimentos, há um destaque para o Nordeste com 8.040 EES, porém há que se evidenciar a importância dos estados do Rio Grande do Sul (1.696), Pernambuco (1.503), Bahia (1.452), Ceará (1.449), Pará (1.358), Minas Gerais (1.188), São Paulo (1.167) e Rio Grande do Norte (1.158), pois são os estados que apresentam números acima de mil empreendimentos, como ilustrado na tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - EES por Distribuição Geográfica, Unidades da Federação, Segundo Área de Atuação Ano(s): 2009 a 2013.

Região	Estado	Nº DE EES	Participação (%)	Rural	Urbano	Rural e Urbano	Ignorados
NORTE	Pará	1.358	7%	720	505	132	1
	Tocantins	404	2%	205	126	73	-
	Amazonas	378	2%	105	260	13	-
	Acre	341	2%	221	96	24	-
	Amapá	328	2%	108	195	25	-
	Rondônia	238	1%	181	44	13	-
	Roraima	80	0%	26	44	10	-
NORDESTE	Pernambuco	1.503	8%	1.001	347	155	-
	Bahia	1.452	7%	1.153	190	109	-
	Ceará	1.449	7%	1.147	258	44	-
	Rio Grande do Norte	1.158	6%	894	226	38	-
	Maranhão	838	4%	651	109	78	-
	Piauí	800	4%	503	204	93	-
	Paraíba	416	2%	266	115	35	-
	Alagoas	323	2%	144	85	94	-
Sergipe	101	1%	45	20	36	-	
CENTRO-OESTE	Goiás	843	4%	545	115	183	-
	Mato Grosso	638	3%	406	163	69	-
	Mato Grosso do Sul	294	1%	86	195	13	-
	Distrito Federal	246	1%	45	197	4	-
SUDESTE	Minas Gerais	1.188	6%	375	599	214	-
	São Paulo	1.167	6%	183	945	39	-
	Espírito Santo	572	3%	367	190	15	-
	Rio de Janeiro	301	2%	34	236	31	-
SUL	Rio Grande do Sul	1.696	9%	648	784	264	-
	Santa Catarina	764	4%	432	192	140	-
	Paraná	832	4%	302	416	114	-

Fonte: SIES. SENAES, 2013. Elaboração própria

Obs.: 1. Valores em números absolutos.

2. Quando o valor for igual a "-", significa que não há registro dos casos.

A distinção entre rural e urbano apenas caracteriza a divisão político-administrativa dos municípios, não realçando tipo de atividade que o empreendimento solidário realiza. Desse modo, esse indicador mostra somente a localidade do empreendimento, não indica se o EES possui um tipo de produção urbana ou rural.

Quando comparado os dois mapeamentos, percebe-se que houve uma redução na quantidade de participantes dos empreendimentos na ordem de 15% no Brasil e de 17% no Nordeste, e em Alagoas um acréscimo de 19%. Na classificação por gênero, houve também uma redução na quantidade de homens e mulheres, porém nota-se um aumento proporcional

na quantidade de mulheres envolvidas. Mesmo com o aumento do número de empreendimento entre as pesquisas no estado alagoano, o crescimento no número de participantes ocorreu apenas entre as mulheres (64%), diminuindo a quantidade de homens em 1%, sendo mais bem ilustrado na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Participação de Mulheres e Homens nos EES.

	2007			2013			Taxa de $\Delta\%$		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Brasil	628.341	1.055.352	1.683.693	620.258	803.373	1.423.631	-1%	-24%	-150%
Nordeste	262.873	380.643	643.516	252.286	281.501	533.787	-4%	-26%	-17%
Alagoas	7.289	15.967	23.256	11.961	15.643	27.604	64%	-2%	19%

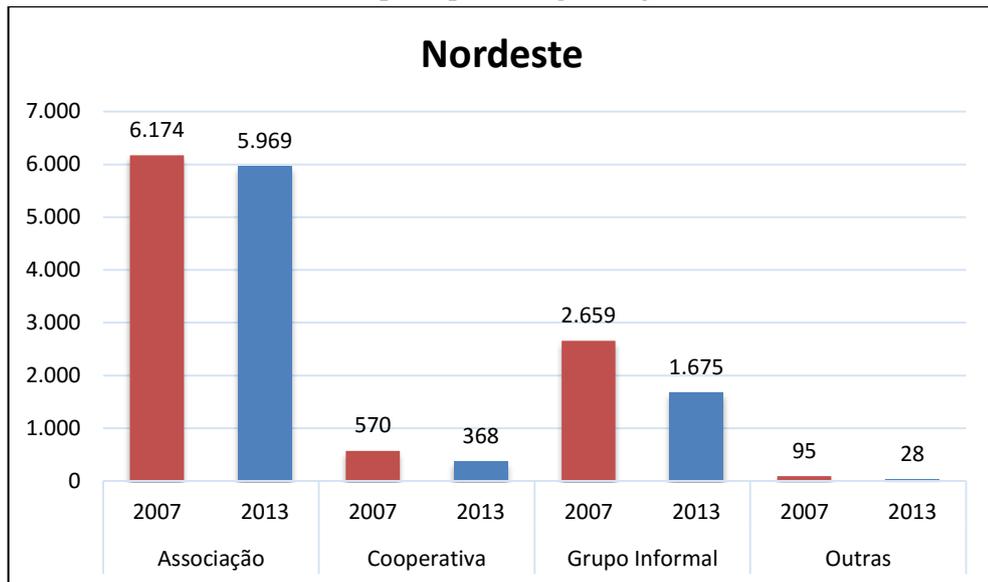
Fonte: Banco de dados SENAES/MTE, 2007; Banco de dados SIES. Elaboração própria.

Quanto à forma de organização houve um crescimento das associações no Brasil frente às demais opções, enquanto que no Nordeste em todas houve diminuição, porém a que menos teve perda também foram as associações. Em Alagoas houve crescimento em associações (20%), cooperativas (86%) e grupo informal (4%). Os resultados estão ilustrados nos gráficos 3, 4 e 5 a seguir.

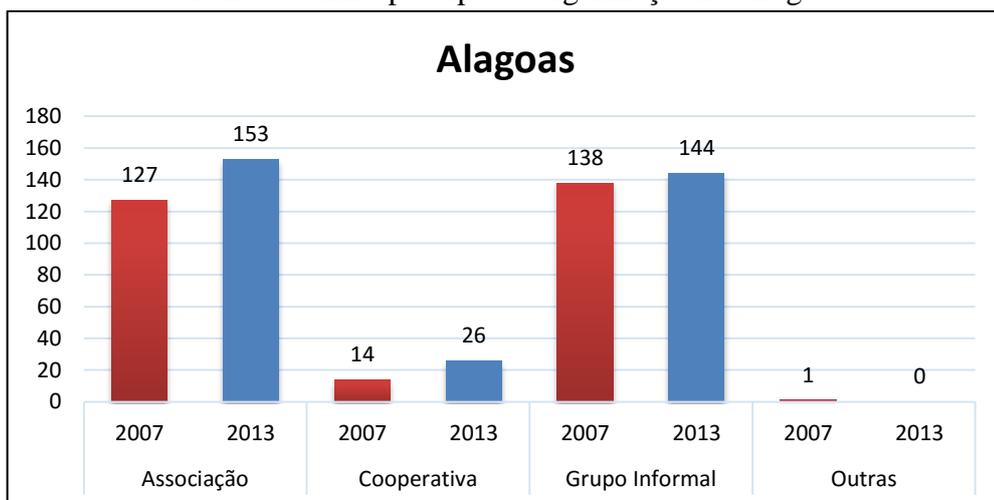
Gráfico 3 - EES por tipo de organização no Brasil.



Fonte: Banco de dados SENAES/MTE, 2007; Banco de dados SIES. Elaboração própria.

Gráfico 4 - EES por tipo de organização no Nordeste

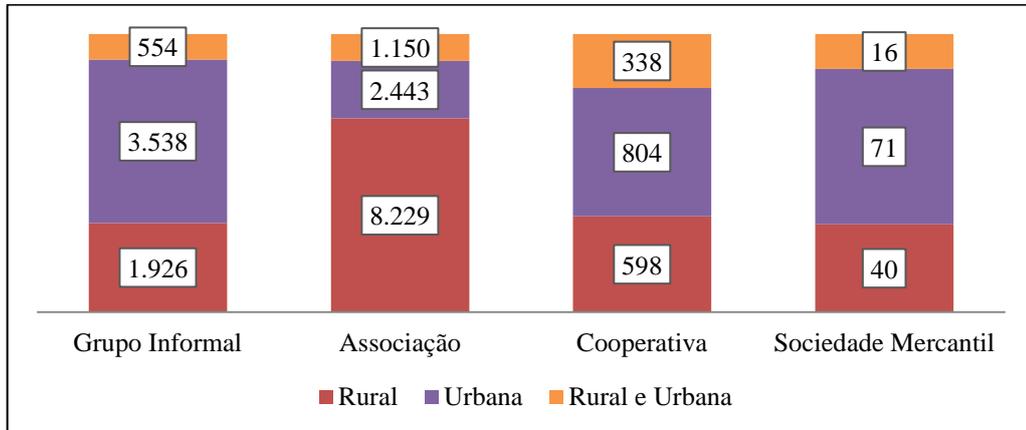
Fonte: Banco de dados SENAES/MTE, 2007; Banco de dados SIES. Elaboração própria.

Gráfico 5 - EES por tipo de organização no Alagoas

Fonte: Banco de dados SENAES/MTE, 2007; Banco de dados SIES. Elaboração própria.

Além disso, há uma relação da área de atuação do empreendimento com a sua forma de organização no Brasil, de modo que os grupos informais são mais presentes na área urbana, as associações se concentram na área rural, enquanto que as cooperativas e empresas mercantis se dividem entre ambas, com maior predominância no espaço urbano, demonstrado no gráfico 6, a seguir.

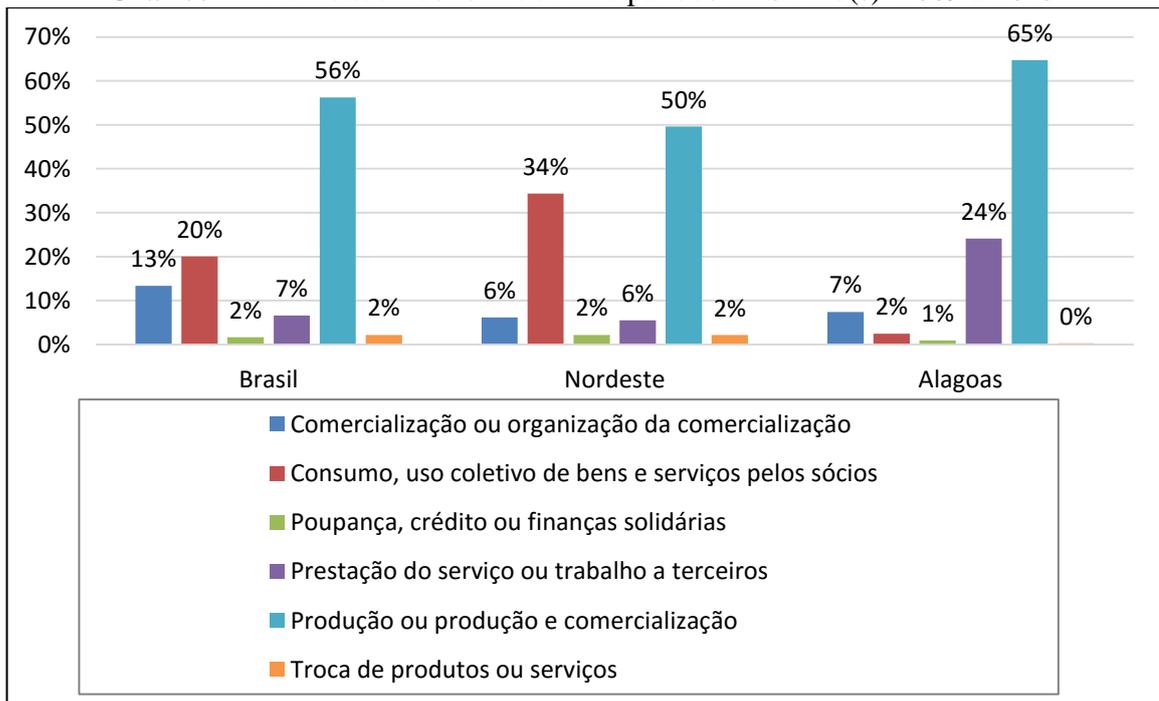
Gráfico 6 - Forma de Organização Conforme Área de Atuação dos EES no Brasil Ano(s): 2009 a 2013.



Fonte: Gaiger (2014), com dados SIES. SENAES, 2013. Elaboração própria.

Outra forma de se avaliar os EES é no que tange a sua principal atividade econômica. A partir dos dados do mapeamento nacional da economia solidária, é possível identificar que os empreendimentos têm realizado fundamentalmente atividades de produção (56,2%), consumo (20%) e comercialização (13,3%), seguidos dos que atuam com prestação de serviços, troca e operações financeiras. Similarmente a essa proporção está a região Nordeste, enquanto que o estado de Alagoas demonstra uma proporção maior de empreendimentos de prestação de serviços, como ilustra o gráfico 7 abaixo.

Gráfico 7 - Atividade Econômica Principal dos EES Ano(s): 2009 a 2013.



Fonte: SIES. SENAES, 2013. Elaboração própria.

Os dados dos dois mapeamentos mostram que a economia solidária é uma alternativa ao desemprego, pois em ambos esta foi a alternativa mais assinalada como motivo de criação do empreendimento. Porém, destaca-se no segundo mapeamento a motivação gerada por maiores ganhos e fonte alternativa de renda, e o desenvolvimento de atividades autogeridas. Para o estado de Alagoas, fica ainda mais evidente nas informações de 2013 que a economia solidária como alternativa ao desemprego ainda é o fator mais relevante, destacando-se das demais, como podemos evidenciar nas tabelas 4 e 5 abaixo.

Tabela 4 – Motivo de Criação do EES em 2007

Motivo de Criação	Brasil	Nordeste	Alagoas
Alternativa ao desemprego	30,9%	30,4%	36,3%
Obter maior ganho	15,3%	12,7%	28,5%
Complementar a renda	14,0%	11,5%	7,4%
Trabalho associado	7,2%	7,0%	3,9%
Acesso a financiamentos	13,1%	18,3%	19,4%
Recuperação de empresa	0,4%	0,2%	0,0%

Fonte: Banco de dados SENAES/MTE, 2007. Elaboração própria.

Tabela 5– Motivo de Criação do EES em 2013

Motivo de Criação	Brasil	Nordeste	Alagoas
Uma alternativa ao desemprego	46,2%	42,6%	73,4%
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	43,0%	31,8%	36,8%
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	48,8%	38,1%	52,0%
Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	40,7%	38,8%	32,5%
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	14,3%	13,2%	24,8%
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	21,0%	30,5%	8,0%
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	3,0%	2,3%	3,7%
Motivação social, filantrópica ou religiosa	19,3%	19,4%	17,6%
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	28,6%	34,1%	28,8%
Alternativa organizativa e de qualificação	16,0%	13,1%	9,0%
Incentivo de política pública (governo)	15,8%	17,4%	6,8%
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	7,7%	7,9%	2,5%
Fortalecimento de grupo étnico	9,7%	7,4%	4,6%
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	8,2%	6,8%	2,8%
Outro	9,6%	7,6%	4,0%

Fonte: Banco de dados SENAES/MTE, 2007. Elaboração própria. Destaque para as cinco maiores

Outra forma de analisar o que levou os sócios a empreenderem é a apresentada por Gaiger (2014) através da verificação por formas de organização dos EES, percebendo-se que

quando em grupos informais estão mais ligados à busca de superação do desemprego e do aumento da renda, as associações encontram-se em situação mediana, destacando-se o acesso a financiamento e apoios. Enquanto que as cooperativas estão em sintonia com a prática da autogestão e valorização do trabalho coletivo, como pode ser visto na tabela 6 abaixo.

Tabela 6 - Razões que motivaram a criação dos EES (respostas múltiplas)

Motivo de criação do EES	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Sociedade Mercantil	Total
Alternativa ao desemprego	57,6%	40,4%	46,8%	41,7%	46,2%
Obter maiores ganhos associativamente	41,9%	41,8%	55,5%	31,5%	43,0%
Fonte complementar de renda	59,9%	43,3%	48,4%	42,5%	58,8%
Atividade onde todos são donos	41,8%	38,6%	51,1%	43,3%	40,7%
Atuação profissional	14,5%	13,7%	18,0%	23,6%	14,3%
Acesso a financiamentos e apoios	5,3%	29,6%	17,6%	7,1%	21,0%
Recuperar empresa falida	3,0%	2,9%	4,1%	3,9%	3,0%
Motivação social. Filantrópica ou religiosa	19,6%	19,5%	16,7%	18,1%	19,3%
Desenvolvimento comunitário	23,1%	31,9%	26,7%	15,7%	28,6%
Alternativa organizativa e de qualificação	13,2%	16,5%	22,9%	15,7%	16,0%
Incentivo de política pública	11,0%	18,1%	17,4%	10,2%	15,8%
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	5,2%	9,0%	7,9%	2,4%	7,7%
Fortalecimento de grupo étnico	7,8%	10,6%	10,2%	4,7%	9,7%
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	7,2%	8,1%	11,5%	11,0%	8,2%
Percentual da forma de organização	30,5%	60,0%	8,8%	0,6%	100,0%

Fonte: Gaiger (2014, p. 37)

As informações acima permitem a identificação de particularidades da forma de organização dos empreendimentos. Surgindo, assim, questões importantes a partir desta análise, em especial aos grupos informais, até que ponto a economia solidária se apresenta como alternativa ao desemprego? O passo da formalização da empresa solidária é maior do que o desejo de se conseguir um trabalho formal? Essas questões são importantes para dimensionar a potencialidade de crescimento da economia solidária.

3.2 O campo de estudo das cooperativas de catadores dentro da economia solidária.

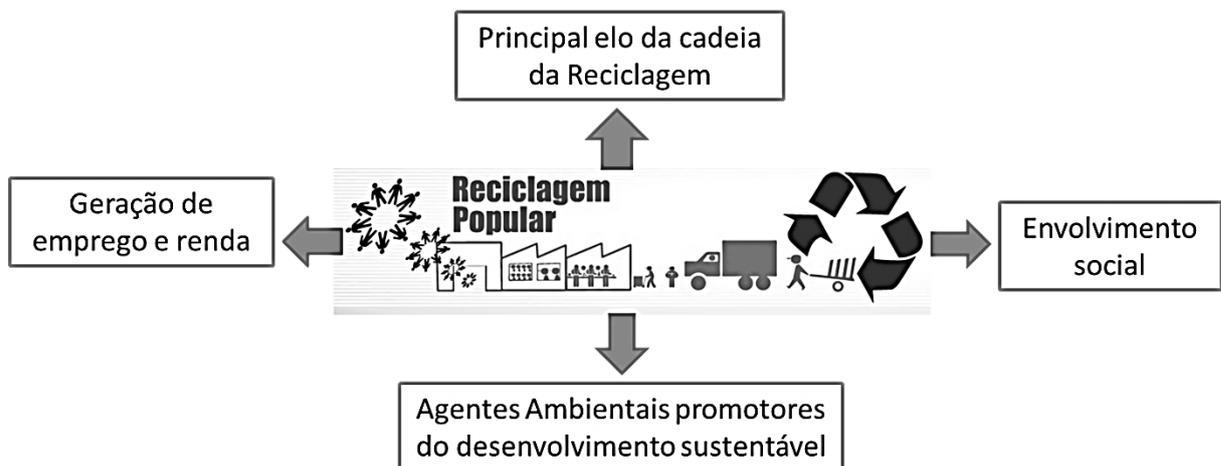
Apesar da limitação do mapeamento da economia solidária no Brasil, por não possuir informações censitárias e existir um lapso de tempo e descontinuidade da execução da pesquisa, ela elucida fatos, desmistifica mitos e abre possibilidades para o conhecimento

desse campo de pesquisa. Os diversos motivos que levam os trabalhadores optarem pela autogestão, destacando-se o desemprego, a necessidade de aumentar a renda e a criação de trabalhos onde todos sejam os donos.

A exploração do trabalhador é um problema crônico do capitalismo, pois este sistema necessita da desigualdade para crescer. Mas há, ainda, os trabalhadores que sequer conseguem ingressar no mercado de trabalho formal, criando meios para sobrevivência, no qual Marx (2015) denominou-os de *lumpemproletariado*, que é uma categoria abaixo dos trabalhadores, que são extremamente oprimidos e não têm acesso a empregos formais, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis e reutilizável.

Os catadores de materiais recicláveis são o elo principal da cadeia de reciclagem, mas o trabalho desenvolvido por eles ainda é pouco reconhecido na sociedade. Esta cadeia produtiva envolve as indústrias produtoras de embalagens, da reciclagem, os consumidores (toda a sociedade), além dos já mencionados catadores, atravessadores e sucateiros. Essa cadeia apesar de ser altamente exploratória para os catadores, pois ficam com a menor parcela financeira desta cadeia, pode ser promotora de desenvolvimento social e ambiental a medida que os catadores avançam na organização de seus trabalhos, como demonstra a figura abaixo.

Figura 4 - Cadeira produtiva da reciclagem



Fonte: MNCR (2018). Elaboração própria.

Em geral, são trabalhadores informais com baixa remuneração encontrados principalmente nas ruas e nos lixões, optam por este tipo de atividade por não encontrar oportunidades no mercado formal. São explorados pelos atravessadores que pagam valores irrisórios pelo trabalho de catação e/ou separação dos recicláveis, como demonstrado nas palavras de Singer (2002, p.89):

Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas a não ser, talvez, atividades criminosas e a mendicância. Uma grande parte dos que moram na rua ou em lixões se dedica a catar material reciclável. Sendo extremamente pobres, são explorados pelos sucateiros, que lhes adiantam dinheiro para poderem subsistir em troca da entrega do material coletado a preços vis. A única defesa é a *união faz a força*: a cooperativa. A cooperativa possibilita compras em comum a preços menores e vendas em comum a preços maiores. Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor. A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento de auto-ajuda e da ajuda mútua, que permite constituir a comunidade catadores.

A insuficiência do capitalismo em abarcar todos os indivíduos na produção é um dos motivos que os levam a optarem por sistemas de produção alternativos, como é o caso da economia solidária. Com uma forma de organização coletiva, na qual o lucro não é o principal objetivo, os catadores avançam na cadeia produtiva, mas, especialmente, passam a ter a oportunidade de liberdade e decência em seu trabalho.

As pesquisas que estudam as cooperativas de catadores de lixo têm aumentado nos últimos anos, autores como Sobral (2007); Moura, Serrano & Guarnieri (2016); Silva (2014) apresentam em suas pesquisas diagnósticos semelhantes aos da situação de vida dos catadores. Apresentam como uma categoria com níveis de baixa escolaridade e qualificação profissional, elevada faixa etária, com jornadas de trabalho extensas, ganhos abaixo do salário mínimo e trabalhando em condições insalubres.

A alternativa encontrada para mitigar essas condições é a solidariedade e a autogestão, na qual a economia solidária como elemento da constituição de melhora de vida dos catadores. Amorim (2012) afirma que o trabalho coletivo e a mobilização política permitem que os catadores melhorem sua autoestima e avancem na cadeia produtiva da reciclagem, destacando a importância da política pública como ferramenta de emancipação social destes.

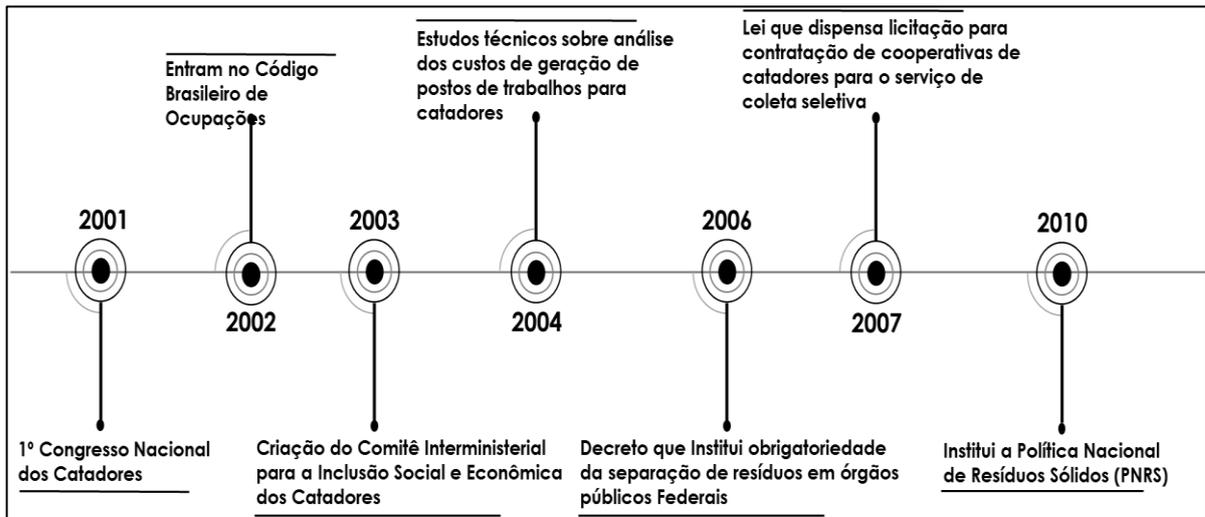
Neste mesmo sentido, Moura, Serrano & Guarnieri (2016) destacam o papel da coleta seletiva solidária e da organização no trabalho associado como ferramentas importantes na melhoria do trabalho decente e do reconhecimento social da profissão. A autogestão, dessa forma, é a garantia de emprego e renda para esta categoria profissional, especialmente aos que não poderão mais catar nos lixões a céu aberto, devido à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A primeira iniciativa de organização dos catadores de recicláveis no Brasil ocorreu iniciou com o trabalho das pastorais de rua da igreja católica ainda nos anos de 1980,

momento no qual o país passava pela redemocratização e enfrentava crise de desemprego. Porém, a expansão dessa forma de organização no país só ocorreu no final dos anos 1990, a espelho das experiências bem-sucedidas ocorridas nas cidades de Diadema (SP), Santo André (SP), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS). Porém, é somente nos anos 2000 que a categoria se organiza nacionalmente quanto movimento social e político, e a partir das mobilizações conseguem políticas públicas (Amorim, 2012).

Do ponto de vista de reconhecimento enquanto categoria, pode-se destacar que a partir dos anos 2000 os catadores saíram de uma condição de inexpressividade para protagonistas de políticas sociais e ambientais, como pode ser observado na figura 5 abaixo. Para tanto, passaram por um longo processo de organização em diferentes níveis, para que pudessem atuar direto com a base de catadores, desde as ruas ou lixões, até se constituírem quanto movimento nacional com poder de mobilização de propor políticas públicas.

Figura 5 - Linha do tempo marco legal e políticas públicas dos catadores de materiais recicláveis



Fonte: Amorim (2012), elaboração própria.

Apesar dos avanços significativos em políticas públicas e marco legal que possibilitam as cooperativas e associações de catadores avançarem na cadeia produtiva da reciclagem, essa categoria ainda é a base mais explorada da pirâmide social brasileira, ficando com a menor parcela do valor dos recicláveis, refletido na baixa renda e jornada de trabalho excessiva. De modo que carecem de espaço físico e infraestrutura para realização da coleta seletiva, além de capacitações e educação formal (Moura, Serrano & Guarnieri, 2016; Amorim, 2012).

4 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS CATADORES DE ALAGOAS

Os catadores vêm desenvolvendo um papel fundamental na sociedade, além de contribuir para o prolongamento do tempo de vida útil dos aterros sanitários, recolocam no ciclo produtivo os materiais recicláveis coletados, diminuindo o lixo que seria descartado do meio ambiente. Na medida em que este processo ocorre, menos recursos naturais são necessários para o processo de produção de mercadorias.

Com o objetivo de promover a cidadania pelo resgate de direitos e inclusão social através do trabalho e geração de renda, desde os anos de 1990 começaram a se formar associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Desde então, os catadores ampliaram seu espaço na cadeia da reciclagem, bem como a sua capacidade de coleta e triagem de materiais recicláveis, consolidando-se como um importante agente socioambiental da reciclagem. A trajetória histórica dos catadores é marcada por importantes transformações ao reconhecimento da função social do trabalho que exercem, tendo criado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e pelo acesso a políticas públicas.

Durante os anos 2000 ocorreram diversos avanços institucionais que contribuíram para a organização da categoria dos catadores, permitindo que avançassem na cadeia produtiva da reciclagem. Para tanto, a mobilização da categoria em nível nacional para conseguir o apoio governamental através de políticas públicas e legislação específica. A Lei federal n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007, chamada Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico (LDNSB), ao alterar a redação da Lei Federal n.º 8.666, de 21 junho de 2013, intitulada Lei de Licitações e Contratos Administrativos (LLCA), estabelece a viabilidade de contratação direta, com dispensa de licitação, das organizações de catadores pelos municípios para a execução dos serviços de coleta seletiva. Por sua vez, a Lei Federal n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, conhecida como Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), vai ao encontro dessa diretriz de integração das organizações de catadores ao sistema público de resíduos sólidos e reitera que os municípios podem e devem implementar a coleta seletiva priorizando a participação dessas organizações, prevendo, inclusive, a disponibilização de linhas de financiamento do Governo Federal especiais e prioritárias para os municípios que o fizerem (LIMA, 2013).

Esse marco legal que permite a contratação direta das organizações de catadores para prestação do serviço de coleta seletiva domiciliar, com pagamento pelo poder público, coloca as organizações de catadores em um novo patamar. A necessidade da regularização jurídica,

contábil e administrativo é parte fundamental para que os empreendimentos de catadores estejam aptos a assumirem um contrato jurídico formal com as prefeituras.

Além disso, a PNRS também prevê a responsabilidade dos grandes geradores sua responsabilidade legal pelo manejo de seus próprios resíduos sólidos. Desse modo, nada impede que eles também contratem as organizações de catadores para a recuperação dos materiais passíveis de reciclagem. Essa medida está em conformidade com o fomento e priorização que o Poder Público e geradores devem ofertar para que esses profissionais possam ser integrados aos sistemas de gestão de resíduos sólidos. (BRASIL, 2010)

4.1 A PNRS e termos que envolvem a reciclagem e os catadores

Os **Resíduos Sólidos** são materiais derivados das atividades humanas que são descartados, passíveis de serem aproveitados de forma direta ou indireta para alguma outra finalidade. Quando dispostos de forma inadequada, favorecem a proliferação de vetores que transmitem doenças infecciosas como: ratos, cães, gatos, aves, insetos e mosquitos.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) classifica-os quanto a sua periculosidade ao meio ambiente e à saúde pública, adotando critérios de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade (ABNT, 1987). Por sua vez, a Lei Federal nº 12.305 de agosto de 2010, faz a classificação à origem e periculosidade, como segue os quadros 2 e 3 abaixo.

Quadro 2- Classificação dos Resíduos Sólidos Quanto a Origem (continua)

ORIGEM	DEFINIÇÃO
Resíduos Domiciliares	Os originários de atividades domésticas em residências urbanas.
Resíduos de limpeza urbana	Os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana.
Resíduos sólidos urbanos	São os resíduos domiciliares e os resíduos de limpeza urbana.
Resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços	Os gerados nessas atividades com exceção dos resíduos de limpeza urbana, resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, resíduos dos serviços de saúde, resíduos da construção civil e resíduo dos serviços de transporte.
Resíduos dos serviços públicos de saneamento básico	Os gerados nessas atividades, exceto os resíduos sólidos urbanos.
Resíduos industriais	Os gerados nos processos produtivos e instalações industriais.

Quadro 3- Classificação dos Resíduos Sólidos Quanto a Origem (conclusão)

Resíduos de serviços de saúde	Os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) e do SNVS (Sistema Nacional de Vigilância Sanitária).
Resíduos da construção civil	Os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civis incluídas os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.
Resíduos agrossilvopastoris	Os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades.
Resíduos de serviços de transportes	Os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira.
Resíduos de mineração	Os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios.

Fonte: SEMARH /Resíduos Sólidos Alagoas, 2017. Elaboração do autor.

Quadro 4 - Classificação dos Resíduos Sólidos Quanto a Periculosidade

PERICULOSIDADE	DEFINIÇÃO
Resíduos perigosos	Aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica.
Resíduos não perigosos	Aqueles não enquadrados nos resíduos perigosos.

Fonte: SEMARH /Resíduos Sólidos Alagoas, 2017. Elaboração do autor.

A forma de classificação dos resíduos sólidos estabelecida pela PNRS permite uma melhor visão dos geradores dos resíduos, contribuindo para o gerenciamento desses resíduos. Nesta gestão, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: a) Não geração; b) Redução, c) Reutilização, d) Reciclagem, e) Tratamento dos resíduos sólidos e f) Disposição final ambientalmente adequado dos rejeitos. (BRASIL, 2010)

A **reciclagem** pode ser definida como um ato, processo e/ou efeito que visa à transformação ou reaproveitamento de materiais usados em novos produtos, que voltam ao ciclo produtivo. Esses materiais usados seriam lançados nos aterros sanitários, lixões ou afins, tendo que esperar por anos a sua decomposição. Como ilustração, as embalagens plásticas podem levar até 400 anos, uma lata de alumínio pode demorar de mais de 200 anos, enquanto que uma garrafa de vidro tarda cerca de mil anos para finalizar sua decomposição (BRASIL, 2017).

Ganhos sociais e econômicos de diversas ordens são permitidos com a utilização da reciclagem, como exemplo, o acesso a insumo para nova produção e o prolongamento da vida

útil dos aterros sanitários, e ainda, proporciona a geração de trabalho e renda para diversas pessoas que conformam essa cadeia produtiva, tendo o catador o principal elo e criador.

Os catadores trabalham com os materiais recicláveis e reaproveitáveis que apresentam um menor risco de contaminação, na qual classificam entre os Materiais Secos Reciclados (MSR) e rejeitos. Estes podem ser divididos em: vidro, pneus, plásticos, garrafas de Polietileno tereftalato (PET), papel ondulado, papel de escritório, latas de alumínio, latas de aço e embalagens longa vida. O quadro 5, abaixo, expõe uma ideia do quanto (da quantidade/1000 toneladas) de MSR voltam ao ciclo produtivo no Brasil.

Quadro 5- Reciclagem no Brasil (1.000 Toneladas)

Materiais Recicláveis	Quantidade
Vidro	470
Pneus	183
Plásticos	953
PET	331
Papel Ondulado	3.400
Papel de Escritório	955.000
Latas de Alumínio	248.700
Latas de Aço	9.000
Embalagem Longa Vida	61

Fonte: CEMPRE, 2017. Elaboração Própria

Como demonstrado no quadro 5 acima, o principal material reciclado no Brasil em termos de quantidade é o papel de escritório (papel branco), sendo reciclado 955 milhões de toneladas em 2012, possuindo ainda capacidade de aumentar a quantidade, pois representa somente 29,8% do total que é consumido, ou seja, possivelmente mais de três bilhões de toneladas desse insumo vai para os lixões ou aterros sanitários, na qual poderia ser reinserido na produção.

Em termos de aproveitamento da embalagem para reciclagem, o Brasil é liderança mundial no reaproveitamento de latas de alumínio (97,9% das latas de alumínio produzidas no país), estas voltam ao ciclo produtivo servindo como insumo para a indústria, havendo, assim, uma diminuição da extração da natureza. Para efeito de comparação do quanto o Brasil avançou na reciclagem deste material podemos tomar o exemplo do Japão, que retoma somente 92,6% de suas latinhas de alumínio consumidas. Um condicionante para este alto

índice no Brasil, se deve ao fato deste material possuir alto preço de mercado e facilidade de negociação deste tipo de material.

Há registros de pessoas que trabalham com reciclagem desde a I Revolução Industrial. No século XX, com o surgimento das gráficas, registram-se também muitas empresas trabalhando com o reaproveitamento do papel. Além disso, figuras como “garrafeiros” e “sucateiros”, que compravam ou trocavam objetos velhos ou danificados, há tempos permeiam os bairros e vilas das cidades. Com o passar dos anos foi se modificando o perfil das pessoas que trabalham com este tipo de material devido ao aumento no consumo geral, especialmente de embalagens (descartáveis), concomitante ao crescimento das cidades e desigualdades sociais, levando o surgimento de pessoas que encontrariam nesse mercado um meio para sobreviver, catando nas ruas sem necessariamente ter que pagar ou dar algo em troca (PINHEL, 2003).

É provável que todo resíduo sólido não perigoso que chega ao processo de ser reciclado no Brasil, passou pelas mãos de um catador em algum momento do ciclo, podendo ter sido durante a coleta, triagem ou comercialização do reciclável, reforçando a importância dessa categoria como agente ambiental e promotora do desenvolvimento sustentável.

Uma forma de melhoria das condições de trabalho do catador é através da coleta seletiva solidária, que é a realizada pelas organizações coletivas de catadores, também chamada de coleta seletiva formal, que é a coleta regular de resíduos realizada ou apoiada pela administração municipal por meio de organizações tais como cooperativas ou associação de catadores. Existe, ainda, a Coleta seletiva informal que é a coleta de resíduo realizada por catadores autônomos dispersos pela cidade cuja quantidade não é contabilizada pelos órgãos municipais. Geralmente, esses resíduos são vendidos para os sucateiros que comercializam diretamente com as indústrias.

Outra questão importante quanto aos resíduos sólidos envolve a sua destinação final. O rejeito é todo resíduo sólido que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada. Os locais ambientalmente adequados são os aterros sanitários, que é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza os princípios de engenharia (impermeabilização do solo, cercamento, ausência de catadores, sistema de drenagem de gases, águas pluviais e lixiviado) para confinar os resíduos e rejeitos à menor área possível e

reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-o com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário.

Infelizmente, esse rejeito muitas vezes é enviado para locais ambientalmente não adequados, como os lixões que é a forma inadequada de disposição final de resíduos e rejeitos, que consiste na descarga do material no solo sem qualquer técnica ou medida de controle. Outra forma inadequada de disposição final de resíduos e rejeitos são os aterros controlados, no qual o único cuidado realizado é o recobrimento da massa de resíduos e rejeitos com terra.

Entre os controles introduzidos pela PNRS para melhorar a gestão dos resíduos sólidos e sua disposição final estão a logística reversa, a responsabilidade compartilhada e o acordo setorial. A logística reversa, que é instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento nos ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. Desse modo, a logística reversa se propõe a fazer com que cada produto que não possa mais ser reutilizado consiga voltar ao ciclo econômico em forma de insumo para a indústria, diminuindo a extração de recursos da natureza e garantindo a destinação final de forma sustentável.

A PNRS define como ocorrerá a responsabilidade compartilhada dos seguintes produtos: pilhas e baterias, pneus, embalagens de agrotóxicos, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletrônicos. Havendo, assim, uma responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, abrangendo fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. Deste modo, todos passam a ter responsabilidades específicas no processo da logística reversa. Porém, ainda falta avançar em relação aos materiais recicláveis.

Para implantar medidas que contribuam para redução do impacto no meio ambiente gerado pelas ações humanas, o poder público pode instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, iniciativas de prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo, investir na infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formados por pessoas físicas de baixa renda, estruturação de sistemas de coleta seletiva e logística reversa, além de outras ações.

Estas medidas podem ser através de fomento ou concessão de crédito com critérios diferenciados, incentivos fiscais e financeiros por parte do poder público para as indústrias (dedicados à reutilização, tratamento e reciclagem), empresas (limpeza urbana e afins) e

projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, dando prioridade aos que tem parcerias com cooperativas ou outras formas de associações de catadores formados por pessoas físicas de baixa renda, esta temática será mais bem abordada adiante.

4.2 Os catadores de materiais recicláveis no Brasil

Como apresentado anteriormente, o trabalho desenvolvido pelos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis é uma profissão reconhecida pelo MTE desde 2002, tendo como Código Brasileiro de Ocupação (CBO) 5192-05 que foi um passo importante para o reconhecimento e valorização da profissão. É um trabalho predominantemente urbano e pode ser realizado por indivíduos que podem se organizar de forma autônoma ou coletiva, através de cooperativas e associações. Em geral, as condições de trabalho são realizadas em condições precárias a céu aberto, sofrendo influências climáticas, com riscos de acidente na manipulação dos materiais, acidentes de trânsito e violência urbana. Organizados nas cooperativas existe a possibilidade da especialização do trabalho, com aumento da produtividade e geração de novos postos de trabalho, como exemplo, as funções de triagem, enfardador e motorista.

Estima-se que no Brasil se tenha mais de 100.000 catadores, sendo 70,5 mil informais e 30.390 organizados em cooperativas, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB, 2008), porém este foi contestado pela entidade da categoria, o MNCR, pois a pesquisa se baseia em informações geradas pelas prefeituras, que não teriam nenhum tipo de cadastro dos catadores.

Em outro levantamento apresentado pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos, a estimativa é de que existam entre 400 e 600 mil catadores de materiais recicláveis no Brasil, estando em funcionamento cerca de 1.100 organizações coletivas de catadores, participando cerca de 40 a 60 mil catadores dessas organizações, isto representa apenas 10% da população total de catadores. Outros pontos levantados é que pelo menos 60% das organizações coletivas de catadores estão nos níveis mais baixos de eficiência, a renda média dos catadores não atinge um salário mínimo, variando entre R\$ 420,00 e R\$ 520,00, e a faixa de instrução mais observada entre os catadores vai da 5ª a 8ª séries (BRASIL, 2012).

Mesmo assim, pode-se perceber com essa informação, que a maior parte dos catadores de recicláveis não atuam dentro da chamada economia solidária, mas dentro da lógica de mercado, submetidos a péssimas condições de vida, sem direitos ou amparo social.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) possui um relatório que traz consigo uma análise da situação socioeconômica dos catadores e catadoras de materiais reciclável e reutilizável no Brasil, fazendo essa análise também para as regiões. De acordo com o relatório, existem 387.910 catadores no Brasil, concentrados principalmente nas regiões Sudeste (42%) e Nordeste (30%). A média de idade desses catadores é de 39,4 anos e são predominantemente negros (66,1%) (BRASIL, 2013).

O rendimento médio de um catador no Brasil é de R\$ 571,56, ainda inferior ao salário mínimo, e as regiões onde os catadores conseguem melhor renda média são sudeste e centro-oeste, a renda média mais baixa está na região Nordeste, com R\$ 459,34, bem abaixo da média nacional. É importante salientar que mais de 50% dos catadores contribuem para a previdência, somente a região sul apresenta dados inferiores (46%).

Analisando o nível educacional da categoria, percebe-se que 20,5% dos catadores são analfabetos e somente 11,4% dos catadores com mais de 25 anos possuem ensino médio completo, a situação se agrava quando analisado os dados regionais para o Nordeste, na qual o índice de analfabetismo é de 34%. A síntese desses indicadores pode ser mais bem observados no quadro 6 a seguir.

Quadro 6 - Síntese da situação social das catadoras e dos catadores de materiais reciclável e reutilizável no Brasil

Categorias	Indicadores		Brasil	Sul	Sudeste	Nordeste	C. Oeste	Norte
1. Demografia	1.1	Total de Catadores (as)	387.910	58.928	161.417	116.528	29.359	21.678
	1.2	Média de Idade dos Catadores(as)	39,4	38,9	40,6	38,3	40,0	36,5
	1.3	% de Mulheres	31,1	34,1	30,9	29,3	34,1	29,5
	1.4	% de Negros (pretos e pardos)	66,1	41,6	63,0	78,5	71,3	82,0
	1.5	% de Catadores (as) residentes em área urbanas	93,3	93,5	96,2	88,5	95,6	93,2
	1.6	Total de residentes em domicílios com pelo menos 1 catador (a)	1.426.584	196.787	578.190	456.060	99.412	96.135
	1.7	Razão de dependência de crianças em domicílios com pelo menos 1 catador (a)	50,0	53,5	43,6	55,3	46,3	64,1
2. Trabalho e Renda	2.1	Rendimento médio do trabalho dos catadores (as) (R\$)	571,56	596,90	629,89	459,34	619,00	607,25
	2.2	Desigualdade de renda entre os catadores (as) (Índice de Gini)	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
	2.3	% de residentes em domicílios com pelo menos 1 catador (a) extremamente pobres (menos de R\$70,00 <i>per capita</i>)	4,5	4,1	2,2	8,4	1,8	3,8
3. Previdência	3.1	% de catadores(as) com contribuições previdenciárias	57,9	46,8	63,4	53,8	63,1	62,4
	3.2	Cobertura da população idosa em domicílios com pelo menos 1 catador(a)	57,8	59,1	56,1	61,5	55,1	54,8
4. Educação	4.1	Taxa de analfabetismo entre os catadores(as)	20,5	15,5	13,4	34,0	16,6	17,2
	4.2	% de catadores(as) com 25 anos ou mais com pelo menos ensino fundamental completo	24,6	20,6	28,3	20,4	23,9	30,0
	4.3	% de catadores(as) com 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo	11,4	7,9	13,5	9,7	10,8	14,0
5. Acesso a serviços públicos	5.1	% de crianças (0 a 3 anos) residentes em domicílios com pelo menos 1 catador(a) que frequentam creche	22,7	19,8	27,9	21,7	18,5	13,0
	5.2	% de domicílios com pelo menos 1 catador(a) com acesso a energia elétrica	99,0	98,5	99,7	98,4	99,5	98,4
	5.3	% de domicílios com pelo menos 1 catador(a) com esgotamento sanitário adequado	49,8	40,9	75,4	32,5	28,0	12,3
6. Inclusão digital	6.1	% de domicílios com pelo menos 1 catador(a) com computador	17,7	20,1	26,4	7,0	19,2	9,0

Fonte: IPEA, 2013

4.3 Os Catadores De Recicláveis Em Alagoas

O relatório do IPEA que trata da situação socioeconômica dos catadores de materiais reciclável e reaproveitável do Nordeste mostra que existem 8.294 catadores no estado de Alagoas. Porém, é uma ocupação com uma grande facilidade de entrada e saída, por se tratar de uma profissão predominantemente informal, esse número pode elevar-se com crises econômicas e aumento do desemprego (BRASIL, 2013).

Os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis podem ser encontrados nas ruas das cidades, dentro dos lixões e nas cooperativas e associações. Nas ruas, os catadores realizam coletas nos centros comerciais ou em bairros coletando resíduos das residências, trabalham de forma individual e comercializam com atravessadores em regiões próximas ao da coleta. Nos lixões a situação se agrava devido à insalubridade do ambiente, à falta de equipamentos de proteção individual, ao tipo do material coletado, na qual muitas vezes vem contaminado por outros resíduos não recicláveis.

Como demonstrado no quadro 6 abaixo, a situação socioeconômica dos catadores de Alagoas é mais grave que se comparado a situação média no Brasil e na região Nordeste. No quesito demografia, dos 8.294 catadores, 2.787 são mulheres. Dos que se declararam negros ou pardos, o total é de 6.171 catadores. Somados os residentes em domicílios com pelo menos um catador, tem-se uma população de 33.289 catadores.

Quando observada a renda desses catadores, percebe-se uma remuneração média de R\$ 455,40, inferior à média do Brasil (R\$ 571,56) e da região Nordeste (R\$ 459,34), só que o mais alarmante ainda é a porcentagem de residentes em domicílios com pelo menos um catador (a) extremamente pobre, na qual o índice para Alagoas é o dobro se comparado com a média nacional.

Os dados ainda mostram a relevância da previdência para superação da miserabilidade dessa população, demonstrando, ainda, que eles acreditam no sistema previdenciário como forma de aposentadoria, pois 60,5% disseram contribuir com a previdência, infelizmente não há como saber se esta contribuição é contínua. Além disso, 57,3% dos domicílios, com pelo menos um catador residente, tem cobertura previdenciária da população idosa, aproximando-se da média nacional.

Quadro 7- Síntese da situação social das catadoras e dos catadores de materiais reciclável e reutilizável em Alagoas

Categorias	Indicadores		Alagoas
1. Demografia	1.1.	Total de Catadores (as)	8.294
	1.2.	% de Mulheres	33,6
	1.3.	% de Negros (pretos e pardos)	74,4
	1.4.	% de Catadores (as) residentes em área urbanas	88,9
	1.5.	Total de residentes em domicílios com pelo menos 1 catador (a)	33.289
	1.6.	Razão de dependência de crianças em domicílios com pelo menos 1 catador (a)	65,0
2. Trabalho e Renda	2.1.	Rendimento médio do trabalho dos catadores (as) (R\$)	455,4
	2.2.	Desigualdade de renda entre os catadores (as) (Índice de Gini)	0,4
	2.3.	% de residentes em domicílios com pelo menos 1 catador (a) extremamente pobres (menos de R\$ 70,00 <i>per capita</i>)	9,3
3. Previdência	3.1.	% de catadores (as) com contribuições previdenciárias	60,5
	3.2.	Cobertura da população idosa em domicílios com pelo menos 1 catador (a)	57,3
4. Educação	4.1.	Taxa de analfabetismo entre os catadores (as)	41,3
	4.2.	% de catadores (as) com 25 anos ou mais com pelo menos ensino fundamental completo	18,3
	4.3.	% de catadores(as) com 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo	8,4
5. Acesso a serviços públicos	5.1.	% de crianças (0 a 3 anos) residentes em domicílios com pelo menos 1 catador(a) que frequentam creche	17,1
	5.2.	% de domicílios com pelo menos 1 catador(a) com acesso a energia elétrica	99,1
	5.3.	% de domicílios com pelo menos 1 catador (a) com esgotamento sanitário adequado	24,4
6. Inclusão digital	6.1.	% de domicílios com pelo menos 1 catador(a) com computador	6,9

Fonte: IPEA 2013. Elaboração própria.

Quando se observa os indicadores de educação, os catadores de Alagoas atingem as maiores taxas de analfabetismo (41,3%), superando a média nacional (20,5%) e a já alta média da região nordeste (34%). Somente 18,3% dos catadores alagoanos com mais de 25 anos possuem pelo menos ensino fundamental completo, e 8,4% possuem pelo menos ensino médio completo.

O acesso a serviços públicos ainda é precário, somente 17,1% das crianças de 0-3 anos, residentes em domicílios que tenha pelo menos um catador, frequenta creche, e somente 24,4% dos domicílios, com pelo menos de um catador residente, possui esgotamento sanitário

adequado. A inclusão digital é pífia neste segmento populacional, somente 6,9% dos domicílios, com ao menos um catador residente, possui computador.

Infelizmente, ainda carece de estudos atualizados e com maiores informações que retratem a situação socioeconômica dos catadores em Alagoas, para poder fazer análises regionalizadas, e até mesmo por municípios. Porém, o plano estadual de resíduos sólidos de Alagoas, na qual será tema de discussão adiante, traz indicadores sobre locais de atuação e moradia dos catadores alagoanos.

O desemprego generalizado, o analfabetismo, a falta de perspectiva de melhoria de vida dentro do sistema capitalista, somados a não implantação da coleta seletiva com inclusão produtiva dos catadores nos municípios, fazem com que diversas pessoas tirem seu sustento catando material reciclado dentro dos lixões, trabalhando em condições insalubres, sem Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Como demonstra o quadro 7 abaixo, a maior região na qual os catadores trabalham no lixão é o agreste Alagoano, com 331 catadores trabalhando no lixão, seguido da zona da mata, na qual se tem 129 catadores na mesma condição. O número de crianças trabalhando no lixão ainda é preocupante, segundo este levantamento ainda existe 31 crianças nesta condição.

Quadro 8- Indicadores sobre locais de atuação e moradia dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no estado de Alagoas

Região	Nº de catadores morando próximo ao lixão	Nº de catadores trabalhando no lixão	Nº de catadores trabalhando na rua	Nº Total de catadores	Nº de crianças trabalhando no lixão	Nº de crianças morando próximo ao lixão
Agreste Alagoano	184	331	164	495	20	71
Bacia Leiteira	0	65	18	83	2	0
Litoral Norte	2	28	23	51	2	0
Metropolitana	0	69	103	172	6	0
Sertão	5	61	64	125	1	0
Sul do Estado	0	76	49	125	0	0
Zona da Mata	3	129	79	208	0	0
Alagoas	194	759	500	1.259	31	71

Fonte: SEMARH, 2015.

Porém, esses números devem ter reduzido drasticamente após atuação de 47 municípios pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA-AL) por disposição irregular de resíduo sólido que resultou no fechamento de 21 lixões até janeiro de 2017. Os municípios que tiveram seus lixões fechados passaram a destinar seus resíduos sólidos para

aterros sanitários e Centrais de Tratamento de Resíduos (CTR) licenciados e conveniados com os consórcios intermunicipais para destinação adequada dos resíduos (ALAGOAS, 2017).

Assim, o fechamento dos lixões e a disposição adequada dos resíduos sólidos, em cumprimento da lei 12.305 de 2010, tem que ser comemorada, pois representa um avanço no cuidado com o meio ambiente e melhoria na saúde pública. Porém, há que se preocupar com outros elementos de cunho social: 1) Na inclusão produtiva das dezenas de catadores que retiravam do lixo sua sobrevivência; e 2) Diminuição dos gastos públicos com o aumento da vida útil dos aterros sanitários, através, por exemplo, da coleta seletiva dos materiais recicláveis e reaproveitáveis.

4.4 Situação das Cooperativas de Catadores em Alagoas

A organização através da economia solidária foi a encontrada pelos catadores de materiais recicláveis como forma de superação da miserabilidade, conquista de direitos e melhores condições de trabalho.

Como dito anteriormente, a economia solidária é outra forma de se fazer economia, e tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada, e o direito à liberdade individual. A organização do trabalho é realizada solidariamente por trabalhadores de forma coletiva e autogestionária. O resultado da implantação desses princípios é a solidariedade e a igualdade. Assim, a economia solidária está dialeticamente em confronto com o capitalismo, na qual o mercado é o regulador do sistema econômico. Dessa forma, a economia solidária é uma alternativa dentro do sistema capitalista, que ao mesmo tempo atua dentro do limite deste modo de produção (SINGER, 2002).

Nesse sentido, as cooperativas e associações formais e informais são exemplos de economia solidária quando se organizam de forma coletiva, na qual os meios de produção pertencem a todos daquele grupo, e não a um determinado indivíduo. De modo que, toda riqueza produzida é dividida entre os trabalhadores. Além disso, as decisões são tomadas coletivamente de forma democrática, através de assembleias e/ou eleições. Garantindo, assim, a autogestão dos empreendimentos.

Desta forma, os catadores de materiais recicláveis têm se organizado em diversos níveis: através do MNCR, que conta com representante dos estados brasileiros, da Associação Nacional dos Catadores (ANCAT), promovendo capacitação técnica, reformas e aquisição de máquinas/equipamentos e, ainda, através da organização de cooperativas e associações.

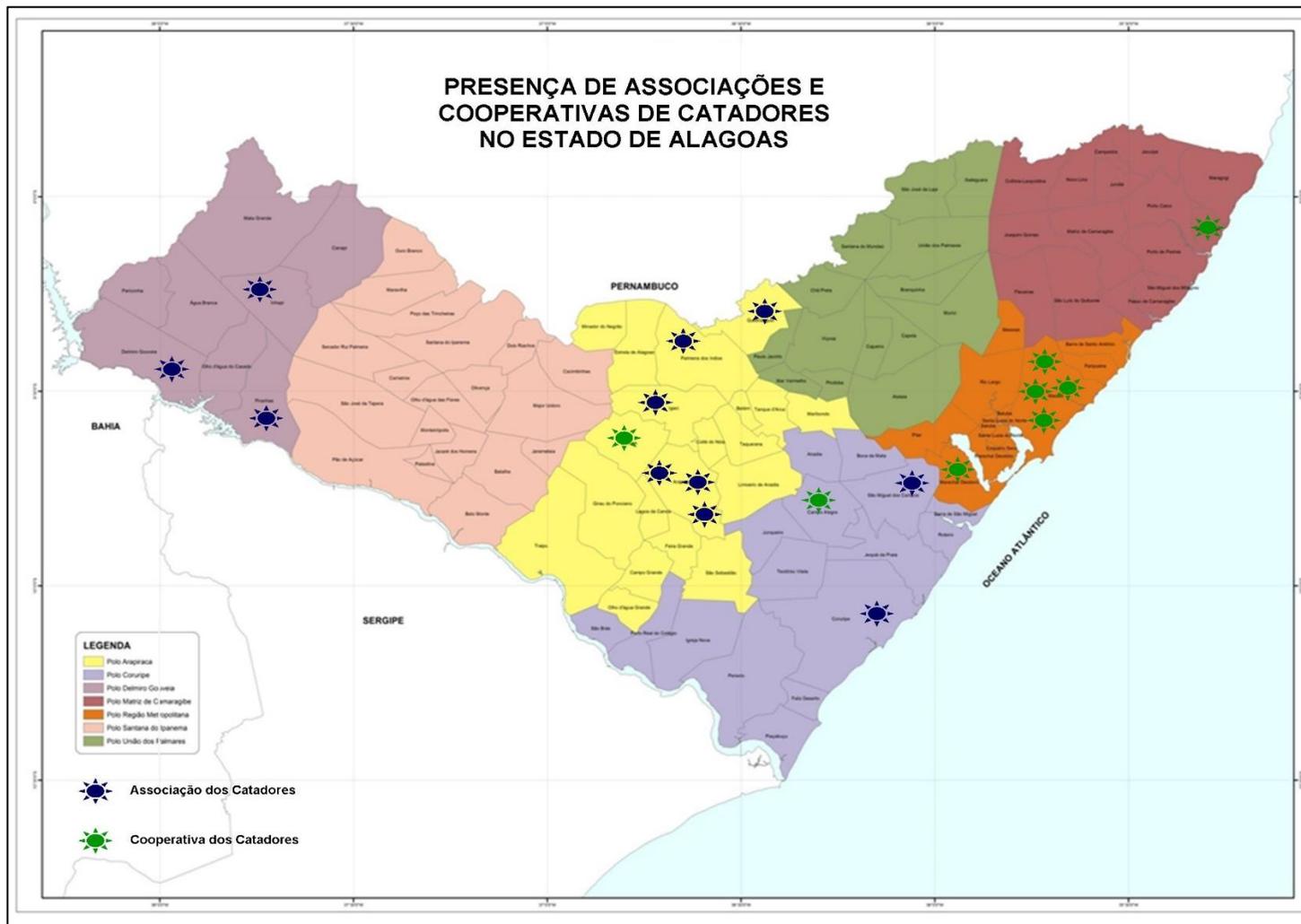
O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis é um movimento social que atua na organização da categoria buscando a valorização do trabalho do catador. Tem a prática da ação direta popular, ou seja, a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, garantindo seu protagonismo.

O movimento foi fundado em 2001 no congresso nacional dos catadores de materiais recicláveis em Brasília, com a presença de 1.700 catadores. No ano de 2003, os catadores promoveram o congresso latino-americano para discutir e elencar propostas de organização da categoria a nível continental. Promove anualmente o encontro nacional dos catadores, participa dos fóruns nacionais na discussão de resíduos sólidos, economia solidária, e no comitê interministerial para a inclusão social e econômica dos catadores de recicláveis, além de atuar nos estados, junto à base do movimento, através de seus representantes eleitos em encontros estaduais.

A ANCAT atua desde 2007 e é formada exclusivamente por catadores. Por iniciativa do MNCR realiza ações e projetos voltados à qualificação produtiva e fortalecimento econômico da categoria. Atualmente, realizam o projeto “Reciclar pelo Brasil”. O projeto tem como estratégia identificar oportunidades de mercado que permitam aos catadores avançar na cadeia produtiva da reciclagem. Assim, fornecem assessoria técnica a 250 cooperativas e/ou associações em todo o Brasil, promovendo atividades de formação e capacitação para os catadores, com foco na estruturação de negócios sustentáveis com resíduos, a partir da logística reversa e das várias possibilidades que emergem da PNRS.

Existem 19 Associações e Cooperativas de catadores em 14 municípios de Alagoas, como demonstrado no quadro 8 a seguir. A capital Maceió possui quatro cooperativas organizadas e Arapiraca, segunda maior população do estado, tem três associações formalizadas. As mulheres são maioria na liderança desses empreendimentos, pelo menos 10 deles tem uma mulher como presidente. Estimou-se que existam ao menos 380 catadores organizados nesses empreendimentos (média de 20 associados por empreendimento), e que juntos comercializem cerca de 152 toneladas de materiais recicláveis por mês (média de 9 T/mês comercializado). A figura 5 abaixo apresenta no mapa a localização das organizações de catadores por regiões de consórcios formalizados em Alagoas.

Figura 6 – Presença de Associações e Cooperativas em Alagoas por Regiões de Consórcios



Fonte: Elaboração própria

Quadro 9- Cooperativas e associações de catadores de Alagoas

Cooperativas/Associações	Sigla	Município sede
Associação dos Catadores de Arapiraca	ASCARA	Arapiraca
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Mangabeiras	ASCAMAN	Arapiraca
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Povoado Mangabeiras	ASCMARPOM	Arapiraca
Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Alegre	COOPECMARCA	Campo Alegre
Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis São José	ASCAMARE	Coruripe
Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Craíbas	COOPERCRA	Craíbas
Associação dos Catadores de Delmiro	ASCADEL	Delmiro Gouveia
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Igaci	-	Igaci
Associação de Catadores de Mata Grande, Inhapi e Canapi	ASCAMIC	Inhapi
Cooperativa Alagoana dos Catadores de Materiais Recicláveis do Litoral Norte	COOPERNORTE	Japaratinga
Cooperativa de Recicladores de Lixo Urbano de Maceió	COOPLUM	Maceió
Cooperativa dos Catadores da Vila Emater	COOPVILA	Maceió
Cooperativa dos Recicladores de Alagoas	COOPREL	Maceió
Cooperativa dos Recicladores de Alagoas - Unidade Benedito Bentes	COOPREL	Maceió
Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis Marechal Deodoro	COOPMAR	Marechal Deodoro
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Palmeira dos Índios	ASCAMRPI	Palmeira dos Índios
Associação de Catadores e Recicladores do Município de Piranhas	ASCARPI	Piranhas
Associação dos Recicladores de Quebrangulo	AREQUE	Quebrangulo
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis	ACAMARE	São Miguel dos Campos

Fonte: Dados do autor.

Não existe um diagnóstico da situação das cooperativas e associações de catadores de Alagoas, mas se percebe que situação encontrada nas cooperativas/associações de catadores de Alagoas é diversificada. Algumas dessas associações surgiram com os catadores trabalhando ainda no lixão, como é o caso da ASCAMARE.

Somente as cooperativas de Maceió contam com galpões de produção, algumas associações do interior do Estado possuem sede concedida pelo poder público, mas que

oferecem condições precárias ao trabalho exercido. Além disso, todas as organizações carecem de equipamentos para a realização dos seus serviços, desde equipamentos de proteção individual a equipamentos básicos para a comercialização do MSR, como prensa e balança.

Em novembro de 2016, o movimento estadual dos catadores promoveu em parceria com a Secretaria do Estado do Trabalho e Emprego de Alagoas (SETE-AL) o VI encontro estadual dos catadores de Alagoas. Nesse encontro estiveram presentes catadores de 12 municípios do Estado, na qual elaboraram um quadro de necessidades de apoio para o fortalecimento das organizações deles.

Quadro 10- Necessidades apontadas no VI encontro estadual dos catadores

Política Pública de Apoio aos Catadores	Programa de apoio à estruturação das cooperativas/associações; Programa de coleta seletiva; Contratação das organizações de catadores; Vigilância contra incêndio nos lixões.
Estrutura Física	Concessão de Terrenos; Construção/reforma de galpões.
Aquisição de máquinas e equipamentos	Veículos para coleta seletiva; Prensa; Balança; Mesa/esteira para catação; Fragmentadora de papel; Elevador de carga; Empilhadeira; Computador; Telefone; Bebedouro.
Assessoria Técnica	Apoio jurídico e contábil para formalização; Capacitação ambiental e econômica, no âmbito do cooperativismo; Integração para funcionar em rede e Apoio a formação de cooperativas.
Campanhas de Comunicação	Folder, panfletos, inserções no rádio e TV conscientizando a população para a coleta seletiva, campanhas junto a empresas.
Aquisição de Materiais de Consumo	Aquisição de “bigbag” para coleta, material de limpeza e de escritório, Fardamentos, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, Bombonas etc.
Apoio para Despesas Diversas	Motorista, manutenção de maquinário, seguro para caminhão, Combustível e em outros custos fixos.
Isenção de Impostos	IMCS, IPVA, taxa de localização e outros.

Fonte: Elaboração do autor com informações do Movimento Estadual dos Catadores.

4.5 Análise socioeconômica dos catadores

Para efeito dessa pesquisa foram aplicados questionários de análise socioeconômica entre os catadores presentes no dia da entrevista nas cooperativas e associações pesquisadas. O total da amostra foi de 120 catadores entrevistados em 08 empreendimentos de seis municípios de Alagoas. Além do questionário aplicado para conhecimento socioeconômico dos catadores, também foi aplicado um formulário específico com os empreendimentos com os membros da diretoria presente, de modo a dimensionar o grau de organização dos mesmos.

Os dados foram analisados em planilha do Excel, utilizando tabelas dinâmicas para a sistematização das informações.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) pesquisados foram:

- a) Cooperativa de Recicladores de Lixo Urbano (COOPLUM);
- b) Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Marechal Deodoro (COOPMAR);
- c) Cooperativa dos Recicladores de Alagoas (COOPREL);
- d) Cooperativa dos Catadores da Vila Emater (COOPVILA);
- e) Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Alegre (COOPECMARCA);
- f) Associação dos Catadores de Delmiro (ASCADEL)
- g) Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de São José (ASCAMARE);
- h) Associação dos Catadores de Arapiraca (ASCARA).

Como forma de preservar as informações dos EES, classificou-os de A à H sem seguir uma ordem específica, como mostra a tabela 7 abaixo, que mostra um resumo da situação econômica.

Tabela 7 – Resumo da Situação Econômica do EES

Empreendimento	Número de catadores	Renda Média Mensal	Volume mensal comercializado (KG)	Produtividade por catador	Valor Mensal Comercializado
A	15	R\$ 394,00	2.000	133	R\$ 500,00
B	9	R\$ 600,00	12.600	1.400	R\$ 3.400,00
C	19	R\$ 185,00	9.060	477	R\$ 4.006,00
D	7	R\$ 500,00	13.900	1.986	R\$ 5.000,00
E	19	R\$ 938,00	30.000	1.579	R\$ 9.110,00
F	25	R\$ 252,00	9.000	360	R\$ 3.146,00
G	18	R\$ 938,00	23.000	1.278	R\$ 8.000,00
H	28	R\$ 938,00	32.000	1.143	R\$ 14.171,00

Fonte: Elaboração própria com dados do autor

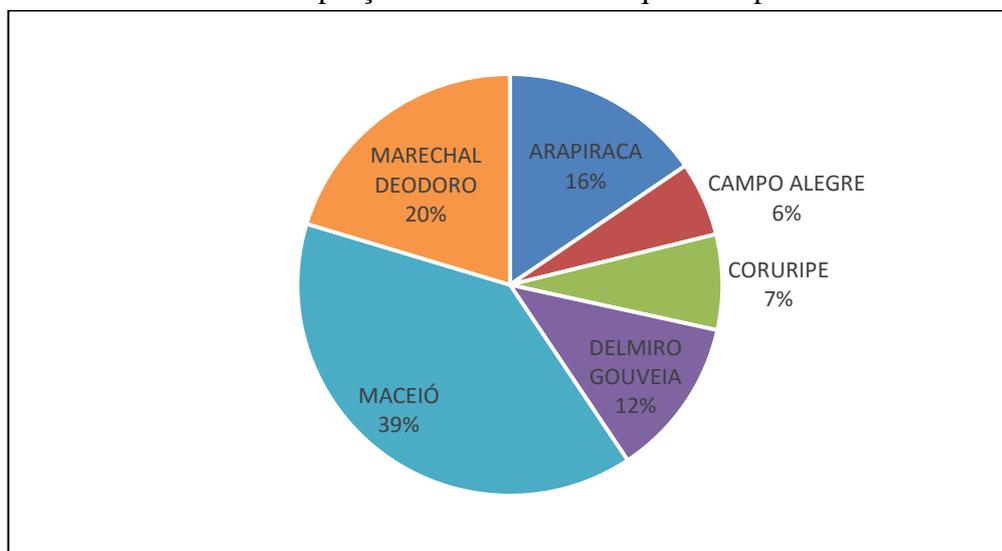
Percebe-se uma diferenciação muito forte entre os empreendimentos do interior (A, B, C, D e F) e da capital (E, G e H). Essa diferenciação ocorre, principalmente, porque os empreendimentos de Maceió-AL possuem contrato de prestação de serviços ambientais com o poder público municipal, recebendo mensalmente pela oferta de coleta seletiva solidária em alguns bairros selecionados.

Entre os empreendimentos pesquisados, somente a COOPREL não teve seu surgimento diretamente ligado ao trabalho dos catadores dentro dos lixões municipais, tendo sua origem em 2004 a partir de garis que ficaram desempregados com o fim da Companhia de Beneficiamento do Lixo de Maceió (COBEL), que era um órgão da Prefeitura de Maceió responsável pela limpeza urbana. Todos os demais EES têm em sua maioria catadores que viviam do material reciclável retirado dos lixões e, que com o fechamento deles, apostaram na coleta seletiva solidária como uma luta pela sobrevivência para obtenção de renda.

4.6 Situação socioeconômica encontrada entre os catadores

Como explicado anteriormente, foram pesquisados 120 catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas/associações de trabalho com reciclagem, de modo que, as cidades de Maceió e Marechal tiveram a maior proporção de catadores entrevistados 39% e 20%, respectivamente. Como pode ser mais bem observado no gráfico 8 abaixo.

Gráfico 8- Proporção de Catadores Pesquisados por Cidade

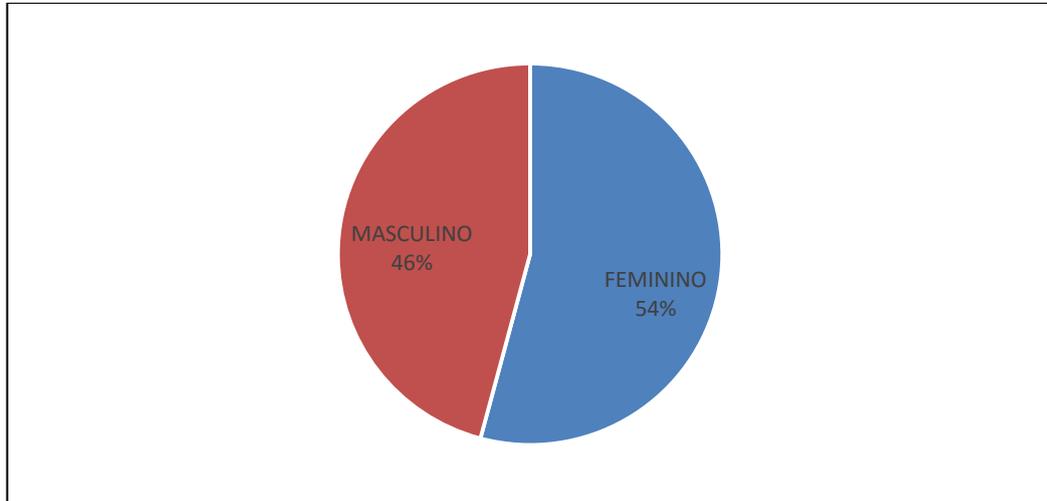


Fonte: Elaboração própria com dados do autor

Em relação ao gênero, a quantidade de pessoas do sexo feminino é superior às do sexo masculino, sendo respectivamente de 54% e 46%, como observado no gráfico 9 a seguir. Apesar de ser um trabalho considerado pesado, em que a força física é necessária para a execução do serviço, a proporção maior de mulheres pode estar ocorrendo devido ao fato de que ainda é um trabalho com grande oscilação na renda, além da baixa remuneração, e muitos homens acabam buscando outros serviços, como na agricultura, construção civil, coleta

regular do lixo. As mulheres, por sua vez, têm mais dificuldades de se encaixarem no mercado formal, além de conseguirem uma maior flexibilidade no horário do trabalho associado, conciliando com as tarefas domésticas e cuidados com filhos.

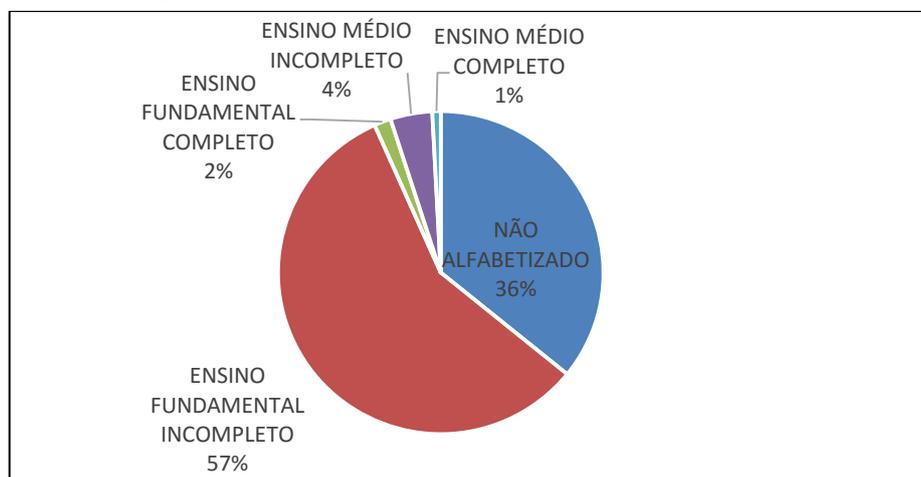
Gráfico 9– Proporção de gênero



Fonte: Elaboração própria com dados do autor

Em relação à escolaridade há uma grave situação, pois 93% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental, chamando atenção ao fato de que 36% deles sequer foram alfabetizados. A baixa escolaridade deste público prejudica o desenvolvimento da gestão dos empreendimentos, que ficam dependentes de apoio externo ou concentrado naqueles que possuem grau de instrução maior no EES. Os resultados levantados na pesquisa foram: 36% não alfabetizados, 57% ensino fundamental incompleto, 2% ensino fundamental completo, 4% ensino médio incompleto e 1% ensino médio completo, conforme gráfico 10 abaixo.

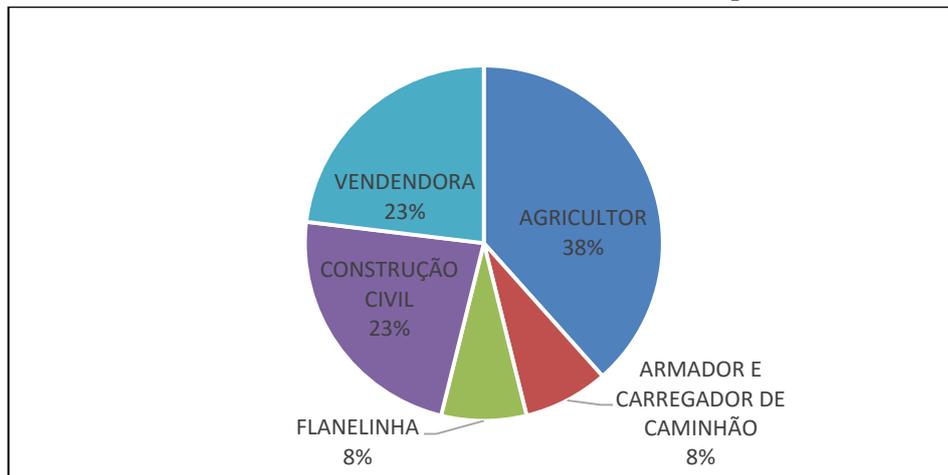
Gráfico 10– Nível de Escolaridade dos Catadores



Fonte: Elaboração própria com dados do autor

Todos os catadores entrevistados afirmaram que sua principal ocupação era a catação de materiais reciclados, evidenciando que há um fortalecimento da identidade da categoria entre os que atuam em empreendimentos coletivos. E, somente 12% disseram ter outra ocupação, a principal apontada foi a de agricultor (38%), conforme gráfico 11 abaixo.

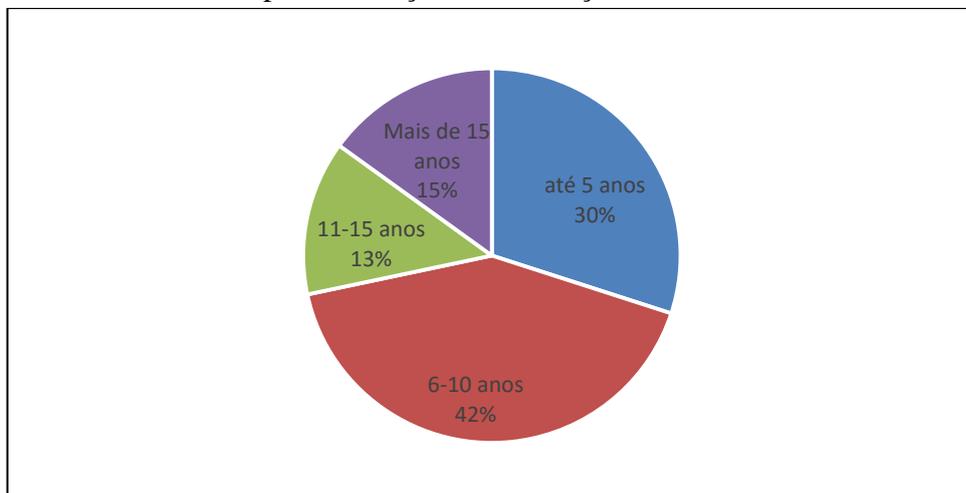
Gráfico 11– Outras Atividades Profissionais Complementares



Fonte: Elaboração própria com dados do autor

A experiência no tempo de trabalho com reciclagem foi registrada nas entrevistas realizadas, 70% dos catadores afirmaram ter mais de 5 anos de trabalho com reciclagem. Isso ocorre porque muitos deles trabalhavam nos lixões, alguns relataram que começaram o trabalho ainda criança, acompanhando seus pais. Entre os entrevistados, 30% afirmaram ter até 5 anos de experiência, 42% entre 6 e 10 anos, 13% entre 11 e 15 anos e 15% com mais de 15 anos, conforme gráfico 12 abaixo.

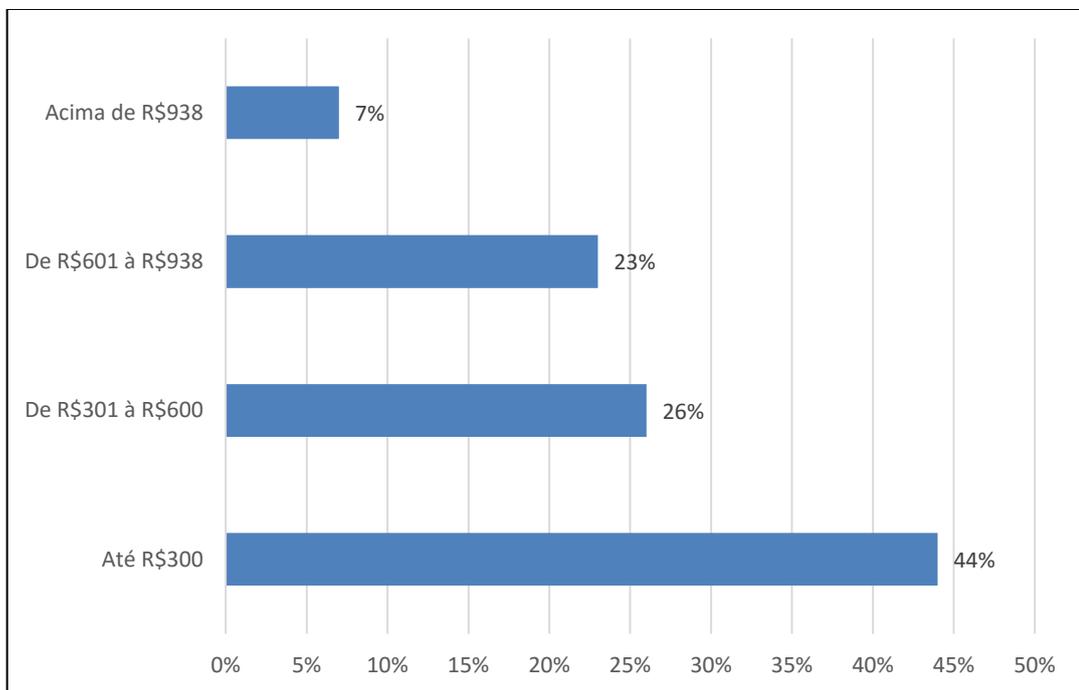
Gráfico 12– Tempo de Atuação com Catação de Materiais Recicláveis



Fonte: Elaboração própria com dados do autor

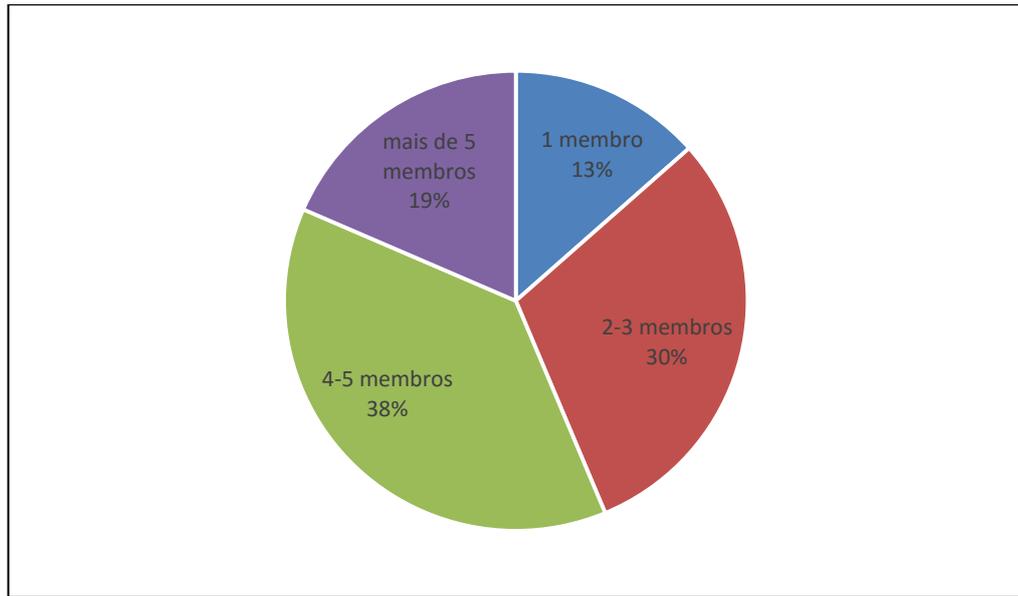
A renda média do catador encontrada na pesquisa foi de R\$ 500,00 mensais. Porém, foram encontradas diferentes faixas de rendas, sendo que 60% dos entrevistados recebem valor abaixo de R\$ 600,00, e apenas 7% obtêm renda acima de R\$ 938,00, como pode ser observado no gráfico abaixo. A diferença na renda média é discrepante entre os empreendimentos da capital e interior, R\$ 768,00 e R\$ 321,00 respectivamente. Esta diferença se ocorre devido ao maior apoio institucional e o contrato de prestação de serviço público existente nos EES de Maceió. A proporção das faixas de renda dos catadores pode ser observada no gráfico 13 abaixo.

Gráfico 13 – Faixas de Renda dos Catadores



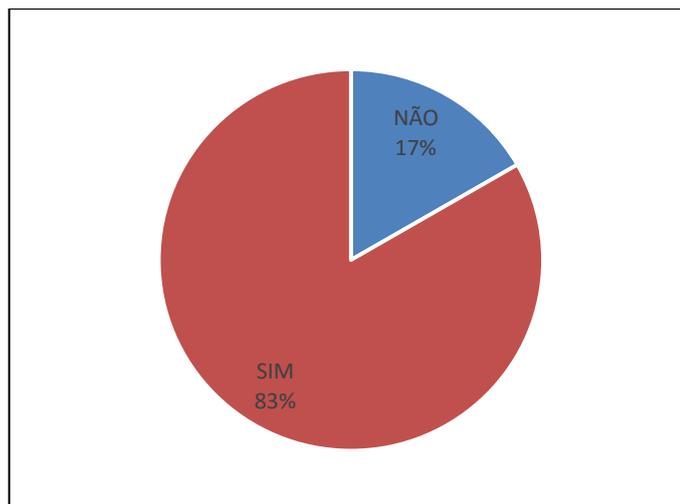
Fonte: Elaboração própria com dados do autor

A média de membros na família dos catadores entrevistados é de 4 pessoas por família, com renda média familiar de R\$ 798,63. Porém, destacam-se diferentes universos familiares entre os catadores, apesar de em 82% das respostas terem até 5 membros na família, chega-se a ter 15 pessoas morando na mesma residência. O gráfico 14 abaixo resume a situação exposta.

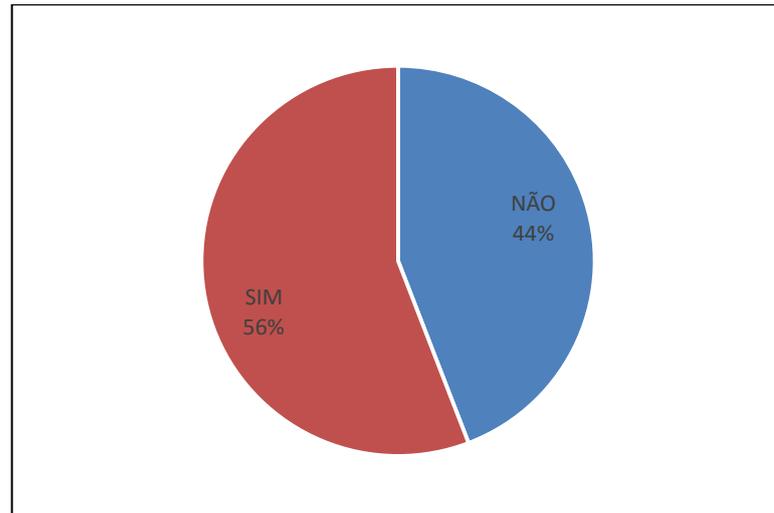
Gráfico 14– Quantidade de Membros na Família

Fonte: Elaboração própria com dados do autor

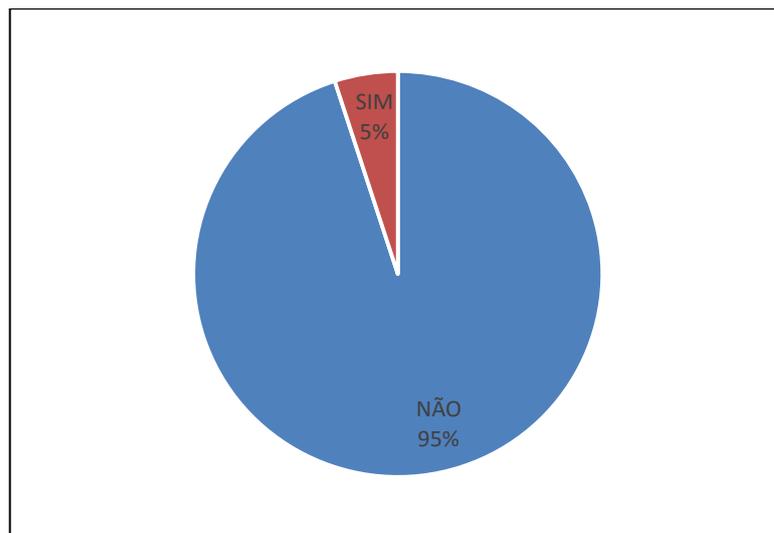
Apesar de 83% dos entrevistados alegarem que estão cadastrados no cadastro único (CADUNICO) para programas sociais do Governo Federal, apenas 56% afirmaram receber recursos provenientes do programa Bolsa Família e 5% disseram ser beneficiários de outros programas de transferência de renda. Os resultados podem ser vistos nos gráficos 15, 16 e 17 a seguir.

Gráfico 15 – Cadastrados no CADUNICO

Fonte: Elaboração própria com dados do autor

Gráfico 16 - Beneficiário do Bolsa Família

Fonte: Elaboração própria com dados do autor

Gráfico 17– Beneficiário de outro programa de transferência de Renda

Fonte: Elaboração própria com dados do autor

4.8 Diagnóstico dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Tendo refletido acerca da situação socioeconômica dos catadores de materiais reciclados, faz-se necessário por sua vez analisar a situação organizacional dos EES da qual eles fazem parte, pois se acredita que quanto maior o nível organizacional desses empreendimentos, melhor a condição de vida dos catadores. O método de pesquisa utilizado foi a aplicação de questionário específico para o EES e o olhar do pesquisador em visita *in loco*.

A tabulação do questionário foi programada para gerar uma nota a partir das respostas, avaliando-se dez eixos correspondentes à situação organizacional do empreendimento: propriedade do galpão, estado físico das instalações, condições sanitárias, capacidade das instalações, produtividade, renda, articulação na categoria, parceria com prefeitura, mercado e jurídico-contábil. A tabela 8 abaixo demonstra o ranking dos EES, utilizando uma escala de 0 a 100%.

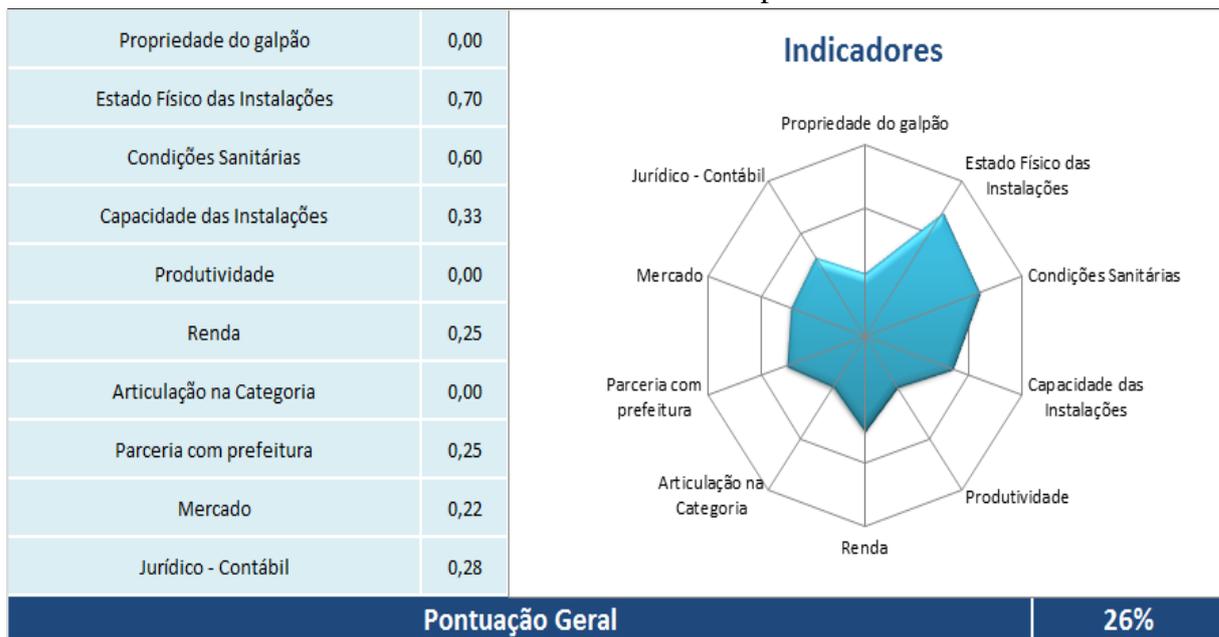
Tabela 8– Pontuação do Diagnóstico dos EES's

Empreendimento	Pontuação Geral
H	61%
E	60%
G	48%
F	45%
D	37%
B	36%
C	30%
A	26%

Fonte: Elaboração própria com dados do autor

A elaboração desse *ranking* permite perceber duas questões principais: 1- Que há uma carência geral na organização dos EES; 2- Que os EES de Maceió se encontram mais avançados, do ponto de vista organizacional, que as demais organizações. Como forma de visualizar melhor, será discutido abaixo o radar de indicadores de cada grupo de catadores.

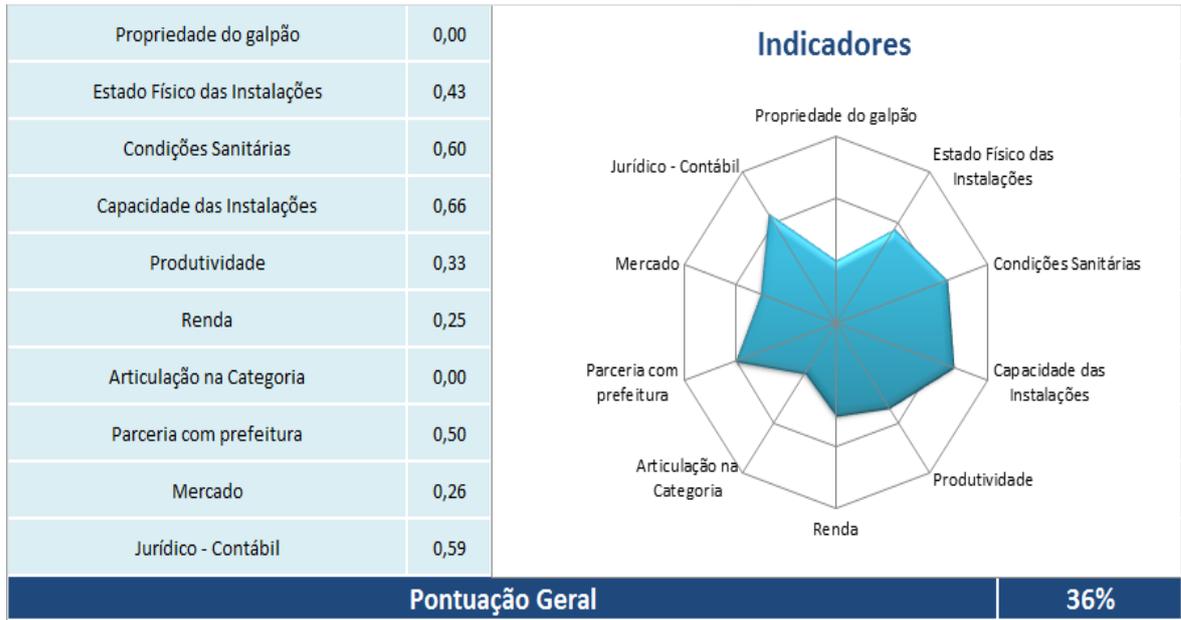
O EES A teve o pior desempenho no radar de indicadores, demonstrando diversas fraquezas que comprometem a vitalidade do empreendimento. De baixa produtividade a falta de documentação legal que permita a posse, mesmo que temporária, do local de trabalho são fatores que expõem o grupo, observados no gráfico 18 a seguir. Além disso, a ausência de parceria com o poder público e articulação na categoria podem ser fatores-chave para o desenvolvimento das atividades na qual o grupo pretende realizar.

Gráfico 18 - Radar de Indicadores Empreendimento A

Fonte: Elaboração própria com dados do autor

Por sua vez, o empreendimento B apresentou um desempenho pouco melhor que o anterior, apesar de demonstrar a mesma fragilidade quanto à posse do galpão. Não possui contrato de pagamento por prestação de serviço, mas tem uma parceria de apoio com a prefeitura local para oferta de alguns serviços públicos – palestras, campanha de vacinação, cadastramento social, etc. A produtividade é pouco superior que o empreendimento A, e conta com apoio técnico para resolução de questões administrativas, como a regularização jurídica e contábil observada no gráfico 19 a seguir. O EES adquiriu alguns equipamentos para coleta e prensagem, mas ainda não conseguiu melhorar seu desempenho no indicador “mercado”, pois comercializa com os mesmos compradores há bastante tempo, não realizando pesquisa de preços para melhorar o faturamento, sendo um dos fatores que contribuíram para que o EES tenha o terceiro pior desempenho.

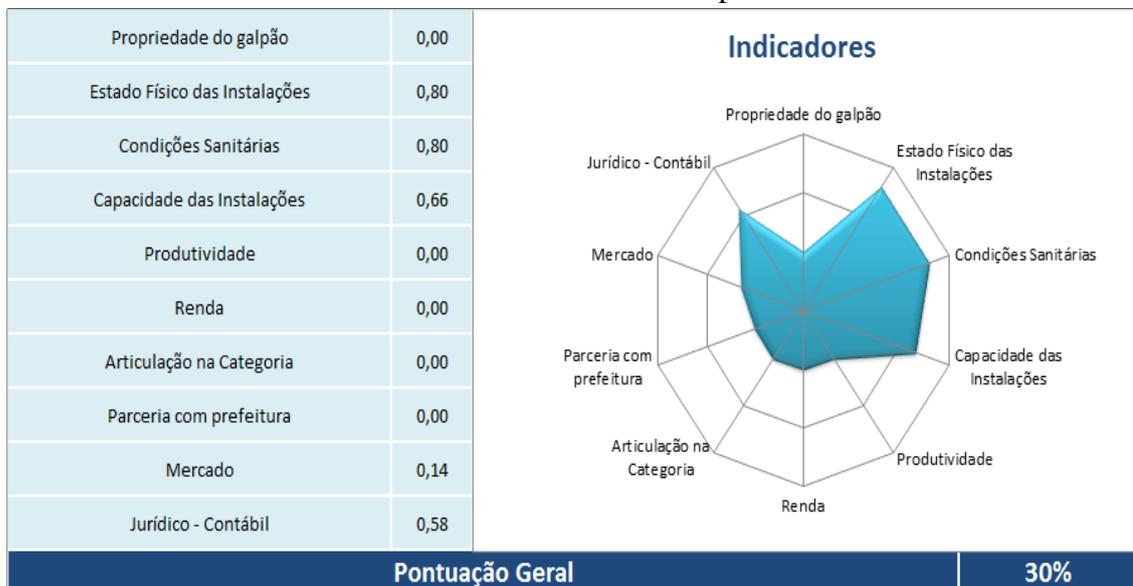
Gráfico 19 - Radar de Indicadores Empreendimento B



Fonte: Elaboração própria com dados do autor

O segundo pior desempenho foi do EES C. Apesar de contar com notas médias para o desempenho jurídico-contábil, estado físico das instalações, condições sanitárias e capacidade das instalações, não possui relação de parceria com a prefeitura, não possui documento de cessão de pose do local em que está instalado, tem dificuldades na realização da coleta dos materiais, prejudicando a produtividade e a renda, e conta com um mercado de recicláveis restrito, comercializando sempre com os mesmos compradores, sem a realização de pesquisa de preços. Os resultados podem ser conferidos no gráfico 20 abaixo.

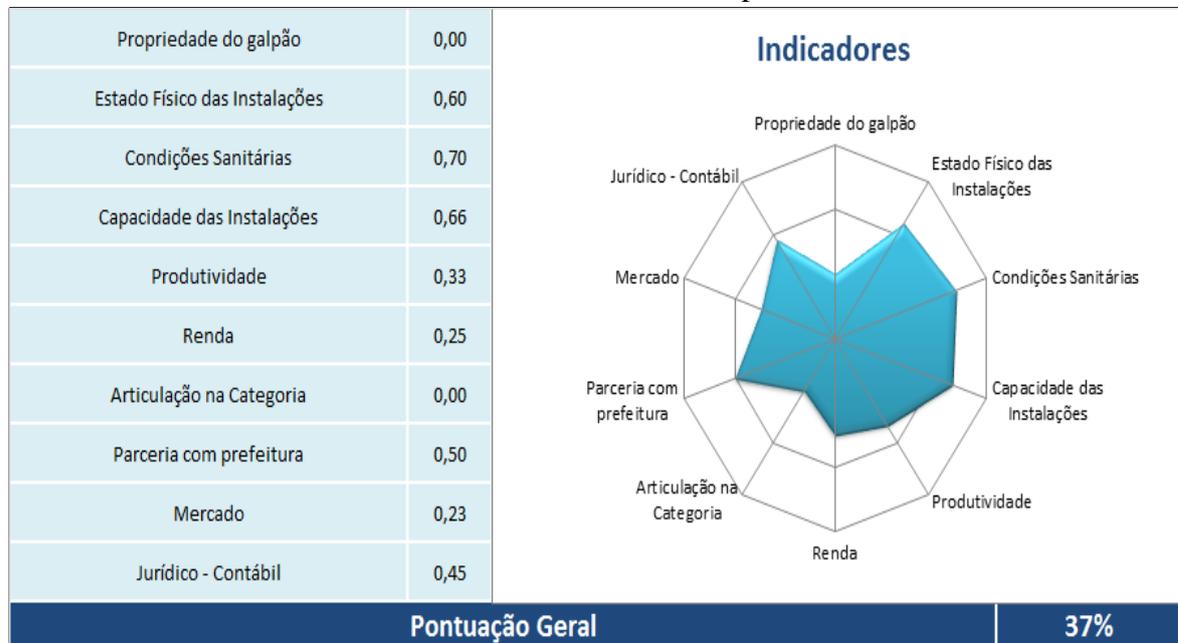
Gráfico 20 - Radar de Indicadores Empreendimento C



Fonte: Elaboração própria com dados do autor

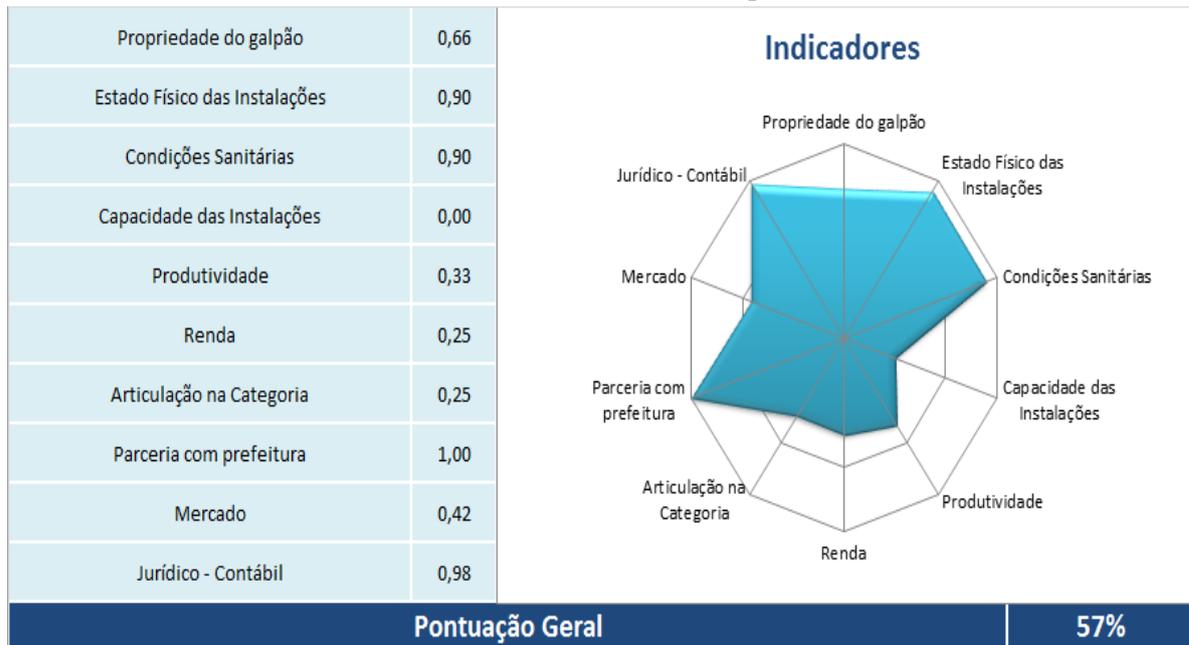
Com desempenho pouco melhor que os anteriores, o EES D possui uma relação média com a prefeitura, que oferece alguns serviços públicos bem como apoio institucional para a realização de ações de campanha da coleta seletiva, transporte e espaço de funcionamento, porém sem documentação que permita a manutenção do empreendimento no local de funcionamento, como observado no gráfico 21 abaixo. O desempenho da renda e mercado não é médio por falta de equipamentos próprios, a prensa utilizada no galpão pertence ao comprador, que atrela o empréstimo do equipamento à exclusividade na compra do material ao preço inferior ao encontrado no mercado.

Gráfico 21 - Radar de Indicadores Empreendimento D



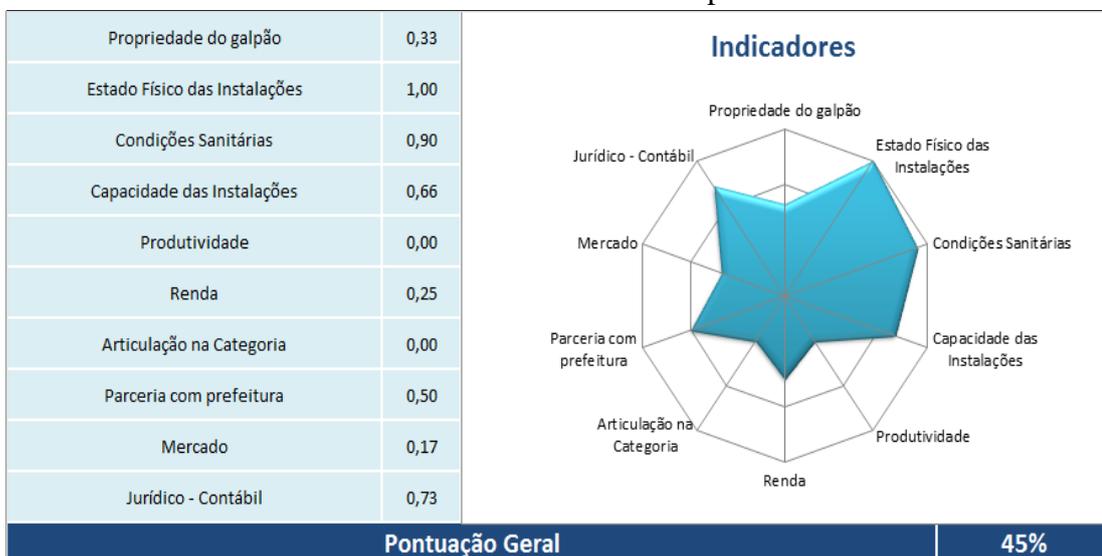
Fonte: Elaboração própria com dados do autor

A parceria com a prefeitura, a organização jurídico-contábil, o estado físico das instalações e as condições sanitárias, foram os fatores que mais influenciaram para que o EES E conseguisse a pontuação geral de 60% e ficasse na segunda melhor posição entre os empreendimentos pesquisados. Apesar disso, a renda e a articulação na categoria são itens que devem ser avaliados para que o EES possa se desenvolver ainda mais. A produtividade é outro fator que deve ser levado em consideração, ainda é considerada baixa para a quantidade de catadores presentes. O resultado pode ser conferido no gráfico 22 a seguir.

Gráfico 22 - Radar de Indicadores Empreendimento E

Fonte: Elaboração própria com dados do autor

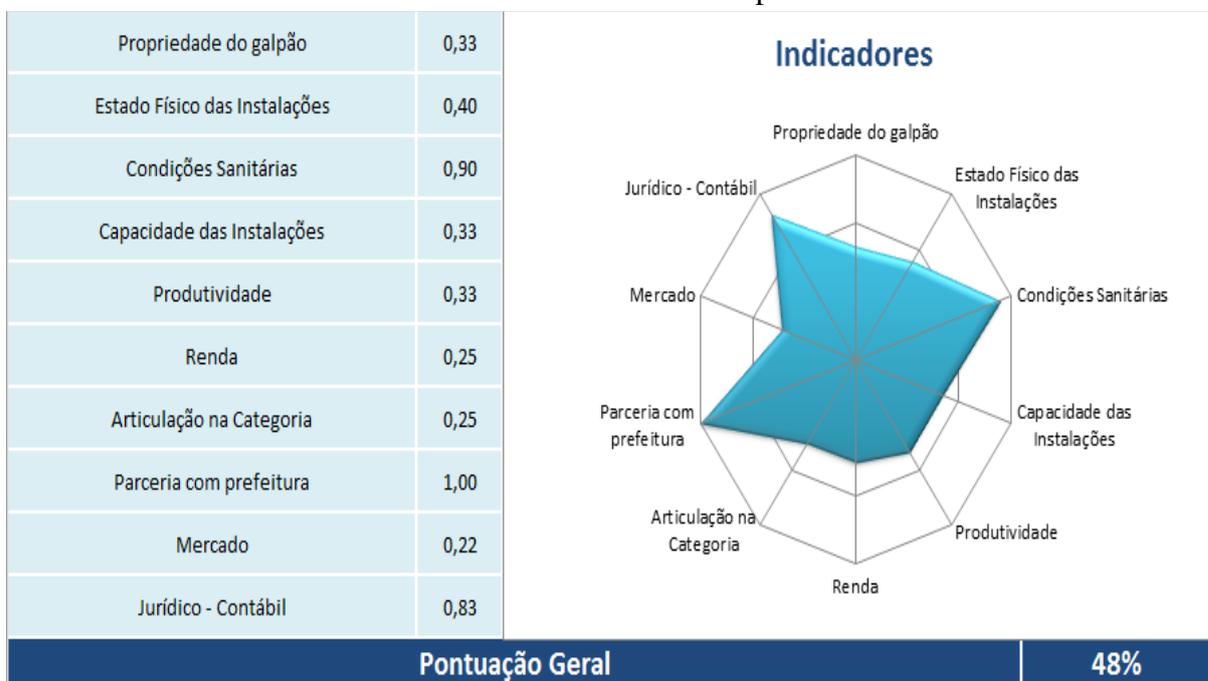
De modo geral, o EES F é o que apresenta melhor desempenho entre os grupos do interior, possui o melhor estado físico das instalações, porém ainda apresenta uma produtividade muito baixa, como observado no gráfico 23 abaixo. A relação que apresenta no mercado também contribui para que o empreendimento siga na quarta posição no *ranking* geral, pois comercializa sempre com os mesmos compradores, não realizando pesquisa de preços para conseguir melhor faturamento.

Gráfico 23 - Radar de Indicadores Empreendimento F

Fonte: Elaboração própria com dados do autor

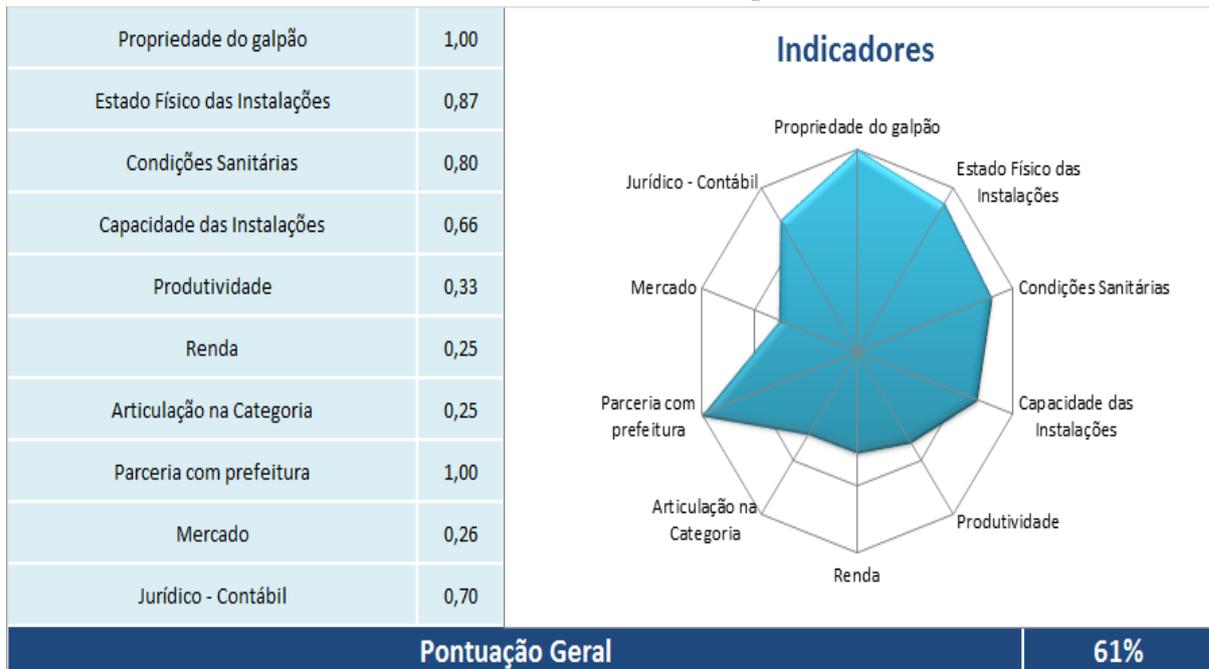
O EES G ocupa a terceira melhor posição no *ranking* geral. Apesar de estar no mesmo nível em relação à questão jurídica-contábil, parceria com a prefeitura, condições sanitárias, renda e produtividade que as demais cooperativas de Maceió-AL, as más condições do estado físico do galpão, e por não possuir a posse do uso do local instalado seu galpão (alugado), rendeu-lhe uma nota inferior às demais. Mesmo assim, possui condições de funcionamento e rentabilidade superiores aos empreendimentos do interior, como observado no gráfico 24 abaixo.

Gráfico 24 - Radar de Indicadores Empreendimento G



Fonte: Elaboração própria com dados do autor

O empreendimento que demonstrou melhor desempenho entre os pesquisados foi o H, especialmente por apresentar condições infraestrutura, sanitárias, posse do terreno, regularização jurídico-contábil e parceria com prefeitura, como observado no gráfico 25 abaixo. Mesmo assim, o EES demonstra que há muitas possibilidades de melhorias, podendo alcançar melhor desempenho no mercado de recicláveis e com ganhos de produtividade, questões que podem influenciar no desempenho da renda da cooperativa e seus associados.

Gráfico 25- Radar de Indicadores Empreendimento H

Fonte: Elaboração própria com dados do autor

Todos os empreendimentos apresentaram uma baixa produtividade e renda, bem como ausência de articulação na categoria para a possibilidade de vendas conjuntas. A formação de redes de comercialização pode ser uma possibilidade para os empreendimentos de catadores de Alagoas conseguir ganhos econômicos na comercialização de recicláveis. Além disso, com a formação da comercialização conjunta os EES podem trocar contatos de compradores e fazer cotação de preços conjuntamente. Uma ação que teoricamente parece simples, que fizesse exercer a prática da solidariedade entre os grupos, poderá contribuir para a melhoria da renda e crescer o desempenho geral das organizações de catadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da crise ambiental foi um fenômeno que despertou na sociedade ocidental na década de 1970 devido ao modelo de desenvolvimento urbano industrial, agravado no processo de globalização do capitalismo mundial. Essa sociedade é marcada pelo aumento incessante do consumo de mercadorias, essas com prazos de duração cada vez mais curtos, gerando e dispondo de grandes volumes de resíduos na natureza. Esses problemas ambientais geram preocupações de diversas ordens, duas delas que ameaçam o atual modelo de funcionamento da forma de produção dessas mercadorias: a escassez de recursos naturais, que são insumos no processo industrial, e a insustentabilidade do modelo de disposição final do lixo, quando não passa pelo processo de recuperação, reaproveitamento e reciclagem. Diante desse quadro, a reciclagem assume grande relevância, levando os catadores de materiais recicláveis a se inserirem na cadeia produtiva da reciclagem.

A perspectiva da economia ecológica para o entendimento da dinâmica econômica tem contribuído para a compreensão da insustentabilidade do modelo de crescimento econômico, na qual leva em consideração o sistema econômico incorporado ao sistema social e ambos envolvidos na biosfera. Entre as abordagens do ecologismo estudadas, percebeu-se que o ecologismo popular é o que mais se aproxima com a prática do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Esse ecologismo é uma via de solução para os conflitos distributivos econômicos-ecológicos. A categoria essencial é a de distribuição ecológica. Os conflitos econômicos entre os países pobres e ricos são mais agudos. E existem, além deles, dentro de cada país e internacionalmente, os conflitos distributivos ecológicos. A preocupação inicial dessa corrente não está ligada à causa ambiental, da preservação das espécies ou das gerações futuras, e sim com o interesse material pelo meio ambiente como fonte de condições para a subsistência. Os catadores de materiais recicláveis são uma categoria que demandam por justiça social e, com isso, contribuem para a melhoria do meio ambiente.

Nesse mesmo contexto, a economia solidária surge como uma ferramenta construída por trabalhadores para contestar o sistema econômico vigente, na perspectiva de se tornar outro modo de produção. Porém, verificou-se com as experiências estudadas, que é uma forma alternativa de superação dos problemas sociais encontrados no capitalismo, no qual trabalhadores de diferentes conjuntos de atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – têm se organizado utilizando a solidariedade e autogestão para ultrapassar as desigualdades, ao mesmo tempo em que constroem uma nova forma de fazer a economia. Neste sentido, Singer (2002, p.10) diz que “a

economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

Verificou-se que no Brasil a economia solidária tem crescido e tomado novos rumos desde os anos 2000. As institucionalizações com a criação da SENAES e a organização dos movimentos sociais em fóruns e conselhos têm permitido o fortalecimento de políticas públicas que incentivam e fortalecem os ESS. Os dados do último mapeamento da economia solidária no Brasil registram a existência de 19.708 organizações que praticam a solidariedade na dinâmica econômica, sendo a região Nordeste a que concentra a maior quantidade desses empreendimentos. A forma de organização predominante dos grupos pesquisados é o formato de associação. O principal motivo de criação dos EES é a alternativa ao desemprego.

É nesse campo da economia solidária que os catadores de materiais recicláveis encontraram uma maneira de inserção na economia formal, pois recolher os materiais reciclados é a única forma encontrada para a sobrevivência pelos que foram excluídos socialmente. Os catadores são explorados por atravessadores e sucateiros que lhes pagam preços abaixo do pago no mercado. Sendo assim, a única solução encontrada é a “união faz a força”, organizados em cooperativas e associações os catadores podem conseguir melhores condições de trabalho e melhorar sua comercialização.

A pesquisa mostrou que existem diferentes informações acerca da quantidade de catadores atuantes no Brasil, sendo provável que existam cerca de 400 mil catadores que trabalham nas ruas, lixões ou em empreendimentos. O rendimento médio da categoria não ultrapassa um salário mínimo, sendo em média de R\$ 570,00. A taxa de analfabetismo é de 20,5%, sendo que 24,6% não concluíram o ensino médio. Estima-se que existam cerca de 1.100 organizações coletivas de catadores, abarcando em média 50 mil associados.

Em Alagoas, foram mapeadas 19 cooperativas/associações construídas por catadores de materiais recicláveis. Existem, ainda, outros grupos informais que não foram objeto da pesquisa. A quantidade estimada de catadores organizados nos empreendimentos formais são 320 catadores, havendo uma forte liderança de mulheres. Todos os quatro grupos mapeados em Maceió-AL utilizam a forma jurídica de cooperativa, mas há uma predominância de associações no interior do Estado.

A aplicação de questionário ocorreu em oito EES de catadores de materiais recicláveis e 120 associados. O resultado encontrado foi que os empreendimentos apresentam um vasto campo para a melhoria de sua situação, 75% deles apresentaram uma nota abaixo de 50% na pontuação do diagnóstico. A falta de propriedade do galpão, baixa produtividade e renda e atuação no mercado dos recicláveis foram os principais problemas encontrados no

diagnóstico. Em relação aos catadores de Alagoas, confirma-se a baixa escolaridade, em maioria analfabeta e que não concluíram o ensino médio, 36% e 57%, respectivamente. Por sua vez, 42% apontaram ter de 6 a 10 anos de atuação como catador. Existe a predominância de mulheres (54%). A composição familiar mais apontada foi de 4-5 membros na família. Em relação à renda, 44% dos entrevistados recebem até R\$ 300,00 mensal e somente 7% recebem acima de um salário mínimo, por isso, chama a atenção o fato de 44% não receberem recursos do programa bolsa família.

Com isso, percebe-se que apesar dos avanços em relação à legislação e ao aumento das políticas públicas, a realidade dos catadores de materiais recicláveis permanece inalterada. A constituição de EES por parte dos catadores por um lado melhora na condição de vida, do trabalho e no reconhecimento por parte da sociedade da importância do trabalho dos catadores. Por outro lado, sem a contratação para a prestação de serviço público de coleta seletiva, os catadores permanecem com baixa renda, comercializando os materiais reciclados com atravessadores a um baixo preço. Desse modo, a concepção de inclusão dos EES no mercado capitalista compromete a sustentabilidade econômica, financeira e social dos que optam pela autogestão. Assim, esses dados apontam para a necessidade do fortalecimento da articulação da categoria para atuação na comercialização conjunta e implantação de sistemas de beneficiamento do material reciclável, para que possam avançar na cadeia produtiva da reciclagem.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM. **IMA e Prefeituras fecham lixões para cumprir Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Agência Alagoas. Disponível em: <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/13591-ima-e-prefeituras-fecham-lixoes-para-cumprir-politica-nacional-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 25 de maio de 2017.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH. **O que são resíduos sólidos?** Disponível em: <<http://www.residuossolidos.al.gov.br/>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

ALIER, J. M.; SCHLÜPMANN, K. **La ecología y la economía**. México, Fondo de Cultura Económica, 1991.

AMORIM, L. S. Economia solidária e catadores de materiais recicláveis em Salvador e Curitiba: políticas públicas e a enunciação de identidades no Brasil. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 5, v. 2, n. 10, p. 21-35, jul./dez. 2012.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Resíduos Sólidos – Classificação; **NBR 10004**. 63p. São Paulo, 1987.

BASTOS, C. P.; BRITTO, G. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (orgs) **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

BOFF, L. **Ecología: grito de la tierra, grito de los pobres**, Madrid, Trotta, 1998.

BRASIL, Lei ° 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1999; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 03 ago. 2010.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**, 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Situação social as catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: Ipea, 2013.

_____. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2012.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Reciclagem**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/7656-reciclagem>>. Acesso em: 20 de junho de 2017 b.

CEMPRE – **Comissão Empresarial Para Reciclagem**. Disponível em: <<http://cempre.org.br/artigo-publicacao/ficha-tecnica>>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

CHESNAIS, F. **A teoria do regime de acumulação financeirizado**: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

CRUZ, A. C. M. **A Diferente da Igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quadro cidades do Mercosul. 2006. 343f. Tese de doutorado em economia aplicada – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DALLY, H. The Lurking Inconsistency. *Conservation Biology*, 13 (4), editorial: pp. 693-694, 1999.

DATHEIN, R. **De Bretton Woods à Globalização Financeira**: Evolução, Crise e Perspectivas do Sistema Monetário Internacional. 2003. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD05_2003_dathein.pdf Acesso em: 31 de maio de 2018.

FATTORELLI, M. L. **Auditoria cidadã da dívida dos Estados**. Brasília: Inove Editora, 2013 a.

_____. **Auditoria cidadã da dívida pública: experiências e métodos**. Brasília: Inove Editora, 2013 b.

FOSTER, J.; CLARK, B. A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. **Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas**, São Paulo, n. 14, 2010.

FREITAS, R. C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável**. *R. Katál*, Florianópolis, v. 15 n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

GAIGER, L. I. **A Economia Solidária no Brasil**: refletindo sobre os dados do primeiro mapeamento nacional. II Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2007.

GAIGER, L. I. (Coord.). **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**, São Leopoldo: Okos, 2014.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

GRADE, M. **Solidariedade como espaço da transição**: uma análise crítica da economia solidária a partir de Karl Marx. Encontro Nacional De Economia Política. Anais. São Paulo, 2007.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSAWM, E. Introdução. In: MARX, KARL. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 5 ed. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **American Economic Review**, v.45, p.1-28. 1995.

LAVILLE, J-L. *Les services de proximité en Europe*, Paris: Syros, 1992.

_____. *Les services de proximité en Europe*, Paris: Syros, 1992.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru, SP. Edusc, 2006.

LEOPOLD, A. **A Sand Coutry Almanac with Essays on Conservation from Round River**, Nueva York, Ballantine Books, 1970.

LIMA, F. P. A. (org.). **Prestação de Serviços de Coleta Seletiva por Empreendimento de Catadores: instrumentos metodológicos para contratação**. Belo Horizonte: INSEA, 2013.

LIMONCIC, F. O united auto workers e a economia política do sindicalismo norte-americano. **Estud. sociol.**, Araraquara, v.16, n.31, p.309-320, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/4508/3955>> Acesso em: 29 de maio 2018.

LIPIETZ, A. **A Ecologia Política: solução para a instância da crise política? Ecologia Política. Naturaleza, sociedade y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930021553/2lipietz.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2018.

_____. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 10(2):303-335, 1989. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1381/1745>> Acesso em: 23 de maio de 2018.

LOWY, M. **Crise ecológica, capitalismo, altermundismo**: um ponto de vista ecossocialista. *Margem esquerda*: ensaios marxistas, São Paulo, número 14, maio de 2010.

MANCE, E. A. **Redes de Colaboração Solidária**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

MARX, K. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: **A revolução antes da revolução**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015 p. 199 - 338.

MENEZES, D. S.; SIENA, O. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) da Amazônia Legal. **Revista Organizações & Sociedade (O&S)**, v. 17, nº 54, p.479-498, julho/setembro, 2010.

MENEZES, M. T. C. G. Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas: **Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**, 2007, São Luís-MA. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/3e0882c81c8c136a27b1Maria%20Thereza.pdf>> Acesso em: 15 de março de 2018.

MOURA, G. R.; SERRANO, A. L. M.; GUARNIERI, P. **Análise socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal**. *Holos*, Rio Grande do Norte, v. 3, n. 32, p. 251-273, abr. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1857/pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

O'CONNOR, J. Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica. **Ambiente e sociedade**, Campinas, Vol. VI – nº 2 jul./dez. 2003.

OXFAM, Internacional. **Uma economia para os 99%**. Publicado pela Oxfam GB para Oxfam Internacional sob o ISBN 978-0-85598-861-6 em janeiro de 2017. DOI: 10.21201/2017.8616 Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/site/default/files/economia_para_99relatorio_completo.pdf> Acesso em: 15 de março de 2018.

PEET, R; WATTS, M. **Libererion Ecologies**, Londres, Routledge, 1996.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEL, J. R. (org.). **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Petrópolis, 2013.

PINTO, E. C.; GONÇALVES, R. **Modelos de desenvolvimento e desempenho macroeconômico**: Brasil. Texto para Discussão nº 17, UFRJ, 2015. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/031120155357_TD_IE_017_2015_PINTO_GONALVES.pdf> Acesso em: 19/03/2018.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

QUIÑONEZ, E. Economia Solidaria: encuentros y desencuentros ¿hacia una ruptura del paradigma capitalista dominante? **Informe Económico**, Teresina, n. 36, p.25-35, jul. 2016.

ROSSETI, J. P. **Introdução à economia**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 1980.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTANA JÚNIOR, G. **A economia solidária em face da dinâmica de acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?** 2007. 255f. Dissertação de Mestrado – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) – SENAES*. 2013. Brasília. Disponível em: <sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

SENAES/MTE. Atlas da economia solidária (consolidado 2005/2007). 2007. Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/atlas/AtlasESmenu.html>> Acesso em: 20 de maio de 2018.

SILVA, C. M. Trabalho, economia solidária e catadores de recicláveis: desigualdades de gênero e de raça, em busca de cidadania. **Revista da ABET**, Paraíba, v. 13, n. 2, p. 248-261, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25675/13864>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SINGER, P. I. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. **Economia solidária: volume II**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, p. 4 – 37. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf> Acesso em: 06 de set. de 2015.

_____. **Introdução a Economia Solidária**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOBRAL, F.L. **Diagnósticos das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis nos municípios pertencentes à bacia hidrográfica Tietê – Jacaré: realidades e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Programa de Pós-Graduação – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. Araraquara, 2007.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário Para Empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

PROJETO DE PESQUISA

Análise Socioeconômica dos Empreendimentos Econômicos Solidários de
Catadores de Materiais Recicláveis de Alagoas no ano de 2017

Questionário Para Empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis

1- Propriedade do Galpão: (relação de posse da sede da cooperativa)
() Proprietário/ Comodato mais de 25 anos = 1
() Comodato mais de 4 anos = 0,66
() Comodato menos de 4 anos/ Aluguel = 0,33
() Ocupação Irregular = 0
2- Estado Físico das Instalações
Existem manchas de umidade nas paredes e forros? () sim () Não
Existem áreas “embarrigadas” no telhado ou no forro, isto é, a superfície não se apresenta plana? () sim () não
Existem goteiras visíveis com chuvas normais, ou seja, quando chove, a água goteja em determinados locais? () sim () não
Existem indícios da presença de cupim/broca na estrutura do telhado e ou nas paredes? () sim () não
Existem trincas ou fissuras verticais nas paredes? () sim () não
Há indícios de desabamento do telhado (quando uma parte do telhado cai, fazendo grandes buracos visíveis a olho nú)? () sim () não
Cada equipamento com alto consumo de energia possui um disjuntor próprio, com acesso não obstruído por bags e com identificação? () sim () não
Tem instalação de rede trifásica? () sim () não
A chave geral costuma cair quando são ligados vários equipamentos juntos, por sobrecarga?

() sim () não

3- Condições Sanitárias

Existe banheiro feminino e masculino? () Sim () Não

Nº de catadores _____

Nº de vasos sanitários _____

Nº de torneiras / lavatórios _____

Nº de vasos sanitários para cada 20 trabalhadores _____

Nº de torneiras para cada 20 trabalhadores _____

O piso interno do galpão é pavimentado? () sim () Não

Existe uma drenagem eficiente (a água não costuma empoeçar)? () sim () Não

O piso é irregular ou tem buracos que atrapalhem o transporte de cargas? () sim () Não

Tem abastecimento de água? () sim () Não

Possui caixa d'água? () sim () Não

Possui água potável/ filtrada para os cooperados? () sim () Não

É ligado à rede de esgoto? () sim () Não

4- Capacidade das instalações

Área do galpão em m²: _____

5- Produtividade

Volume médio comercializado (kg): _____

Número médio de trabalhadores no período: _____

Período analisado (especificar meses): _____

6- Renda

Faturamento: _____

Valor da Renda Média por catador: _____

Frequência dos pagamentos: _____

7- Articulação com outras organizações de catadores

Participa de alguma rede articulação com outras organizações de catadores?

() sim () o processo de articulação está no início () Não

Se sim, a rede executa comercialização conjunta? () sim () Não

8- Parceria com prefeitura

Qual o vínculo formal com a prefeitura municipal?

() Contrato de prestação de serviço remunerado (lei 11.445)

() Convênio prevendo apoio integral - com aporte financeiro

() Convênio com apoio parcial - sem apoio financeiro

() Apoio informal

<input type="checkbox"/> Nenhuma relação
9- Mercado
A organização vende sempre para os mesmos compradores? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
A organização recebe de seus compradores: <input type="checkbox"/> adiantamento <input type="checkbox"/> a prazo <input type="checkbox"/> a vista
A organização possui recurso de reserva e/ou capital de giro próprio para pagar os catadores antes de vender os materiais recicláveis ou receber pagamento de seus compradores? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O comprador avisa com antecedência a quantidade de material que deverá ser fornecida (programação da produção)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Quais limitações a organização encontra para aumentar a venda de materiais recicláveis?
<input type="checkbox"/> Baixo preço dos recicláveis
<input type="checkbox"/> Mercado consumidor de materiais recicláveis limitado
<input type="checkbox"/> Falta de material reciclável disponível
<input type="checkbox"/> Baixa qualidade dos materiais recicláveis fornecidos
<input type="checkbox"/> Capacidade de produção instalada 100% utilizada
<input type="checkbox"/> Custos de produção altos
<input type="checkbox"/> Falta de separação na fonte
<input type="checkbox"/> Outros
10- Jurídico Contábil
Recolhimento do INSS do Cooperado
<input type="checkbox"/> Todos <input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/> Não Sabe
Modelo Jurídico Fiscal
<input type="checkbox"/> cooperativa <input type="checkbox"/> associação/oscip <input type="checkbox"/> nda/empresa/mei
Documento Legal
<input type="checkbox"/> CNPJ
<input type="checkbox"/> Ata das Assembleias
<input type="checkbox"/> Estatuto Social
<input type="checkbox"/> Cadastro de Contribuinte Municipal
<input type="checkbox"/> Cadastro de Contribuinte Estadual
<input type="checkbox"/> Licenciamento Ambiental
<input type="checkbox"/> Demonstrativo do Capital Social
<input type="checkbox"/> Certidão Dívida Ativa União
<input type="checkbox"/> Certidão negativa do FGTS
<input type="checkbox"/> Certidão da RAIS
<input type="checkbox"/> Certidão do FGTS

Contabilidade Regularizada
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

11- Demandas observadas
<input type="checkbox"/> Equipamentos
<input type="checkbox"/> Infraestruturas
<input type="checkbox"/> Capacitação
<input type="checkbox"/> Número de cooperados
<input type="checkbox"/> Quantidade / Qualidade do Material Coletado
<input type="checkbox"/> Coleta Seletiva e Educação Ambiental
<input type="checkbox"/> Preço de Mercado
<input type="checkbox"/> Pagamento por Serviços Prestados
<input type="checkbox"/> Políticas Públicas, Assistência Social e Educacional

12- Demandas manifestadas
<input type="checkbox"/> Equipamentos
<input type="checkbox"/> Infraestruturas
<input type="checkbox"/> Capacitação
<input type="checkbox"/> Número de cooperados
<input type="checkbox"/> Quantidade / Qualidade do Material Coletado
<input type="checkbox"/> Coleta Seletiva e Educação Ambiental
<input type="checkbox"/> Preço de Mercado
<input type="checkbox"/> Pagamento por Serviços Prestados
<input type="checkbox"/> Políticas Públicas, Assistência Social e Educacional

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DOS CATADORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

PROJETO DE PESQUISA

Análise Socioeconômica dos Empreendimentos Econômicos Solidários de
Catadores de Materiais Recicláveis de Alagoas no ano de 2017

Questionário análise socioeconômica dos catadores

I – Informações Básicas do Entrevistado										
1.	Nome:									
2.	Apelido:									
3.	Nome da Mãe:									
4.	Endereço:									
5.	Bairro:					6.	Município:			
7.	Data de Nascimento:			/			/			
8.	Gênero:			Feminino			Masculino			
9.	Está cadastrado no Cadastro Único do Governo Federal - CADUNICO?									
		Sim			Não					
II - Informações Socioeconômicas do Entrevistado										
10.	Escolaridade:									
1.	Não Alfabetizado									
2.	Ensino Fundamental			Completo			Incompleto			
3.	Ensino Médio			Completo			Incompleto			
4.	Ensino Superior			Completo			Incompleto			
5.	Pós-graduação			Especialização			Mestrado		Doutorado	
11.	Profissão (principal ocupação):									
12.	Desenvolve outra(s) atividade(s) profissional(is) complementar(es):									
1.	Sim	Quais?	a)							
			b)							
			c)							
2.	Não									
13.	Há quantos anos atua na profissão (principal ocupação)?									
14.	Qual a renda sua renda pessoal?									
15.	Qual a renda familiar do beneficiário?									
16.	Qual a quantidade de membros na família do beneficiário?									
17.	É beneficiário do BOLSA FAMÍLIA?									
1.	Sim									
2.	Não									

18.	É beneficiário de outros programas de transferência de renda?		
1.	<input type="checkbox"/>	Sim	
2.	<input type="checkbox"/>	Não	
19.	Participa de algum Empreendimento Econômico Solidário (EES)?		
1.	<input type="checkbox"/>	Sim	Qual o nome do EES?
2.	<input type="checkbox"/>	Não	
Data:			
Local:			